

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

27 DE ABRIL DE 2017

ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração	p. 1
2 – Orientações para Participação na Assembleia Geral	
2.1 Participação Presencial	
2.1.1. Acionistas Pessoas Físicas	p. 2
2.1.2. Acionistas Pessoas Jurídicas	p. 2
2.1.3. Acionistas Representados por Procuração	p. 3
2.1.4. Acionistas Estrangeiros	p. 3
2.2 – Participação por voto a distância	p. 3
3 – Edital de Convocação	p. 9
4 – Informações sobre as Matérias objeto da Ordem do Dia	p. 11
Anexo 1 – Boletim de Voto a Distância	p. 16
Anexo 2 – Informações Exigidas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/2009	p. 23
Anexo 3 – Informações Exigidas pelo Art. 12 da Instrução CVM 481/2009	p. 208
Anexo 4 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administração	p. 232
Anexo 5 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho Fiscal	p. 265

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia Geral”) da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”), a ser realizada em 27 de abril de 2017, às 13:00hs.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer à Assembleia Geral, na qual teremos os seguintes assuntos para deliberação e aprovação:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- (2) Fixar a verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018;
- (3) Deliberar sobre a Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, que haviam sido eleitos pelo sistema de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, nos termos do § 3º do artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, e escolha do respectivo Presidente do Conselho de Administração; e
- (4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018, bem como fixação da respectiva remuneração.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.1. – PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Conforme disposto no artigo 8º, § 2º, do Estatuto Social da Companhia, solicitamos que os acionistas que pretendam participar da Assembleia Geral Ordinária, pessoalmente ou por meio de procuradores, enviem, até as 13:00hs do dia 25 de abril de 2017, para a sede da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, cópia autenticada dos seguintes documentos:

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento original de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, sendo que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de notariação e consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

A Companhia ressalta que, conforme dispõe o § 2º do artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos acima indicados, desde que os apresentem antes do início dos trabalhos da Assembleia Geral.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que consta do Anexo 1 ao presente Manual e estará disponível para impressão no site da Companhia e no da CVM.

Nesse sentido, o Boletim deverá ser recebido no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das 5.300 Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive).

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

Banco Bradesco S.A

Cidade de Deus, s/n – Bairro: Vila Yara – Cidade: Osasco SP - Cep 06029-900

Departamento de Ações e Custódia - Prédio amarelo – Térreo

e-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

0800 7011616

Fax (11) 3684-2811

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses

determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da BM&FBOVESPA.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2.3. Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 e 2.2.2 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que consta do Anexo 1 ao presente Manual e estará disponível no site da Companhia e no da CVM), preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro e a notariação daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

Os Boletins de Voto a Distância, acompanhado dos documentos acima indicados, deverão ser recebidos pela Companhia, independentemente da data em que forem postados, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive). Eventuais Boletins de Voto recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 20.04.2017, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 20.04.2017, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia Geral, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia independente da data de envio do respectivo Boletim, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio do respectivo Boletim e a data de realização da Assembleia, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados; e
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas convocados para se reunirem no dia 27 de abril de 2017, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), às 13:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011, bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- (2) Fixar a verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018;
- (3) Deliberar sobre a Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, que haviam sido eleitos pelo sistema de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, nos termos do parágrafo 3º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, e escolha do respectivo Presidente do Conselho de Administração; e
- (4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018, bem como fixação da respectiva remuneração.

Para participar na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a

realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas.

Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados à sede da Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia Geral, nos termos do artigo 8º, § 2º, do Estatuto Social.

O acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, até o dia 20 de abril de 2017 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária.

Nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

Os documentos pertinentes às matérias objeto da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da própria Companhia (www.usiminas.com).

Belo Horizonte, 28 de março de 2017.

Elias de Matos Brito
Presidente do Conselho de Administração

4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2017

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2017, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG:

4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em conformidade com o artigo 9º, *caput* e § 1º, da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 2 ao presente Manual, os seguintes documentos:

- I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2016;
- II – Parecer dos Auditores Independentes;
- III – Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV – Parecer do Conselho Fiscal;
- V – Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI – Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- VIII – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, arquivado na CVM em 17.02.2017; e
- IX – Parecer do Comitê de Auditoria.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31.12.2016, a Administração da Usiminas informa que deixa de apresentar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016 prevista no inciso II do § 1º do Artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009, bem

como as demais informações indicadas no Anexo 9-1-II à referida Instrução (decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011 – Processo CVM RJ2010/14687).

4.2. Fixar a verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018

Em reunião realizada em 16.02.2017, o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, no valor de até R\$19.766.417,00. Neste sentido, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 3 ao presente Manual, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

4.3. Deliberar sobre a Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, que haviam sido eleitos pelo sistema de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, nos termos do parágrafo 3º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, e escolha do respectivo Presidente do Conselho de Administração

A eleição dos membros do Conselho de Administração se faz necessária, em atendimento ao disposto no § 3º do artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, face ao falecimento do Conselheiro Titular Paulo Penido Pinto Marques e à renúncia do Conselheiro Titular Fumuhiko Wada, os quais haviam sido eleitos, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2016, pelo sistema de voto múltiplo. Assim, será realizada nova eleição apenas em relação aos membros do Conselho de Administração que foram eleitos pelo sistema de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária de 2016. Permanecerão em seus cargos, com seu mandato inalterado e vigente até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, os membros do Conselho de Administração que foram eleitos (i) na condição de representante dos empregados na forma prevista no artigo 12, § 1º, do Estatuto Social da Companhia; e (ii) por acionistas titulares de ações preferenciais pelo processo de eleição em separado, na forma prevista no artigo 141, § 4º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Tendo em vista que o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto por até 15 (quinze) membros, caberá à Assembleia Geral, previamente, à eleição dos Conselheiros, definir o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição, considerando um máximo de 13 (treze) vagas.

A Companhia não recebeu, até o dia 28 de março de 2017, nenhuma proposta de seus acionistas sobre a definição do número de vagas a serem preenchidas na presente eleição. Na Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2016, foi aprovada a proposta de eleição de 11 (onze) membros para o Conselho de Administração, sendo que 2 (dois) foram eleitos em separado e 9 (nove) cargos foram preenchidos na eleição geral.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho de Administração:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Ichiro Sato	Conselheiro Titular	Grupo NSSMC – Bloco de Controle
Kazuhiro Egawa	Conselheiro Titular	Grupo NSSMC – Bloco de Controle
Wanderley Rezende de Souza	Conselheiro Titular	Grupo NSSMC – Bloco de Controle
Oscar Montero Martínez	Conselheiro Titular	Grupo T/T – Bloco de Controle
Guilherme Poggiali de Almeida	Conselheiro Titular	Grupo T/T – Bloco de Controle
Elias de Matos Brito	Conselheiro Titular	Grupo T/T – Bloco de Controle
Rita Rebelo Hora de Assis Fonseca	Conselheiro Titular	Previdência Usiminas – Bloco de Controle
Hironobu Nose	Conselheiro Suplente	Grupo NSSMC
Hirohiko Maeke	Conselheiro Suplente	Grupo NSSMC
Yuichi Akiyama	Conselheiro Suplente	Grupo NSSMC
Simone Galante Alves	Conselheiro Suplente	Grupo T/T
Pablo Daniel Brizzio	Conselheiro Suplente	Grupo T/T
Mario Giuseppe Antonio Galli	Conselheiro Suplente	Grupo T/T
Gileno Antônio de Oliveira	Conselheiro Suplente	Previdência Usiminas

Além disso, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração Futuro L Par Fundo de Investimento em Ações a indicação dos Srs. Mario Daud Filho (titular) e Daniel Carlin Epstein (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho de Administração, na vaga prevista pelo inciso I do § 1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 4 ao presente Manual.

De acordo com o artigo 12, § 3º, do Estatuto Social, a Assembleia Geral deverá escolher um dos membros eleitos do Conselho de Administração para presidi-lo. Até o dia 28 de março de 2017, a única indicação recebida pela Companhia para o cargo de Presidente do Conselho de Administração foi a do Sr. Mario Daud Filho, apresentada pelo acionista Geração Futuro L Par Fundo de Investimento em Ações.

A Companhia ressalta que, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na presente eleição é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

4.4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Masato Ninomiya	Conselheiro Titular	Grupo NSSMC – Bloco de Controle
Paulo Frank Coelho da Rocha	Conselheiro Titular	Grupo T/T – Bloco de Controle
Lúcio de Lima Pires	Conselheiro Titular	Previdência Usiminas – Bloco de Controle

Aurea Christine Tanaka	Conselheiro Suplente	Grupo NSSMC
Mario Roberto Villanova Nogueira	Conselheiro Suplente	Grupo T/T
Ely Tadeu Parente da Silva	Conselheiro Suplente	Previdência Usiminas

Além disso, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração Futuro L Par Fundo de Investimento em Ações a indicação (i) dos Srs. Maury Fonseca Bastos (titular) e Cesar Romero Borges de Barros (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea “a” do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias; e (ii) dos Srs. Paulo Roberto Evangelista de Lima (titular) e Luiz Fernando Sachet (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea “a” do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações preferenciais.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 5 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

* * *

ANEXO 1 – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada 27.04.2017

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

1. Nome ou razão social do acionista (sem abreviações)	
2. CNPJ ou CPF do acionista	2.1. Endereço de e-mail do acionista para recebimento de comunicações da Companhia relacionadas ao Boletim
3. Orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância <p>Caso opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá preencher o presente Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que somente será considerado válido e os votos aqui proferidos contabilizados no quórum da Assembleia Geral, se observadas as seguintes instruções: (i) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (ii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente.</p> <p>Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco a sua consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos enviados em anexo ao Boletim que estejam lavrados em língua estrangeira.</p> <p>Em 20.04.2017 (inclusive), expira o prazo para o recebimento do Boletim devidamente preenchido, conforme instruções abaixo.</p> <p>Importante ressaltar que, para o Boletim produzir efeitos, o dia 20.04.2017 deverá ser o último dia para o seu RECEBIMENTO por uma das 3 formas a seguir elencadas, e não o último dia para a sua postagem. Se o Boletim for recebido após o dia 20.04.2017, os votos não serão computados.</p> <p>A Companhia ressalta ainda que os acionistas titulares de ações ordinárias poderão votar em todas as matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral, com exceção da eleição em separado de membros do Conselho Fiscal por titulares de ações preferenciais. Estes, por sua vez, somente poderão votar na eleição em separado dos membros do Conselho Fiscal pelos detentores de tal espécie de ações (Campo 15 abaixo).</p>	

4. Orientações de entrega do Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim deverá fazê-lo por uma das 3 (três) opções abaixo descritas:

I. Por instruções de preenchimento transmitidas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das 5.300 Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco:

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive).

II. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da BM&FBOVESPA.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 20.04.2017 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

III. Por envio diretamente à Companhia

Esta opção pode ser utilizada por qualquer acionista da Companhia:

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens I e II acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o presente Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 20.04.2017, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

5. Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Endereço Postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança

Endereço Eletrônico: dri@usiminas.com

(Obs: O envio do Boletim por meio eletrônico tem apenas a finalidade de antecipar o conteúdo do voto e não dispensa o envio e recebimento tempestivo da via física do Boletim.)

6. Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Banco Bradesco S.A.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

Banco Bradesco S.A

Cidade de Deus, s/n – Bairro: Vila Yara – Cidade: Osasco SP - Cep 06029-900

Departamento de Ações e Custódia - Prédio amarelo – Térreo

e-mail 4010.acecustodia@bradesco.com.br

0800 7011616

Fax (11) 3684-2811

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao

agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados no item 4.I deste Boletim.

Deliberações / Questões Objeto da Assembleia Geral Ordinária

Deliberação Simples

7. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

8. Fixar a remuneração global anual dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018 no valor de até R\$19.766.417,00:

Aprovar Rejeitar Abster-se

Questão Simples

9. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/1976?

Sim Não

Eleição do Conselho de Administração por Chapa Única

10.1. Eleição de todos os nomes que compõem a chapa indicada pelo bloco de controle:

Aprovar Rejeitar Abster-se

10.2. Caso um dos candidatos que compõem a chapa indicada pelo Bloco de Controle deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos a tal chapa?

Sim Não

10.3. Eleição de membros do Conselho de Administração, se for adotado o sistema de voto múltiplo (Obs: os votos somente serão considerados caso o

somatório dos números inseridos nos quadros abaixo equivalha a, no máximo, 100%):

Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos, nos seguintes percentuais, pelos candidatos ao cargo de conselheiros titulares integrantes da chapa indicada pelo Bloco de Controle:

Sr. Ichiro Sato - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sr. Kazuhiro Egawa - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sr. Wandelely Rezende de Souza - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sr. Oscar Montero Martínez - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sr. Guilherme Poggiali Almeida - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sr. Elias de Matos Brito - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato

Sra. Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca - [] % dos votos a ser atribuída à candidata

11. Eleição em separado de membro do Conselho de Administração por acionistas minoritários detentores de ações ordinárias (artigo 141, § 4º, inciso I, da Lei nº 6.404/1976) – O acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado em branco os campos 10.1 a 10.3 acima e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia Geral:

Candidatos Srs. Mario Daud Filho (titular) e Daniel Carlin Epstein (suplente):

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

12. Eleição do Presidente do Conselho de Administração (Obs: o voto somente será considerado caso o candidato indicado tenha sido previamente eleito para integrar o Conselho de Administração):

Candidato - Sr. Mario Daud Filho

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

<p>Eleição do Conselho Fiscal por Chapa Única</p> <p>13. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal indicados pelo Bloco de Controle: <input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p>14. Eleição em separado de membro do Conselho Fiscal por acionistas minoritários detentores de ações ordinárias (Obs: o voto somente será considerado caso o acionista tenha deixado em branco o Campo 13): Candidato – Sr. Maury Fonseca Bastos e respectivo suplente <input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p>15. Eleição em separado de membro do Conselho Fiscal por acionistas minoritários detentores de ações preferenciais: Candidato – Sr. Paulo Roberto Evangelista de Lima e respectivo suplente <input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p>Deliberação Simples</p> <p>16. Fixar a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976: <input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>

[Cidade], [data]

Nome e assinatura do Acionista

ANEXO 2 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1) CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTRATÉGIAS

Ao longo de 2016, a economia mundial manteve o ritmo de crescimento moderado, embora com alguma desaceleração entre os emergentes. O Fundo Monetário Internacional - FMI estimou o crescimento global em 2016 em 3,1%, contra 3,2% em 2015. Para a instituição, o cenário para 2017 permanece com incertezas adicionais advindas das políticas do novo governo nos Estados Unidos e dos seus desdobramentos globais. O FMI espera um crescimento de 3,4% do PIB global em 2017. Nos EUA, a atividade econômica acelerou neste segundo semestre de 2016 e a previsão do FMI, de acordo com o World Economic Outlook de Janeiro de 2017, é de um crescimento de 1,6% em 2016, ante 2,1% em 2015. A consistência da recuperação da atividade econômica nos EUA e as sinalizações de estímulos fiscais visando um crescimento mais forte nos próximos anos devem acelerar o processo de normalização da política monetária naquele país.

A atividade econômica na Zona do Euro sustentou um ritmo moderado de crescimento. Alguns países, contudo, seguiram com atividade abaixo do potencial. A estimativa do FMI é de uma expansão de 1,7% no PIB do bloco em 2016, contra 2,0% em 2015. A economia do Reino Unido reagiu bem ao referendo que levou à decisão da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e deve ter apresentado crescimento de 2,0% em 2016, segundo o FMI. Para o Japão, a estimativa é de um crescimento de 0,9% em 2016. Dentre os emergentes, a China, depois de um primeiro semestre mais fraco, voltou a mostrar aceleração do ritmo de atividade econômica, com reaquecimento do mercado imobiliário e alta significativa da produção e venda de bens duráveis, notadamente automóveis. Segundo o FMI, a previsão é de expansão de 6,7% do PIB chinês em 2016, ante 6,9% em 2015.

Na América Latina é esperado um recuo de 0,7% no PIB da região, por conta da recessão em duas de suas principais economias, Brasil e Argentina. No México, o crescimento em 2016 foi estimado em 2,0% e segue desacelerando. No Brasil, a atividade econômica decepcionou, sugerindo que a recessão seguiu se aprofundando no 4º trimestre de 2016, após o recuo de 0,8% no 3º trimestre comparativamente ao trimestre anterior. O FMI e o Relatório Focus do Banco Central do Brasil estimam

recoo de 3,5% em 2016. Contudo, a aprovação de medidas de alcance fiscal e a política monetária do Banco Central permitiram que a inflação surpreendesse positivamente, abrindo espaço para a queda dos juros.

Na indústria brasileira a situação foi ainda mais grave. A Produção Industrial encerrou o ano com um recoo de 6,6%. Os setores industriais intensivos no consumo de aço tiveram quedas ainda mais expressivas. A produção de bens de capital recuou 11,1% e a de bens duráveis, 14,7%.

Ao longo de 2016 algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Outra ação concluída foi a reestruturação da dívida financeira. Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

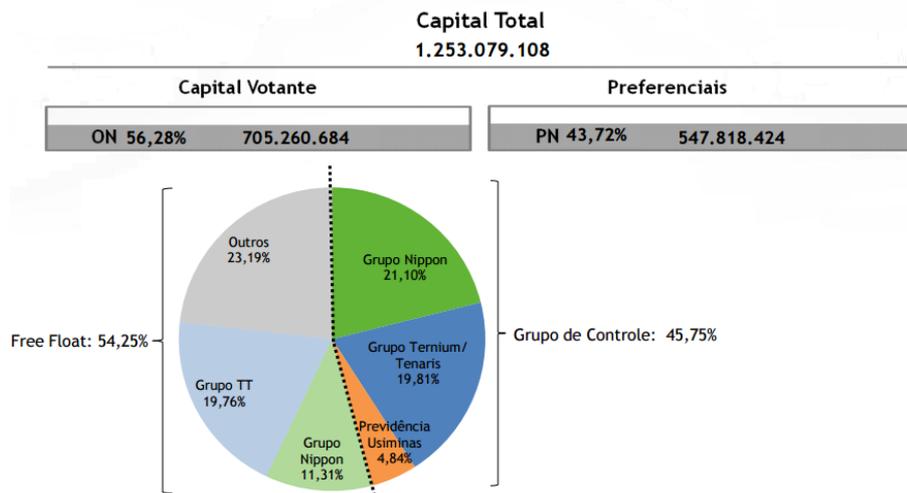
2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os stakeholders. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 45,75% do capital votante.



Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e até seis vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com onze membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2016	2015
Honorários	12.007	14.775
Encargos sociais	2.214	2.405
Planos de aposentadoria	256	204
Provisão (reversão) de remuneração	(19.725)	10.032
Total	(5.248)	27.416

Em 31 de dezembro de 2016, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$14.959 (31 de dezembro de 2015 - R\$17.054).

Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R\$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R\$15.552 e R\$4.173, respectivamente.

Audidores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

A KPMG Auditores Independentes foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das empresas Usiminas de 31/12/2016, assim como das informações trimestrais de 30/09/2016, 30/06/2016 e 31/03/2016.

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados dos referidos auditores externos no exercício social de 2016 foram os seguintes:

Descrição	R\$ mil (incluindo impostos)	% (**)
Auditoria externa (*)	2.506	-
Assessoria tributária	40	1,6%
Revisão de benefícios de remuneração	200	8,0%
Total	2.746	

(*) Refere-se ao serviço de auditoria contábil e fiscal.

(**) Percentual em relação aos honorários de auditoria externa.

Estes serviços foram contratados para períodos de até um ano.

Os auditores externos declararam que a prestação dos serviços descritos acima foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria prestados às empresas Usiminas.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

R\$ milhões - Consolidado	2016	2015	Var. 2016/2015
Volume de Vendas Aço (mil t)	3.652	4.915	-26%
Volume de Vendas Minério (mil t)	3.207	3.790	-15%
Receita Líquida	8.454	10.186	-17%
CPV	(7.967)	(10.013)	-20%
Lucro (Prejuízo) Bruto	487	173	182%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(577)	(3.685)	-84%
EBITDA (Instrução CVM 527)	995	(2.318)	-
Margem de EBITDA (Instrução CVM 527)	12%	-23%	+35 p.p.
EBITDA Ajustado	660	291	127%
Margem de EBITDA Ajustado	8%	3%	+5 p.p.
Investimentos (CAPEX)	225	784	-71%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.258	2.024	12%

Receita líquida

No ano de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas unidades de negócio da Companhia.

Distribuição do volume de venda	2016	2015
Mercado Interno	88%	79%
Mercado Externo	12%	21%
Total	100%	100%

Custos dos produtos vendidos (CPV)

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20,0%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 19,5%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões também negativas em 2015, consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$ 176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485,1 milhões contra R\$164,3 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132,8 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, desconsiderando o *impairment* de ativos. O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 70% da Unigal e outras controladas em conjunto.

Demonstrativo do EBITDA		
Consolidado (R\$ mil)	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(576.843)	(3.684.977)
Imposto de renda / Contribuição social	325.095	(1.189.922)
Resultado financeiro	30.156	1.245.693
Depreciação e amortização	1.216.491	1.311.699
EBITDA - Instrução CVM 527	994.899	(2.317.507)
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(142.861)	(95.582)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	151.343	147.028
<i>Impairment</i> de Ativos	(343.006)	2.557.533
EBITDA Ajustado	660.375	291.472

No ano de 2016, o EBITDA ajustado foi de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de

47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado positivo em R\$ 9,0 milhões de efeitos monetários em 2016 contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$ 255 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho da Unigal e da MRS Logística neste ano.

Lucro (prejuízo) líquido

No ano de 2016, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$576,8 milhões, contra um prejuízo líquido de R\$3,7 bilhões em 2015, uma redução de 84,4% principalmente devido ao melhor resultado operacional das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço, a reversão de *impairment* de R\$357,5 milhões em 2016 contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 e a despesas financeiras de R\$1,2 bilhão em 2015, em função da desvalorização cambial de 47,0% naquele ano, contra despesa de R\$30,2 milhões em 2016, em função da valorização cambial de 16,5% neste período.

Capital de giro

Em 2016, o capital de giro foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$2,3 bilhões em 2015, um aumento de R\$171,4 milhões, principalmente pela redução nos títulos a pagar - Forfating, compensados parcialmente pela redução nos estoques de matérias primas e aço, pela redução no contas a receber e pelo aumento nos demais passivos circulantes.

Investimentos (CAPEX)

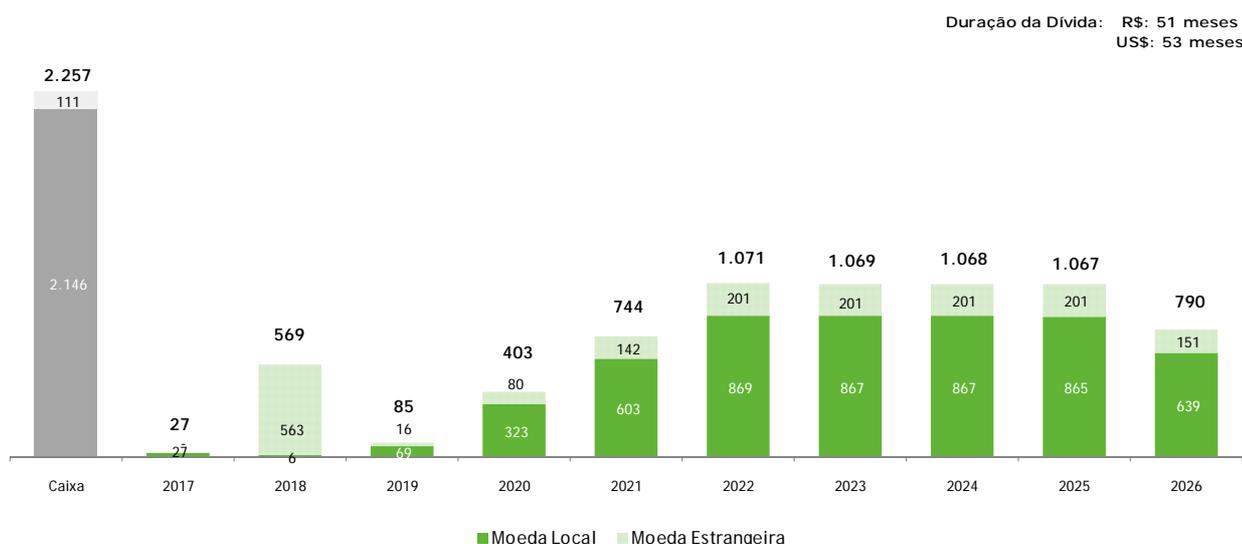
O CAPEX totalizou R\$225,2 milhões em 2016, 71,3% inferior quando comparado ao ano de 2015, resultado da estratégia da Companhia de controle rigoroso de CAPEX. Os principais investimentos realizados foram com sustaining CAPEX. Do total dos investimentos em 2016, foram aplicados 79% na Unidade de Siderurgia, 15% na Mineração, 3% na Transformação do Aço e 3% em Bens de Capital, aproximadamente.

Endividamento financeiro

Em 2016, a dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, uma redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira.

Em 31/12/16, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/2016:



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na BM&FBOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou 2016 cotada a R\$8,26 (2015 em R\$4,02) e a ação preferencial (USIM5) a R\$4,10 (2015 em R\$1,55).

Bolsas estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem American Depositary Receipts (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/16, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$1,25 (2015 em US\$0,37) e apresentou uma valorização de 247,2% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/16, a ação XUSI encerrou cotada a €1,20 (2015 em €0,35). Já a ação XUSIO encerrou cotada a €2,50 (2015 em €0,98).

Relações com investidores

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, apresentação pública Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em diversas conferências internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores nacionais e estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda visitas à suas principais unidades industriais (Ipatinga, Cubatão e Mineração Usiminas).

6) DESEMPENHO SOCIAL

Gestão de pessoas

Em 2016, a Usiminas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de profissionais da área de Siderurgia (Altos Fornos, Sinterização, Coqueria, Carboquímicos, Aciaria, Laminação a Quente, Laminação a Frio, Energia e Utilidades, Equipamentos Móveis e Manutenção) abrangendo 3.484 participações.

Também foram focados os treinamentos em segurança (Normas Regulamentadoras) e qualidade, bem como na educação continuada (Idiomas, Graduação, Pós Graduação e Mestrado) que englobou 406 participantes.

A Usiminas encerrou 2016 com 625 mil horas em treinamentos, equivalente a 52,3 horas de treinamento por empregado.

Comunidade e meio ambiente

Em 2016, a Fundação São Francisco Xavier, braço social da Usiminas implantou no Hospital Márcio Cunha (HMC) três serviços de grande relevância para a comunidade do Leste de Minas Gerais: o Centro de Reabilitação, a Unidade de Cuidados Paliativos e a entrega da ampliação e revitalização do Centro de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise).

Em matéria cultural, o Instituto Cultural Usiminas investiu R\$8,4 milhões em um total de 63 projetos no ano de 2016 atendendo a mais de 150 mil pessoas que participaram das atrações oferecidas pelo Centro Cultural Usiminas e Teatro Zélia Olguin.

A Ação Educativa do Instituto Cultural Usiminas atendeu mais de 34 mil pessoas em sua programação. Foram 456 agendamentos de escolas públicas e privadas, universidades, grupos portadores de necessidades especiais, creches, grupos de 3ª idade e outras instituições sociais para participarem das atividades oferecidas pelo Instituto em seu programa educativo.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”) identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação

de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento de negócio.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto utilizada na determinação do valor em uso dos ativos, volume de vendas do período projetado, inflação, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e considerando a redução da demanda do mercado siderúrgico, volatilidade dos preços do minério de ferro e do câmbio, entre outros, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Usiminas e aprovadas pelos órgãos de governança. Analisamos a avaliação da Usiminas quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia e suas subsidiárias. Obtivemos os fluxos de caixa descontado de cada segmento de negócio e, com o envolvimento de nossos especialistas da área de finanças corporativas, avaliamos as premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto adotada, os preços projetados, projeções de custos de capital e operacionais e perfis de produção e taxas de câmbio, confrontando-as, quando aplicável, com informações de terceiros. Além disso, realizamos discussões com a Companhia, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada segmento de negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Conforme descrito na nota explicativa 13, a Companhia reconheceu os impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Usiminas e aprovadas pelos órgãos de governança, e optamos por uma abordagem de testes detalhados de documentos, os quais incluíram o envolvimento dos nossos especialistas de impostos, na avaliação da natureza das diferenças temporárias, bem como na avaliação da base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas da área de finanças corporativas avaliamos as premissas e a metodologia utilizada pela Companhia. Comparamos as premissas da Companhia, com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, e com outras avaliações que realizamos dos principais inputs, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como avaliamos uma análise de sensibilidade das premissas. Comparamos também o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Além disso, avaliamos se as divulgações realizadas pela Companhia com relação aos impostos reconhecidos e não reconhecidos refletem adequadamente as estimativas elaboradas e aprovadas pela Companhia. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Instrumentos financeiros - Reestruturação de dívida

Conforme descrito na nota explicativa 20, em 2016 a Companhia celebrou contratos para reestruturação de sua dívida bancária. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação desta operação e, conseqüentemente, a necessidade de se avaliar o adequado tratamento contábil para a mensuração, desreconhecimento e reconhecimento dos instrumentos financeiros envolvidos, bem como a necessidade de se avaliar o cumprimento das cláusulas restritivas (covenants), que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, exame da documentação suporte da operação, avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do tratamento contábil adotado pela Companhia para registro e recálculo dos valores relevantes envolvidos na transação, avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas, bem como confirmação de saldos junto aos credores. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

Conforme descrito na nota explicativa 24, provisões são constituídas pela Companhia para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos internos e externos, exerce julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível. A avaliação das provisões para demandas judiciais e administrativas representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras individuais

e consolidadas como um todo, pelos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para constituição das provisões e divulgações requeridas, bem como pela necessidade de se avaliar a integridade das informações, em função da alteração do sistema de controle e gestão utilizado pela Companhia, ocorrida em 2016.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com auxílio de nossos especialistas de Tecnologia de Informação, avaliamos os controles internos associados ao registro e integridade das informações relacionadas as demandas judiciais e administrativas, em função da alteração do sistema de controle e gestão. Obtivemos a lista de consultores jurídicos externos que representam a Companhia nos processos e analisamos a carta de confirmação contendo informação sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda. Para os valores mais significativos, avaliamos o entendimento do mérito e a razoabilidade da conclusão sobre a classificação e mensuração de risco determinado pela Companhia e os valores contabilizados. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, como consequência do cenário econômico nacional e internacional, durante o ano de 2016, a geração de caixa operacional da Companhia foi negativamente impactada, principalmente em função da queda da demanda e dos preços dos produtos siderúrgicos. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Companhia, considerou a renegociação de dívidas e aportes de capital dos acionistas efetuados durante o ano de 2016, bem como elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	362.293	319.027	719.870	800.272
Títulos e valores mobiliários	9	176.422	442	1.537.584	1.224.185
Contas a receber de clientes	10	890.216	1.083.199	1.179.212	1.428.421
Estoques	11	2.204.776	2.264.551	2.604.306	2.748.417
Impostos a recuperar	12	66.087	131.537	125.191	210.946
Imposto de renda e contribuição social antecipados		65.770	43.013	113.409	166.252
Dividendos a receber	34	55.327	12.066	2.463	2.357
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	42.782	44.669	152.560
Demais valores a receber		112.040	185.158	93.774	161.432
Total do ativo circulante		3.932.931	4.081.775	6.420.478	6.894.842
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.021.565	2.045.188	3.120.368	3.281.063
Valores a receber de empresas ligadas	34	59.780	45.850	3.842	4.412
Depósitos judiciais	14	529.015	488.311	660.229	597.392
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	365.308	100.670	559.654
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	68.172	-
Impostos a recuperar	12	32.055	42.204	96.070	81.263
Demais valores a receber		115.342	45.405	215.932	173.844
		2.757.757	3.032.266	4.265.283	4.697.628
Investimentos	15	5.939.932	6.992.230	1.126.176	1.084.311
Imobilizado	16	11.883.058	12.716.177	13.748.890	14.743.629
Intangível	18	186.855	183.741	693.918	337.922
Total do ativo não circulante		20.767.602	22.924.414	19.834.267	20.863.490
Total do ativo		24.700.533	27.006.189	26.254.745	27.758.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	860.835	769.821	846.377	820.571
Empréstimos e financiamentos	20	59.818	2.541.637	62.157	1.850.392
Debêntures	21	5.551	61.109	5.551	61.109
Adiantamentos de clientes		7.287	15.915	35.806	40.799
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	3.21	356.970	954.161	356.970	954.161
Salários e encargos sociais		153.160	225.136	197.076	278.149
Tributos a recolher	22	41.281	66.503	58.447	85.547
Tributos parcelados	23	7.205	6.968	8.529	8.191
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	7.538	6.151
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	139	140	22.001	142
Instrumentos financeiros derivativos	6	48.577	199.657	48.577	199.657
Demais contas a pagar		62.510	130.700	103.215	191.054
Total do passivo circulante		1.603.333	4.971.747	1.752.244	4.495.923
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	6.480.469	5.663.006	5.864.416	4.958.032
Debêntures	21	992.184	999.181	992.184	999.181
Valores a pagar a empresas ligadas	36	76.118	88.171	153.269	162.957
Tributos parcelados	23	-	-	9.050	9.582
Provisão para demandas judiciais	24	422.405	395.834	607.863	557.455
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	143.042	127.103
Benefícios pós-emprego	26	1.338.419	1.150.917	1.342.727	1.153.379
Instrumentos financeiros derivativos	6	102.413	203.845	102.413	203.845
Demais contas a pagar		149.452	124.510	95.903	97.018
Total do passivo não circulante		9.561.460	8.625.464	9.310.867	8.268.552
Total do passivo		11.164.793	13.597.211	11.063.111	12.764.475
Patrimônio líquido					
Capital social	27	13.200.295	12.150.000	13.200.295	12.150.000
Reservas de capital		309.445	327.191	309.445	327.191
Reservas de lucros		-	620.039	-	620.039
Ajustes de avaliação patrimonial		26.000	311.748	26.000	311.748
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		13.535.740	13.408.978	13.535.740	13.408.978
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.655.894	1.584.879
Total do patrimônio líquido		13.535.740	13.408.978	15.191.634	14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.700.533	27.006.189	26.254.745	27.758.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações continuadas					
Receita	29	7.515.554	9.168.208	8.454.200	10.185.570
Custo das vendas	30	(7.200.317)	(9.252.460)	(7.966.878)	(10.013.018)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>315.237</u>	<u>(84.252)</u>	<u>487.322</u>	<u>172.552</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(177.543)	(165.214)	(272.731)	(258.141)
Despesas gerais e administrativas	32	(251.834)	(314.019)	(354.218)	(440.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(430.674)	(846.700)	(224.826)	(3.199.078)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	<u>(8.151)</u>	<u>(71.832)</u>	<u>142.861</u>	<u>95.582</u>
		(868.202)	(1.397.765)	(708.914)	(3.801.758)
Lucro (prejuízo) operacional		<u>(552.965)</u>	<u>(1.482.017)</u>	<u>(221.592)</u>	<u>(3.629.206)</u>
Resultado financeiro	33	51.832	(2.245.070)	(30.156)	(1.245.693)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(501.133)</u>	<u>(3.727.087)</u>	<u>(251.748)</u>	<u>(4.874.899)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		-	4.593	(17.951)	(17.282)
Diferido		<u>(168.819)</u>	<u>486.389</u>	<u>(307.144)</u>	<u>1.207.204</u>
		(168.819)	490.982	(325.095)	1.189.922
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(669.952)</u>	<u>(3.236.105)</u>	<u>(576.843)</u>	<u>(3.684.977)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(669.952)	(3.236.105)	(669.952)	(3.236.105)
Acionistas não controladores		-	-	93.109	(448.872)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(669.952)	(3.236.105)	(576.843)	(3.684.977)
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	(267.831)	(93.379)	(268.065)	(93.080)
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>(267.831)</u>	<u>(93.379)</u>	<u>(268.065)</u>	<u>(93.080)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(937.783)</u>	<u>(3.329.484)</u>	<u>(844.908)</u>	<u>(3.778.057)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(937.783)	(3.329.484)	(937.783)	(3.329.484)
Acionistas não controladores		-	-	92.875	(448.573)

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas controladores											
	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Reserva especial de ágio	Opções Otor-gadas reconhecidas	Reserva Legal	Total				
Em 31 de dezembro de 2015	<u>12.150.000</u>	<u>105.295</u>	<u>3.339</u>	<u>(104.762)</u>	<u>293.594</u>	<u>29.725</u>	<u>620.039</u>	<u>311.748</u>	<u>-</u>	<u>13.408.978</u>	<u>1.584.879</u>	<u>14.993.857</u>
Resultado abrangente do período												
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(669.952)	(669.952)	93.109	(576.843)
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	(275.375)	7.544	(267.831)	(234)	(268.065)
Total do resultado abrangente do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(275.375)</u>	<u>(662.408)</u>	<u>(937.783)</u>	<u>92.875</u>	<u>(844.908)</u>
Aumento de capital	27	1.050.295	-	-	-	-	-	-	-	1.050.295	-	1.050.295
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício												
Absorção de prejuízo		-	-	-	(14.865)	-	(620.039)	-	634.904	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.860)	(21.860)
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	(2.881)	-	-	6.600	3.719	-	3.719
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	(13.797)	20.904	7.107	-	7.107
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	3.424	-	3.424	-	3.424
Em 31 de dezembro de 2016	<u>13.200.295</u>	<u>105.295</u>	<u>3.339</u>	<u>(104.762)</u>	<u>278.729</u>	<u>26.844</u>	<u>-</u>	<u>26.000</u>	<u>-</u>	<u>13.535.740</u>	<u>1.655.894</u>	<u>15.191.634</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas controladores												
	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
					Reserva especial de ágio	Opções Otor-gadas reconhe-cidas	Reserva Legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial				Total
Em 31 de dezembro de 2014	<u>12.150.000</u>	<u>105.295</u>	<u>3.339</u>	<u>(104.762)</u>	<u>293.594</u>	<u>21.385</u>	<u>706.065</u>	<u>3.124.995</u>	<u>419.753</u>	<u>-</u>	<u>16.719.664</u>	<u>2.041.951</u>	<u>18.761.615</u>
Resultado abrangente do período													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.236.105)	(3.236.105)	(448.872)	(3.684.977)
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	(93.379)	-	(93.379)	299	(93.080)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	(93.379)	(3.236.105)	(3.329.484)	(448.573)	(3.778.057)
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	27												
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	-	(86.026)	(3.124.995)	-	3.211.021	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	8.340	-	-	-	2.851	11.191	-	11.191
Dividendos de subsidiárias concedidos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.499)	(8.499)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(14.626)	22.162	7.536	-	7.536
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	71	71	-	71
Em 31 de dezembro de 2015	<u>12.150.000</u>	<u>105.295</u>	<u>3.339</u>	<u>(104.762)</u>	<u>293.594</u>	<u>29.725</u>	<u>620.039</u>	<u>-</u>	<u>311.748</u>	<u>-</u>	<u>13.408.978</u>	<u>1.584.879</u>	<u>14.993.857</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(669.952)	(3.236.105)	(576.843)	(3.684.977)
Ajustes para conciliar o resultado				
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas	(223.086)	1.926.577	33.433	1.364.544
Despesas de juros	463.910	310.217	451.913	253.545
Depreciação, amortização e exaustão	1.011.828	1.072.762	1.216.491	1.311.699
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento	25.056	45.092	25.331	54.259
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	17	7.277	467.103	(343.006)
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	8.151	71.832	(142.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	168.819	(486.389)	307.144
Constituição (reversão) de provisões		30.867	70.774	66.120
Perdas (ganhos) atuariais	26	(1.821)	15.388	(1.480)
Plano de Outorga de Ações		(2.881)	8.340	(2.881)
				8.340
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes		143.061	(117.084)	199.287
Estoques		79.312	617.914	163.648
Impostos a recuperar		52.842	(30.291)	24.583
Valores a receber de empresas ligadas		(13.930)	20.183	570
Depósitos judiciais		(40.704)	(2.359)	(72.282)
Outros		(23.009)	(75.504)	82.118
				1.715
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores, empreiteiros e fretes		91.014	(818.183)	25.806
Adiantamentos de clientes		(8.628)	(34.740)	(4.993)
Valores a pagar a empresas ligadas		(12.053)	30.391	(9.688)
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>		(597.191)	338.600	(399.729)
Tributos a recolher		(25.222)	2.897	(27.100)
Outros		(145.703)	114.078	(198.974)
				93.321
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	3.319	(16.569)
Juros pagos		(908.814)	(624.211)	(897.242)
Passivo atuarial pago		(213.108)	(192.216)	(213.108)
				(192.216)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(803.965)	(501.615)	(310.312)	103.414
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(175.980)	(137)	(313.399)	(482.094)
Compras de imobilizado	16	(163.250)	(565.533)	(207.035)
Valor recebido pela venda de imobilizado		5.363	14.798	5.532
Redução de capital em subsidiária		166.249	814.314	-
Compras de software		(14.077)	(25.598)	(15.724)
Dividendos recebidos		137.950	221.342	96.701
				121.848
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(43.745)	459.186	(433.925)	(1.098.188)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Cessões de crédito contratadas	-	-	43.832	477.357
Cessões de crédito liquidadas	-	-	(241.294)	(593.585)
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	1.678.529	-	1.678.529
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.840.465)	(185.431)	(1.852.591)
Pagamento de tributos parcelados	23	(323)	(1.601)	(1.178)
Liquidação de operações de <i>swap</i>		(4.261)	12.240	(27.165)
Recebimento por aumento de capital social		1.050.295	1.050.295	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	27	(1)	(3)	(39.295)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		905.179	678.038	(357.928)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(14.203)	(14.203)	43.162
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		43.266	(80.402)	(1.309.540)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	319.027	800.272	2.109.812
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	362.293	719.870	800.272
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		43.266	(80.402)	(1.309.540)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29	9.446.553	11.643.203	11.101.311	13.571.271
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	(49.923)	(15.250)	(55.623)	(18.358)
Outras receitas		130.897	196.885	151.081	248.826
		<u>9.527.527</u>	<u>11.824.838</u>	<u>11.196.769</u>	<u>13.801.739</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(6.913.511)	(9.012.387)	(7.579.841)	(9.616.176)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(737.804)	(1.400.566)	(641.389)	(3.956.289)
		<u>(7.651.315)</u>	<u>(10.412.953)</u>	<u>(8.221.230)</u>	<u>(13.572.465)</u>
Valor adicionado bruto		1.876.212	1.411.885	2.975.539	229.274
Depreciação, amortização e exaustão	30	(1.011.828)	(1.072.762)	(1.216.491)	(1.311.699)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>864.384</u>	<u>339.123</u>	<u>1.759.048</u>	<u>(1.082.425)</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(8.151)	(71.832)	142.861	95.582
Receitas financeiras	33	446.099	220.130	671.218	428.538
Variações cambiais, líquidas		726.054	-	639.098	-
Ganhos e perdas atuariais	26	1.821	(15.388)	1.480	(16.502)
		<u>1.165.823</u>	<u>132.910</u>	<u>1.454.657</u>	<u>507.618</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>2.030.207</u>	<u>472.033</u>	<u>3.213.705</u>	<u>(574.807)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	501.487	878.487	954.488	1.469.228
FGTS	69.485	93.427	92.097	127.694
Remuneração da Administração	17.597	27.416	23.262	33.029
Participação dos empregados nos lucros	-	154	10.605	2.968
Planos de aposentadoria	19.202	33.073	20.275	34.723
	<u>607.771</u>	<u>1.032.557</u>	<u>1.100.727</u>	<u>1.667.642</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	596.961	(9.306)	926.114	(530.092)
Estaduais	312.875	152.114	334.652	208.141
Municipais	61.229	66.558	87.581	89.233
Incentivos fiscais	1.002	1.015	1.002	1.015
	<u>972.067</u>	<u>210.381</u>	<u>1.349.349</u>	<u>(231.703)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	960.482	762.203	1.038.349	842.530
Variações cambiais líquidas	-	1.805.275	-	1.072.090
Outras	159.839	(102.278)	302.123	(240.389)
	<u>1.120.321</u>	<u>2.465.200</u>	<u>1.340.472</u>	<u>1.674.231</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	(669.952)	(3.236.105)	(669.952)	(3.236.105)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	93.109	(448.872)
	<u>(669.952)</u>	<u>(3.236.105)</u>	<u>(576.843)</u>	<u>(3.684.977)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>2.030.207</u>	<u>472.033</u>	<u>3.213.705</u>	<u>(574.807)</u>

(i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica "Tributos federais".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”, “Usiminas”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5, USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (“Empresas Usiminas”) têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Conta atualmente com duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos, terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas cidades brasileiras.

As demonstrações financeiras da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (Companhia) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, que assume que a Companhia será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

A avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional, elaborada pela Administração da Companhia, abrange o período operacional de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras e considera eventos estimados que individual ou coletivamente pudessem gerar dúvidas quanto ao pressuposto de continuidade operacional.

Desde o início de 2016, a Companhia vem implementando um plano de ação com foco principal na adequação dos desembolsos financeiros, na priorização da geração de caixa operacional e na administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital. Ações importantes que faziam parte deste plano foram concluídas, conforme descrito a seguir.

Aumento de capital

Em reunião realizada em 03 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital, no limite do capital autorizado pelo Estatuto Social. Diante disso, o procedimento de aumento de capital foi concluído com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$ 1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.295, superior, portanto, ao limite mínimo de R\$32.441, estabelecido pelo Conselho de Administração para permitir a homologação parcial do aumento de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2016, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2016, no montante total de R\$1.000.000, com a subscrição da totalidade das 200.000.000 ações ordinárias, idênticas às ações dessa espécie já existentes, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 5,00 por ação. As novas ações ordinárias emitidas foram creditadas aos seus subscritores em 22 de julho de 2016.

Desta forma, desde julho de 2016, o capital social da Companhia passou a ser R\$13.200.295, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B1, todas escriturais e sem valor nominal.

Renegociação das dívidas

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira junto aos seus credores, o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são: (i) prazo total de 10 anos para pagamento das dívidas, sendo os 3 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal, bem como para medição dos *covenants* financeiros; e (ii) pagamento de juros trimestrais.

A Companhia assumiu o compromisso de, até o pagamento integral da sua dívida, somente pagar ou distribuir os dividendos que forem exigidos por lei ou por seu Estatuto Social e, em caso de distribuição de dividendos, efetuar um pagamento do mesmo montante aos seus credores, como amortização antecipada do saldo a eles devido.

Em 2017, a Companhia continuará com o plano estratégico de controle do caixa, adotando ações adicionais específicas na gestão do seu fluxo de caixa. Com isso, a Administração acredita em uma melhora contínua do caixa da Companhia. As principais ações estão descritas a seguir:

- Ampliação do prazo médio de pagamento de fornecedores selecionados de 30 para 45 dias até julho de 2017;
- Retomada do ritmo de antecipação de recebíveis da Soluções em Aço Usiminas S.A.;
- Ampliação do prazo de pagamento para as compras de carvão adquirido à vista.

Em Assembleia Geral Extraordinária da sua controlada Mineração Usiminas S.A. (MUSA), realizada em 10 de janeiro de 2017, não foi aprovada a proposta de redução do capital social no valor de R\$1.000.000, tendo em vista o disposto no Acordo de Acionistas e Estatuto Social da MUSA, os quais estabelecem que eventual redução do seu capital social depende da aprovação conjunta da USIMINAS (detentora de 70% do capital social e votante) e da Sumitomo (detentora de 30% do capital social e votante).

Não obstante essa decisão, a Companhia entende que o acesso ao caixa da MUSA é viável. A Administração continua negociando o acesso a este caixa e acredita em uma solução para todos os envolvidos. A Administração também acredita ser ainda muito precoce qualquer avaliação sobre a impossibilidade definitiva de acesso ao caixa da MUSA, tendo em vista que o prazo final, estabelecido junto aos credores financeiros nos documentos de renegociação das dívidas, é 30 de junho de 2017. Importante ressaltar que o acesso ao caixa da MUSA pode acontecer de outras formas, como por exemplo, via empréstimo, condição prevista e permitida nos documentos de renegociação das dívidas, desde que este empréstimo seja feito nas mesmas condições das dívidas renegociadas.

Os anos de 2016 e de 2015 apresentaram piora significativa do cenário econômico. No mercado internacional, verificou-se excesso de oferta de aço, com conseqüente redução dos preços internacionais dos produtos siderúrgicos, bem como do minério de ferro. No mercado brasileiro, além da forte crise política, setores industriais intensivos no consumo de aço, como produção de bens de capital e bens duráveis, tiveram quedas expressivas de produção. Este cenário de menor demanda causou impacto nos negócios da Companhia, o que levou a Diretoria a implementar ações adicionais com o objetivo de adequar a sua estrutura à realidade econômica recessiva. Como exemplo, pode ser citada a parada das áreas primárias da Usina de Cubatão - SP.

A Administração acredita que está tomando as medidas apropriadas para manter a sustentabilidade dos negócios da Companhia de acordo com as circunstâncias atuais. A instabilidade dos ambientes econômicos nacional e internacional pode afetar negativamente os resultados e a posição financeira da Companhia de maneira não determinável atualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, baseando-se nas projeções de fluxos de caixa da Administração, os quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como a variação cambial. A Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro previsível.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Cosipa Commercial Ltd. (i)	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como trading company, intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior.
Usiminas Mecânica S.A.	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (ii) (iii)	100	100	São Paulo/SP	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Cosipa Commercial Ltd. encerrou as suas atividades ao longo do exercício de 2016.

(ii) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(iii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
Metform S.A. (iv)	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação de telhas de aço, <i>Steel Decks</i> e acessórios galvanizados.
MRS Logística S.A. (v)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logístico.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(iv) A coligada Metform S.A. foi incorporada pela também coligada Codeme S.A., sem alterações nas participações societárias da Companhia.

(v) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2017.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais a Companhia têm o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Adicionalmente, os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas;
- Controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2016.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é também, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como títulos e valores mobiliários os investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e Demais valores a receber.

As Empresas Usiminas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) de valores inadimplentes que se encontram na esfera jurídica e para os quais não há formalização de um novo acordo de recebimento, bem como para os casos em que não há expectativa de realização do ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrer. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável de ativos (*impairment*) financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e conta a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado das vendas durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da Controlada Mineração Usiminas S.A. sobre futuros gastos trazidos a valor presente.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações decorrentes da legislação, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28.1 a título de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.	A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.	A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)	A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.	A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)	As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)	As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.21 Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de comparabilidade de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou as operações de cessão de crédito (*forfaiting*) realizadas no mercado externo com fornecedores comerciais, da rubrica “Fornecedores” para a rubrica “Títulos a pagar - *Forfaiting*”, nos Balanços patrimoniais e nas Demonstrações do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2015.

(a) Balanço patrimonial

	Controladora		
	31/12/2015		
	Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Total do ativo	27.006.189	-	27.006.189
Fornecedores	1.136.524	(366.703)	769.821
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	587.458	366.703	954.161
Outros passivos circulantes e não circulantes	11.873.229	-	11.873.229
Total do passivo	13.597.211	-	13.597.211
Total do patrimônio líquido	13.408.978	-	13.408.978
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.006.189	-	27.006.189
	Consolidado		
	31/12/2015		
	Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Total do ativo	27.758.332	-	27.758.332
Fornecedores	1.187.274	(366.703)	820.571
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	587.458	366.703	954.161
Outros passivos circulantes e não circulantes	10.989.743	-	10.989.743
Total do passivo	12.764.475	-	12.764.475
Total do patrimônio líquido	14.993.857	-	14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.758.332	-	27.758.332

(b) Demonstrações do fluxo de caixa

	Controladora		
	31/12/2015		
	Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	(3.236.105)	-	(3.236.105)
Ajustes para conciliar o resultado	3.501.696	-	3.501.696
Variações nos ativos e passivos			
Fornecedores	(451.480)	(366.703)	(818.183)
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	(28.103)	366.703	338.600
Outros	525.485	-	525.485
Juros, IR/CS e passivo atuarial pagos	(813.108)	-	(813.108)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(501.615)	-	(501.615)
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimento	459.186	-	459.186
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(291.073)	-	(291.073)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	43.162	-	43.162
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(290.340)	-	(290.340)

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	(3.684.977)	-	(3.684.977)
Ajustes para conciliar o resultado	4.406.684	-	4.406.684
Variações nos ativos e passivos			
Fornecedores	(484.266)	(366.703)	(850.969)
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	88.125	366.703	454.828
Outros	583.822	-	583.822
Juros, IR/CS e passivo atuarial pagos	(805.974)	-	(805.974)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	103.414	-	103.414
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimento	(1.098.188)	-	(1.098.188)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(357.928)	-	(357.928)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	43.162	-	43.162
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(1.309.540)	-	(1.309.540)

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de *forfaiting* realizadas nos mercados interno e externo com fornecedores comerciais totalizaram R\$356.970.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17). Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de *commodities*, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, existe um Comitê de Crédito composto de especialistas das áreas financeira e comercial, que avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais. Nenhuma instituição financeira detém isoladamente mais de 25% do total das aplicações financeiras e demais investimentos das Empresas Usiminas.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	860.835	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	837.663	2.004.550	3.251.385	5.856.849
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Instrumentos financeiros derivativos	(46.766)	(98.881)	(476)	46

Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.136.524	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.930.896	1.687.530	4.696.682	63.051
Debêntures	164.084	631.289	630.946	-
Instrumentos financeiros derivativos	(154.411)	(78.871)	242.867	552

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	846.377	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	787.984	781.428	3.255.448	5.856.979
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Bond	38.557	130.664	-	-
Obrigações com arrendamento financeiro	63	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.190)	(525)	(476)	46

Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.187.274	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.161.760	1.628.748	3.277.523	63.716
Debêntures	164.084	631.289	630.946	-
Bond	45.362	47.708	193.022	-
Obrigações com arrendamento financeiro	471	56	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(44.634)	(26.731)	385.074	552

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	8.362	94.689	103.130	143.256
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.146	160.976
Contas a receber	86.504	175.431	87.334	176.207
Adiantamentos a fornecedores	11.505	20.268	12.684	21.804
	<u>106.371</u>	<u>290.388</u>	<u>211.294</u>	<u>502.243</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(2.418.093)	(5.186.064)	(1.779.065)	(3.725.360)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(163.191)	(465.827)	(167.613)	(471.048)
Adiantamento de clientes	(3.430)	(5.403)	(4.607)	(13.857)
Demais contas a pagar	(16.790)	(15.970)	(16.786)	(15.763)
	<u>(2.601.504)</u>	<u>(5.673.264)</u>	<u>(1.968.071)</u>	<u>(4.226.028)</u>
Exposição patrimonial	<u>(2.495.133)</u>	<u>(5.382.876)</u>	<u>(1.756.777)</u>	<u>(3.723.785)</u>
Instrumentos financeiros derivativos (nocial)	(104.420)	1.302.649	-	1.513.192
Exposição cambial total	<u>(2.599.553)</u>	<u>(4.080.227)</u>	<u>(1.756.777)</u>	<u>(2.210.593)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Real	5.119.929	4.078.869	5.145.243	4.143.354
Dólar norte-americano	1.193.485	3.022.532	1.775.892	3.721.461
Yene	1.224.608	2.163.532	3.173	3.899
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>7.538.022</u>	<u>9.264.933</u>	<u>6.924.308</u>	<u>7.868.714</u>

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.6(a).

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2016 para o cenário provável. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira 31 de dezembro de 2016.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	31/12/2016		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	3,2591	3,4221	4,0739	4,8887
EUR	3,4384	3,6103	4,2980	5,1576
JPY	0,02792	0,0293	0,0349	0,0419

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(88.124)	(440.619)	(881.238)
EUR	246	1.228	2.456
JPY	39	197	394

Os instrumentos financeiros derivativos atrelados à exposição cambial foram incluídos na análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira, baseado no objetivo destes instrumentos que é de reduzir o impacto da oscilação da moeda estrangeira. Estes instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados na Nota 6.

(d) **Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros**

(i) **Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros**

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	1.259.745	17	3.744.634	40	642.964	9	2.295.166	29
TJLP	377.351	5	406.691	4	379.880	6	413.518	5
Libor	1.065.773	14	1.306.185	14	1.065.773	15	1.306.185	17
CDI	3.735.303	50	2.506.210	28	3.735.406	54	2.551.219	33
Outras	102.115	1	240.923	3	102.550	1	242.336	3
	<u>6.540.287</u>	<u>87</u>	<u>8.204.643</u>	<u>89</u>	<u>5.926.573</u>	<u>85</u>	<u>6.808.424</u>	<u>87</u>
Debêntures								
CDI	<u>997.735</u>	<u>13</u>	<u>1.060.290</u>	<u>11</u>	<u>997.735</u>	<u>15</u>	<u>1.060.290</u>	<u>13</u>
	<u>7.538.022</u>	<u>100</u>	<u>9.264.933</u>	<u>100</u>	<u>6.924.308</u>	<u>100</u>	<u>7.868.714</u>	<u>100</u>

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e, para operações locais, essas são amparadas pelo Contrato Geral de Derivativos (CGD).

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2016. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Indexador	31/12/2016			
	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,6%	14,3%	17,0%	20,4%
TJLP	7,5%	7,9%	9,4%	11,3%
LIBOR	1,7%	1,8%	2,1%	2,5%
TR	2,0%	2,1%	2,5%	3,0%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	Consolidado		
	31/12/2016		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(18.143)	(90.717)	(181.434)
TJLP	(1.425)	(7.123)	(14.246)
LIBOR	(663)	(3.314)	(6.628)
TR	(2)	(9)	(19)

As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, e são principalmente compostas por Libor, TJLP e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxas de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraindo o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas objetiva manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	7.545.227	9.271.901	6.941.887	7.886.487
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(538.715)</u>	<u>(319.469)</u>	<u>(2.257.454)</u>	<u>(2.024.457)</u>
Dívida líquida	<u>7.006.512</u>	<u>8.952.432</u>	<u>4.684.433</u>	<u>5.862.030</u>
Total do patrimônio líquido	13.535.740	13.408.978	15.191.634	14.993.857
Total do capital	<u>20.542.252</u>	<u>22.361.410</u>	<u>19.876.067</u>	<u>20.855.887</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>34%</u>	<u>40%</u>	<u>24%</u>	<u>28%</u>

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa			
- Bancos	23.293	-	23.293
- CDBs e aplicações em compromissadas	-	339.000	339.000
- Títulos e valores mobiliários	-	176.422	176.422
Total do ativo	23.293	515.422	538.715
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	150.990	150.990
Total do passivo	-	150.990	150.990
			31/12/2015
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	408.090	408.090
Caixa e equivalentes de caixa			
- Bancos	111.588	-	111.588
- CDBs e aplicações em compromissadas	-	207.439	207.439
- Títulos e valores mobiliários	-	442	442
Total do ativo	111.588	615.971	727.559
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	403.502	403.502
Total do passivo	-	403.502	403.502

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2016</u>		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	145.339	145.339
Caixa e equivalentes de caixa			
- Bancos	127.584	-	127.584
- CDBs e aplicações em compromissadas	-	592.286	592.286
Títulos e valores mobiliários	-	1.537.584	1.537.584
Total do ativo	<u>127.584</u>	<u>2.275.209</u>	<u>2.402.793</u>
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	150.990	150.990
Total do passivo	<u>-</u>	<u>150.990</u>	<u>150.990</u>
			<u>31/12/2015</u>
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	712.214	712.214
Caixa e equivalentes de caixa			
- Bancos	127.884	-	127.884
- CDBs e aplicações em compromissadas	-	672.388	672.388
- Títulos e valores mobiliários	-	1.224.185	1.224.185
Total do ativo	<u>127.884</u>	<u>2.608.787</u>	<u>2.736.671</u>
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos	-	403.502	403.502
Total do passivo	<u>-</u>	<u>403.502</u>	<u>403.502</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	<u>31/12/2016</u>		<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	
	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.193.485	1.193.485	3.022.532	3.022.532
Empréstimos bancários – moeda nacional	4.122.194	4.122.194	3.018.579	3.018.579
Debêntures – moeda nacional	997.735	1.007.520	1.060.290	1.061.620
<i>Bonds</i> – moeda estrangeira	1.224.608	1.224.608	2.163.532	2.163.532
	<u>7.538.022</u>	<u>7.547.807</u>	<u>9.264.933</u>	<u>9.266.263</u>

	<u>31/12/2016</u>		<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>	
	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.193.920	1.193.920	3.023.945	3.023.945
Empréstimos bancários – moeda nacional	4.147.508	4.147.508	3.083.064	3.083.064
Debêntures – moeda nacional	997.735	1.007.520	1.060.290	1.061.620
<i>Bonds</i> – moeda estrangeira	585.145	578.530	701.415	455.168
	<u>6.924.308</u>	<u>6.927.478</u>	<u>7.868.714</u>	<u>7.623.797</u>

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das debêntures não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

As Empresas Usiminas participam em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar principalmente os riscos inerentes à variação de moedas estrangeiras e taxas de juros. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e a volatilidade das taxas de juros dos seus empréstimos. As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocial)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	(275)	(2.836)	199
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	(149.581)	(258.037)	57.632
Santander	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a.	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	USD 200.000	JPY 22.800.000	USD 200.000	-	(55.133)	88.867
Itau BBA*	06/14 a 06/19	VC + 2,68% a.a.	109% CDI	USD 135.233	R\$ 300.000	USD 135.233	R\$ 300.000	-	212.342	(94.296)
Itau BBA*	03/15 a 03/18	VC + 4,53% a.a.	111,75% CDI	USD 100.200	R\$ 300.000	USD 100.200	R\$ 300.000	-	66.305	(79.874)
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	(1.134)	(5.535)	4.300
Bradesco*	08/15 a 05/18	VC + 4,11% a.a.	110,98% CDI	USD 152.088	R\$ 530.329	USD 152.088	R\$ 530.329	-	47.482	(136.667)

Resultado financeiro no período (159.839)

Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva) (150.990) 4.588

(*) Contratos liquidados antecipadamente em 2016 seguindo o plano de renegociação das dívidas da Companhia, conforme demonstrado na Nota 20.

(b) Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocial)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	(275)	(2.836)	199
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	(149.581)	(258.037)	57.632
Santander	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a.	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	USD 200.000	JPY 22.800.000	USD 200.000	-	(55.133)	88.867
Itau BBA*	06/14 a 06/19	VC + 2,68% a.a.	109% CDI	USD 135.233	R\$ 300.000	USD 135.233	R\$ 300.000	-	212.342	(94.296)
Santander	06/06 a 06/16	Dólar + 8,25 a.a.	Yen + 4,275 % a.a.	USD 200.000	JPY 22.800.000	USD 200.000	JPY 22.800.000	-	54.560	(86.184)
Santander	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	145.339	249.564	(56.100)
Itau BBA*	03/15 a 03/18	VC + 4,53% a.a.	111,75% CDI	USD 100.200	R\$ 300.000	USD 100.200	R\$ 300.000	-	66.305	(79.874)
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	(1.134)	(5.535)	4.300
Bradesco*	08/15 a 05/18	VC + 4,11% a.a.	110,98% CDI	USD 152.088	R\$ 530.329	USD 152.088	R\$ 530.329	-	47.482	(136.667)

Resultado financeiro no período (302.123)

Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva) (5.651) 308.712

(*) Contratos liquidados antecipadamente em 2016 seguindo o plano de renegociação das dívidas da Companhia, conforme demonstrado na Nota 20.

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante	-	42.782	44.669	152.560
Ativo não circulante	-	365.308	100.670	559.654
Passivo circulante	(48.577)	(199.657)	(48.577)	(199.657)
Passivo não circulante	(102.413)	(203.845)	(102.413)	(203.845)
	<u>(150.990)</u>	<u>4.588</u>	<u>(5.651)</u>	<u>308.712</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No resultado financeiro	(159.839)	102.278	(302.123)	240.389
	<u>(159.839)</u>	<u>102.278</u>	<u>(302.123)</u>	<u>240.389</u>

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
		Total	Total		Total	Total
Ativos						
Bancos	23.293	-	23.293	111.588	-	111.588
Aplicações financeiras	-	339.000	339.000	-	207.439	207.439
Títulos e valores mobiliários	-	176.422	176.422	-	442	442
Contas a receber de clientes	890.216	-	890.216	1.083.199	-	1.083.199
Instrumentos financeiros - swap	-	-	-	-	408.090	408.090
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	241.694	-	241.694	196.305	-	196.305
	<u>1.155.203</u>	<u>515.422</u>	<u>1.670.625</u>	<u>1.391.092</u>	<u>615.971</u>	<u>2.007.063</u>
	31/12/2016			31/12/2015		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	
		Total	Total		Total	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	7.538.022	7.538.022	-	9.264.933	9.264.933
Instrumentos financeiros - swap	150.990	-	150.990	403.502	-	403.502
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	860.835	860.835	-	769.821	769.821
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	-	356.970	356.970	-	954.161	954.161
Demais instrumentos financeiros passivos	-	-	-	-	202.642	202.642
	<u>150.990</u>	<u>8.755.827</u>	<u>8.906.817</u>	<u>403.502</u>	<u>11.191.557</u>	<u>11.595.059</u>

(b) Consolidado

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
		Total	Total		Total	Total
Ativos						
Bancos	127.584	-	127.584	127.884	-	127.884
Aplicações financeiras	-	592.286	592.286	-	672.388	672.388
Títulos e valores mobiliários	-	1.537.584	1.537.584	-	1.224.185	1.224.185
Contas a receber de clientes	1.179.212	-	1.179.212	1.428.421	-	1.428.421
Instrumentos financeiros - swap	-	145.339	145.339	-	712.214	712.214
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	269.626	-	269.626	965.869	-	965.869
	<u>1.576.422</u>	<u>2.275.209</u>	<u>3.851.631</u>	<u>2.522.174</u>	<u>2.608.787</u>	<u>5.130.961</u>

	31/12/2016			31/12/2015		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.924.204	6.924.204	-	7.868.158	7.868.158
Obrigações de arrendamento financeiro	-	104	104	-	556	556
Instrumentos financeiros – <i>swap</i>	150.990	-	150.990	403.502	-	403.502
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	846.377	846.377	-	820.571	820.571
Títulos a pagar - <i>Forfeiting</i>	-	356.970	356.970	-	954.161	954.161
Demais instrumentos financeiros passivos	-	12	12	-	266.033	266.033
	<u>150.990</u>	<u>8.127.667</u>	<u>8.278.657</u>	<u>403.502</u>	<u>9.909.479</u>	<u>10.312.981</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	14.931	16.899	24.454	24.329
Bancos conta movimento exterior	8.362	94.689	103.130	103.555
Certificados de depósitos bancários (CDBs) e aplicações em compromissadas	339.000	207.439	592.286	471.711
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	-	200.677
	<u>362.293</u>	<u>319.027</u>	<u>719.870</u>	<u>800.272</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 99,98% (31 de dezembro de 2015 - 100,71%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na controladora e 100,94% (31 de dezembro de 2015 – 102,12%) do CDI no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários (CDB's)	176.297	-	1.529.284	1.223.742
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	8.146	-
Outras aplicações	125	442	154	443
	<u>176.422</u>	<u>442</u>	<u>1.537.584</u>	<u>1.224.185</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem rendimentos cuja variação média é de 99,98% (31 de dezembro de 2015 - 100,71%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na controladora e 101,43% (31 de dezembro de 2015 – 102,5%) do CDI no consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes:				
No país	681.778	784.391	1.149.077	1.272.960
No exterior	115.286	169.199	116.999	177.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(99.026)</u>	<u>(65.573)</u>	<u>(128.452)</u>	<u>(91.687)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>698.038</u>	<u>888.017</u>	<u>1.137.624</u>	<u>1.358.374</u>
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	173.054	148.884	23.347	30.875
No exterior	<u>19.124</u>	<u>46.298</u>	<u>18.241</u>	<u>39.172</u>
Contas a receber de partes relacionadas	<u>192.178</u>	<u>195.182</u>	<u>41.588</u>	<u>70.047</u>
	<u>890.216</u>	<u>1.083.199</u>	<u>1.179.212</u>	<u>1.428.421</u>

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valores a vencer	799.291	928.747	1.077.432	1.271.667
Vencidos:				
Até 30 dias	68.779	88.568	66.470	90.725
Entre 31 e 60 dias	5.528	27.611	9.265	26.640
Entre 61 e 90 dias	1.750	3.975	3.105	6.169
Entre 91 e 180 dias	2.623	28.084	8.443	29.691
Acima de 181 dias	111.271	71.787	142.949	95.216
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(99.026)</u>	<u>(65.573)</u>	<u>(128.452)</u>	<u>(91.687)</u>
	<u>890.216</u>	<u>1.083.199</u>	<u>1.179.212</u>	<u>1.428.421</u>

Em 31 de dezembro de 2016 as contas a receber de clientes nos montantes de R\$90.925 na Controladora e R\$101.780 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2015 – R\$154.452 e 156.574, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Real	803.712	907.768	1.091.878	1.252.214
Dólar	77.609	171.578	78.439	172.354
Euro	8.895	3.853	8.895	3.853
	<u>890.216</u>	<u>1.083.199</u>	<u>1.179.212</u>	<u>1.428.421</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	(65.573)	(50.875)	(91.687)	(76.812)
(Adições) Reversões ao resultado	(49.923)	(15.250)	(62.513)	(17.935)
Baixas Contra Cliente	15.749	1.269	25.027	3.777
Variação cambial	721	(717)	721	(717)
Saldo final	<u>(99.026)</u>	<u>(65.573)</u>	<u>(128.452)</u>	<u>(91.687)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Produtos acabados	470.828	570.055	541.935	740.226
Produtos em elaboração	633.478	635.247	640.050	661.837
Matérias-primas	370.764	431.137	663.385	680.630
Suprimentos e sobressalentes	489.112	494.939	534.190	548.866
Importações em andamento	151.545	33.340	151.560	33.454
Provisão para perdas	(96.521)	(108.896)	(111.290)	(122.989)
Outros	185.570	208.729	184.476	206.393
	<u>2.204.776</u>	<u>2.264.551</u>	<u>2.604.306</u>	<u>2.748.417</u>
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração	-	-	22.657	-
	<u>2.204.776</u>	<u>2.264.551</u>	<u>2.626.963</u>	<u>2.748.417</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Controlada Mineração Usiminas S.A, com base no seu plano de produção, transferiu o montante de R\$22.657 do ativo circulante para o realizável a longo prazo, rubrica “Demais valores a receber”, referente ao estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016, não foi apurada perda por *impairment* na Controlada Mineração Usiminas S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, a Controlada Mineração Usiminas S.A. registrou perda por *impairment*, que resultou na baixa da totalidade do saldo remanescente dos estoques registrados no ativo não circulante, cujo montante foi de R\$132.181.

12 Impostos a recuperar

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	3.972	-	1.839	-
COFINS	17.571	-	8.470	-
ICMS	38.034	20.424	46.374	30.493
IPI	5.953	-	2.857	-
Crédito Exportação – Reintegra	539	-	3.250	-
INSS a recuperar	18	-	68.747	-
Outros	-	11.631	-	11.711
	66.087	32.055	131.537	42.204

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	4.244	16	2.710	105
COFINS	18.918	76	12.361	479
ICMS	69.404	84.192	105.007	68.813
IPI	15.453	-	16.237	-
Crédito Exportação – Reintegra	539	-	3.250	-
INSS a recuperar	16.098	-	68.747	-
Outros	535	11.786	2.634	11.866
	125.191	96.070	210.946	81.263

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(501.133)	(3.727.087)	(251.747)	(4.874.899)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	<u>170.385</u>	<u>1.267.210</u>	<u>85.594</u>	<u>1.657.466</u>
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	16.418	(32.245)	48.574	32.499
Juros sobre capital próprio recebidos	(10.679)	(18.506)	(10.679)	(8.873)
Exclusões (adições) permanentes	(12.947)	(43.629)	(20.688)	(77.891)
Créditos fiscais não reconhecidos	(331.996)	(681.848)	(338.548)	(699.877)
Incentivo fiscal	-	-	756	289
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	(90.479)	285.466
Outros	-	-	375	843
Tributos sobre o lucro apurados	<u>(168.819)</u>	<u>490.982</u>	<u>(325.095)</u>	<u>1.189.922</u>
Corrente	-	4.593	(17.951)	(17.282)
Diferido	<u>(168.819)</u>	<u>486.389</u>	<u>(307.144)</u>	<u>1.207.204</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>(168.819)</u>	<u>490.982</u>	<u>(325.095)</u>	<u>1.189.922</u>
Imposto de renda	(124.132)	361.003	(243.202)	871.028
Contribuição social	<u>(44.687)</u>	<u>129.979</u>	<u>(81.893)</u>	<u>318.894</u>
Alíquotas efetivas	-	13%	-	24%

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	<u>31/12/2015</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2016</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	1.464.112	-	838.985	2.303.097
Créditos fiscais não reconhecidos	(681.848)	-	(331.996)	(1.013.844)
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	326.798	-	72.038	398.836
Provisão para demandas judiciais	134.584	-	7.948	142.532
Provisão para ajustes de estoque	37.025	-	(4.208)	32.817
Regime de caixa nos contratos de swap	-	-	42.968	42.968
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	602.534	-	(517.046)	85.488
Ajustes de imobilizado (Lei 11.638/07)	52.469	-	7.108	59.577
Resultado nos contratos de <i>swap</i> valor de mercado	35.023	-	(26.655)	8.368
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	159.191	-	(116.545)	42.646
Passivo atuarial (Lei 11.638/07)	49.881	138.089	-	187.970
Outros	110.064	-	(8.902)	101.162
Total ativo	<u>2.289.833</u>	<u>138.089</u>	<u>(36.305)</u>	<u>2.391.617</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	21.546	-	(4.143)	17.403
Ajuste de imobilizado – IAS 29	74.977	(7.107)	(1)	67.869
Correção monetária sobre depósitos judiciais	31.288	-	8.709	39.997
Ajuste de ágio	45.755	-	3.070	48.825
Passivo atuarial (Lei 11.638/07)	52.149	-	138.459	190.608
Regime de caixa nos contratos de <i>swap</i>	13.496	-	(13.496)	-
Outros	5.434	-	(84)	5.350
Total passivo	<u>244.645</u>	<u>(7.107)</u>	<u>132.514</u>	<u>370.052</u>
Total líquido	<u>2.045.188</u>	<u>145.196</u>	<u>(168.819)</u>	<u>2.021.565</u>

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2015</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2016</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	1.586.270	-	897.469	2.483.739
Créditos fiscais não reconhecidos	(699.877)	-	(338.548)	(1.038.425)
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	341.724	1.253	69.498	412.475
Provisão para demandas judiciais	164.666	-	16.581	181.247
Provisão para ajustes de estoques	38.601	-	(3.642)	34.959
Regime de caixa nos contratos de <i>swap</i>	-	-	42.968	42.968
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	602.534	-	(517.046)	85.488
Ágio/aquisição de empresas	309.881	-	(3.105)	306.776
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	679.702	-	(121.615)	558.087
Provisão para Take or Pay - MRS	68.375	-	(68.375)	-
Ajuste de imobilizado (Lei 11.638/07)	52.469	-	7.108	59.577
Passivo atuarial (Lei 11.638/07)	49.881	138.089	-	187.970
Outros	<u>355.109</u>	<u>-</u>	<u>(153.176)</u>	<u>201.933</u>
Total ativo	<u>3.549.335</u>	<u>139.342</u>	<u>(171.883)</u>	<u>3.516.794</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	21.546	-	(4.143)	17.403
Depreciação taxa fiscal	20.662	-	(641)	20.021
Ajuste de imobilizado – IAS 29	74.977	(7.107)	-	67.870
Correção monetária sobre depósitos judiciais	31.288	-	11.953	43.241
Ajuste de ágio	45.755	-	3.070	48.825
Passivo atuarial (Lei 11.638/07)	52.149	-	138.459	190.608
Regime de caixa nos contratos de <i>swap</i>	13.496	-	(13.496)	-
Outros	<u>8.399</u>	<u>-</u>	<u>59</u>	<u>8.458</u>
Total passivo	<u>268.272</u>	<u>(7.107)</u>	<u>135.261</u>	<u>396.426</u>
Total líquido	<u>3.281.063</u>	<u>146.449</u>	<u>(307.144)</u>	<u>3.120.368</u>

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo possuem expectativa de realização, de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados por projeções aprovadas pela Administração da Companhia. Estas projeções estão baseadas em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia constituiu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$331.996 na Controladora e de R\$338.548 no Consolidado (31 de dezembro de 2015 – R\$681.848 e R\$699.877, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$1.013.844 na Controladora e de R\$1.038.425 no Consolidado (31 de dezembro de 2015 – R\$681.848 e R\$699.877, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	13.287	116.603	36.734
2018	-	284.150	110.602	315.753
2019	151.070	382.935	278.781	587.403
2020	216.926	316.642	360.573	518.311
2021	241.874	370.471	375.346	540.707
2022	273.506	352.192	370.927	504.985
A partir de 2023	2.522.085	1.252.004	2.942.387	1.745.319
Ativo	3.405.461	2.971.681	4.555.219	4.249.212
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.013.844)	(681.848)	(1.038.425)	(699.877)
Ativo	2.391.617	2.289.833	3.516.794	3.549.335
Passivo	(370.052)	(244.645)	(396.426)	(268.272)
Posição líquida	2.021.565	2.045.188	3.120.368	3.281.063

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda			
Receita (despesa) corrente (i)	3.364	(13.926)	(14.728)
Antecipações e compensações do período	<u>(3.364)</u>	<u>6.835</u>	<u>8.577</u>
	-	(7.091)	(6.151)
Contribuição social			
Receita (despesa) corrente (i)	1.229	(4.025)	(2.554)
Antecipações e compensações do período	<u>(1.229)</u>	<u>3.578</u>	<u>2.554</u>
	-	(447)	-
Total IR e CSLL a pagar	<u>-</u>	<u>(7.538)</u>	<u>(6.151)</u>

(i) Refere-se a ajuste entre a provisão e a declaração de imposto de renda de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	174.418	(106.138)	68.280	168.157	(106.138)	62.019
IR e CSLL	95.529	(57.089)	38.440	164.388	(57.089)	107.299
INSS	107.777	(8.405)	99.372	109.917	(8.405)	101.512
CIDE	44.188	(26.384)	17.804	26.384	(26.384)	-
ICMS	65.357	-	65.357	12.312	-	12.312
Trabalhistas	191.055	-	191.055	160.055	-	160.055
Cíveis	35.801	(16)	35.785	38.454	(16)	38.438
Outras	12.922	-	12.922	6.676	-	6.676
	<u>727.047</u>	<u>(198.032)</u>	<u>529.015</u>	<u>686.343</u>	<u>(198.032)</u>	<u>488.311</u>

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	174.418	(106.138)	68.280	168.157	(106.138)	62.019
IR e CSLL	101.469	(57.089)	44.380	184.453	(57.089)	127.364
INSS	114.456	(8.405)	106.051	114.511	(8.405)	106.106
CIDE	44.188	(26.384)	17.804	26.384	(26.384)	-
ICMS	65.818	-	65.818	15.029	-	15.029
COFINS	19.994	-	19.994	15.349	-	15.349
Trabalhistas	240.680	-	240.680	194.232	-	194.232
Cíveis	40.633	(16)	40.617	38.517	(16)	38.501
Outras	56.605	-	56.605	38.792	-	38.792
	<u>858.261</u>	<u>(198.032)</u>	<u>660.229</u>	<u>795.424</u>	<u>(198.032)</u>	<u>597.392</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	686.343	683.985	795.424	764.440
Adições	47.098	34.281	82.469	48.349
Juros/atualizações	34.578	32.468	47.675	51.475
Reversões	(40.972)	(64.391)	(67.307)	(68.840)
Saldo final	<u>727.047</u>	<u>686.343</u>	<u>858.261</u>	<u>795.424</u>

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial(i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucro não realizados nos estoques</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2016</u>
Controladas							
Cosipa Commercial	11.455	-	(11.455)	-	-	-	-
Mineração Usiminas	2.896.565	-	201.525	(51.008)	-	556	3.047.638
Soluções Usiminas	694.526	-	12.541	-	(55.182)	(1.045)	650.840
Usiminas Commercial	55.422	-	(34.819)	-	-	-	20.603
Usiminas Europa (ii)	1.928.884	(885.398)	(178.691)	-	-	(1)	864.794
Usiminas International	42.939	-	(9.058)	-	-	-	33.881
Usiminas Mecânica	579.126	-	(5.370)	(40.286)	(1.254)	529	532.745
UPL	60.150	-	7.816	(5.124)	-	9	62.851
Ágio em controladas (iv)	<u>10.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.835</u>
	<u>6.279.902</u>	<u>(885.398)</u>	<u>(17.511)</u>	<u>(96.418)</u>	<u>(56.436)</u>	<u>48</u>	<u>5.224.187</u>
Controladas em conjunto							
Unigal	552.947	-	104.162	(83.999)	-	174	573.284
Usiroll	<u>8.550</u>	<u>-</u>	<u>650</u>	<u>(500)</u>	<u>-</u>	<u>131</u>	<u>8.831</u>
	<u>561.497</u>	<u>-</u>	<u>104.812</u>	<u>(84.499)</u>	<u>-</u>	<u>305</u>	<u>582.115</u>
Coligadas							
Codeme (iii)	61.152	14.613	(13.470)	-	-	(351)	61.944
Metform	10.836	(10.836)	-	-	-	-	-
MRS	8.639	-	1.166	(294)	-	-	9.511
Ágio em coligadas (iv)	<u>70.204</u>	<u>(8.030)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>62.175</u>
	<u>150.831</u>	<u>(4.253)</u>	<u>(12.304)</u>	<u>(294)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>133.630</u>
	<u>6.992.230</u>	<u>(889.651)</u>	<u>74.997</u>	<u>(181.211)</u>	<u>(56.436)</u>	<u>3</u>	<u>5.939.932</u>

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$8.151, quando comparado à despesa de R\$74.997 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos, no valor de R\$26.712 e deduzir o valor de R\$56.436, referente ao lucro não realizado nos estoques apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

(ii) A baixa no período refere-se à redução de capital em controlada no exterior.

(iii) A coligada Codeme incorporou a Metform, sem alterações nos investimentos da Companhia.

(iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$8.030, referente ao ágio proveniente da aquisição da Coligada Metform. Este valor foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial(i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucro não realizados nos estoques</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2015</u>
Controladas							
Cosipa Commercial	25.353	-	(13.898)	-	-	-	11.455
Cosipa Overseas (ii)	592	(865)	273	-	-	-	-
Mineração Usiminas	3.907.515	-	(991.631)	(19.832)	-	513	2.896.565
Soluções Usiminas	724.090	-	(50.584)	-	20.845	175	694.526
Transportes Itaquaquecetuba	-	7.804	-	-	-	(7.804)	-
Usiminas Commercial	61.761	-	(6.339)	-	-	-	55.422
Usiminas Europa (iii)	1.929.453	(813.449)	878.873	(65.400)	-	(593)	1.928.884
Usiminas International	33.097	-	9.842	-	-	-	42.939
Usiminas Mecânica	542.901	-	40.790	(9.710)	2.164	2.981	579.126
UPL	57.206	-	5.488	(2.556)	-	12	60.150
Ágio em controladas (iv)	128.426	(117.046)	-	-	-	(545)	10.835
	<u>7.410.394</u>	<u>(923.556)</u>	<u>(127.186)</u>	<u>(97.498)</u>	<u>23.009</u>	<u>(5.261)</u>	<u>6.279.902</u>
Controladas em conjunto							
Unigal	600.075	-	50.773	(98.000)	-	99	552.947
Usiroll	9.842	-	750	-	-	(2.042)	8.550
	<u>609.917</u>	<u>-</u>	<u>51.523</u>	<u>(98.000)</u>	<u>-</u>	<u>(1.943)</u>	<u>561.497</u>
Coligadas							
Codeme	52.327	3.082	5.743	-	-	-	61.152
Metform	13.239	(3.082)	1.071	(623)	-	231	10.836
MRS	7.958	-	911	(230)	-	-	8.639
Ágio em coligadas	77.377	(7.173)	-	-	-	-	70.204
	<u>150.901</u>	<u>(7.173)</u>	<u>7.725</u>	<u>(853)</u>	<u>-</u>	<u>231</u>	<u>150.831</u>
Propriedades para investimentos	7.295	-	-	-	-	(7.295)	-
	<u>8.178.507</u>	<u>(930.729)</u>	<u>(67.938)</u>	<u>(196.351)</u>	<u>23.009</u>	<u>(14.268)</u>	<u>6.992.230</u>

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$71.832, quando comparado à despesa de R\$67.938 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos, no valor de R\$26.902 e deduzir o valor de R\$23.009, referente ao lucro não realizado nos estoques apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica..

(ii) Em 2015, a Administração decidiu encerrar as atividades da Cosipa Overseas.

(iii) A baixa no período refere-se à redução de capital em controlada no exterior.

(iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$117.046, referente ao ágio proveniente da aquisição da Mineração Usiminas. Este valor foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2016</u>
Controladas em conjunto						
Modal	2.583	-	2.836	(2.750)	-	2.669
Unigal	552.947	-	104.162	(83.999)	174	573.284
Usiroll	8.550	-	650	(500)	131	8.831
Ágio em controladas em conjunto	<u>16.083</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.083</u>
	580.163	-	107.648	(87.249)	305	600.867
Coligadas						
Codeme (i)	61.152	14.613	(13.470)	-	(351)	61.944
Metform	10.836	(10.836)	-	-	-	-
MRS	348.949	-	47.647	(8.116)	52	388.532
Terminal Paraopeba	907	59	(56)	-	-	910
Terminal Sarzedo	2.133	-	1.163	(1.444)	-	1.852
Outros	2.767	-	(71)	-	-	2.696
Ágio em coligadas	<u>77.404</u>	<u>(8.030)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>69.375</u>
	<u>504.148</u>	<u>(4.194)</u>	<u>35.213</u>	<u>(9.560)</u>	<u>(298)</u>	<u>525.309</u>
Total	<u>1.084.311</u>	<u>(4.194)</u>	<u>142.861</u>	<u>(96.809)</u>	<u>7</u>	<u>1.126.176</u>

(i) A coligada Codeme incorporou a Metform, sem alterações nos investimentos da Companhia.

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2015</u>
Controladas em conjunto						
Modal	2.654	-	1.935	(2.006)	-	2.583
Unigal	600.075	-	50.773	(98.000)	99	552.947
Usiroll	9.842	-	750	-	(2.042)	8.550
Ágio em controladas em conjunto	<u>28.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.937)</u>	<u>16.083</u>
	<u>640.591</u>	<u>-</u>	<u>53.458</u>	<u>(100.006)</u>	<u>(13.880)</u>	<u>580.163</u>
Coligadas						
Codeme	52.327	3.082	5.743	-	-	61.152
Melform	13.239	(3.082)	1.071	(623)	231	10.836
MRS	325.086	-	34.020	(10.246)	89	348.949
Terminal Paraopeba	898	15	(6)	-	-	907
Terminal Sarzedo	2.325	-	1.353	(1.545)	-	2.133
Outros	10.119	-	(57)	-	(7.295)	2.767
Ágio em coligadas	<u>101.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.798)</u>	<u>77.404</u>
	<u>505.196</u>	<u>15</u>	<u>42.124</u>	<u>(12.414)</u>	<u>(30.773)</u>	<u>504.148</u>
Total	<u>1.145.787</u>	<u>15</u>	<u>95.582</u>	<u>(112.420)</u>	<u>(44.653)</u>	<u>1.084.311</u>

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2016:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	452.722	194.409	258.313	118.319	(46.480)	30,76
MRS (i)	Brasil	7.572.803	2.857.532	3.404.067	3.279.420	419.638	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.496	30.818	2.063	2.158	24.836	2.205
Contas a receber	827	52.994	1.044	565	79.517	758
Estoques	-	48.702	407	-	38.779	531
Outros	8	12.615	138	-	12.944	94
Total do ativo circulante	3.331	145.129	3.652	2.723	156.076	3.588
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	13.402	56	-	11.770	54
Imobilizado	2.621	948.863	15.068	2.626	991.354	15.468
Intangível	-	432	7	-	647	10
Total do ativo não circulante	2.621	962.697	15.131	2.626	1.003.771	15.532
Total do ativo	5.952	1.107.826	18.783	5.349	1.159.847	19.120
Passivo e Patrimônio Líquido						
Empréstimos	-	65.319	-	-	78.562	-
Fornecedores	-	7.366	93	-	8.644	75
Contingências	-	12.674	47	-	12.011	47
Outros	615	192.891	978	182	261.302	1.889
Patrimônio Líquido	5.337	829.576	17.665	5.167	799.328	17.109
Total do passivo e patrimônio líquido	5.952	1.107.826	18.783	5.349	1.159.847	19.120

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2016			31/12/2015		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	9.302	277.041	8.073	6.898	273.125	7.093
Custo produtos e serviços vendidos	(2.722)	(99.929)	(4.211)	(2.265)	(99.072)	(4.561)
Receitas (despesas) operacionais	(29)	(12.694)	(2.100)	(23)	(10.923)	(598)
Receitas (despesas) financeiras	255	39.100	168	211	(71.060)	(85)
Provisão IRPJ e CSLL	(1.135)	(53.518)	(632)	(844)	(16.094)	(349)
Lucro líquido do exercício	5.671	150.000	1.298	3.977	75.976	1.500

(c) **Outras informações relevantes sobre os investimentos**

Mineração Usiminas - Contrato de prestação de serviços de operação portuária com a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.)

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou ao Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal do Porto Sudeste, nas modalidades *Take or Pay* e *Delivery or Pay*, em razão do reiterado inadimplemento, pelo Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 31 de dezembro de 2016, a decisão relativa ao processo de arbitragem não havia sido proferida, fato que nenhum montante referente a esse ressarcimento foi contabilizado na Mineração Usiminas.

16 Imobilizado

	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Controladora					
		31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.034.834	(1.191.917)	842.917	2.021.294	(1.156.829)	864.465
Máquinas e equipamentos	5	20.737.962	(11.497.391)	9.240.571	20.615.797	(10.674.368)	9.941.429
Instalações	4	780.681	(187.650)	593.031	341.140	(146.089)	195.051
Móveis e utensílios	17	49.425	(37.055)	12.370	48.488	(33.472)	15.016
Equipamentos de informática	46	174.720	(160.545)	14.175	162.426	(149.702)	12.724
Veículos	44	37.327	(34.810)	2.517	37.406	(33.535)	3.871
Ferramentas e aparelhos	20	193.262	(163.426)	29.836	192.491	(153.097)	39.394
		<u>24.008.211</u>	<u>(13.272.794)</u>	<u>10.735.417</u>	<u>23.419.042</u>	<u>(12.347.092)</u>	<u>11.071.950</u>
Terrenos		419.553	-	419.553	419.553	-	419.553
Total em operação		<u>24.427.764</u>	<u>(13.272.794)</u>	<u>11.154.970</u>	<u>23.838.595</u>	<u>(12.347.092)</u>	<u>11.491.503</u>
Em obras							
Obras em andamento		545.473	-	545.473	1.003.252	-	1.003.252
Imobilizado em processamento		7.941	-	7.941	42.292	-	42.292
Importações em andamento		55.569	-	55.569	62.668	-	62.668
Adiantamentos a fornecedores		416	-	416	14.442	-	14.442
Encargos de empréstimos capitalizados		46.438	-	46.438	58.216	-	58.216
Outros		72.251	-	72.251	43.804	-	43.804
Total em obras		<u>728.088</u>	<u>-</u>	<u>728.088</u>	<u>1.224.674</u>	<u>-</u>	<u>1.224.674</u>
		<u>25.155.852</u>	<u>(13.272.794)</u>	<u>11.883.058</u>	<u>25.063.269</u>	<u>(12.347.092)</u>	<u>12.716.177</u>

	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Consolidado					
		31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.391.791	(1.356.869)	1.034.922	2.353.183	(1.305.427)	1.047.756
Máquinas e equipamentos	5	22.006.733	(12.226.909)	9.779.824	21.850.043	(11.297.630)	10.552.413
Instalações	4	1.489.090	(421.235)	1.067.855	1.034.997	(317.365)	717.632
Móveis e utensílios	17	67.038	(50.472)	16.566	66.445	(46.208)	20.237
Equipamentos de informática	46	217.355	(191.940)	25.415	203.614	(177.343)	26.271
Veículos	44	57.260	(54.410)	2.850	94.506	(82.541)	11.965
Ferramentas e aparelhos	20	222.747	(176.700)	46.047	220.924	(163.698)	57.226
Outros		89.285	(4.817)	84.468	89.285	(3.472)	85.813
		26.541.299	(14.483.352)	12.057.947	25.912.997	(13.393.684)	12.519.313
Terrenos		798.338	-	798.338	798.338	-	798.338
Total em operação		27.339.637	(14.483.352)	12.856.285	26.711.335	(13.393.684)	13.317.651
Em obras							
Obras em andamento		689.801	-	689.801	1.196.531	-	1.196.531
Imobilizado em processamento		27.753	-	27.753	50.284	-	50.284
Importações em andamento		55.602	-	55.602	62.701	-	62.701
Adiantamentos a fornecedores		430	-	430	14.442	-	14.442
Encargos de empréstimos capitalizados		46.438	-	46.438	58.216	-	58.216
Outros		72.581	-	72.581	43.804	-	43.804
Total em obras		892.605	-	892.605	1.425.978	-	1.425.978
		28.232.242	(14.483.352)	13.748.890	28.137.313	(13.393.684)	14.743.629

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	864.465	9.941.429	195.051	39.394	419.553	1.224.674	31.611	12.716.177
Adições (i)	-	5.125	-	-	-	159.158	158	164.441
Baixas	(354)	(11.195)	-	(73)	-	(56.439)	(1)	(68.062)
Depreciação (ii)	(44.285)	(872.034)	(31.147)	(10.426)	-	-	(15.783)	(973.675)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	23.091	176.452	409.735	941	-	(623.035)	12.816	-
Outros	-	794	19.392	-	-	(19.622)	261	825
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058

- (i) As adições do imobilizado na controladora compreendem compras à vista no valor de R\$163.250 e compras por meio de FINAME no valor de R\$1.191.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
- (iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	923.557	10.000.335	193.293	48.607	419.553	1.830.396	31.511	13.447.252
Adições	-	17.804	-	30	-	577.334	73	595.241
Baixas	(1)	(2)	-	-	-	(52.714)	-	(52.717)
Depreciação	(44.455)	(917.638)	(20.791)	(11.519)	-	-	(13.718)	(1.008.121)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	58.216	-	58.216
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(846)	-	(846)
Transferências	435	1.149.122	34.527	2.425	-	(1.200.506)	13.997	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(22.366)	(307.590)	(11.978)	(149)	-	(7.722)	(252)	(350.057)
Outros	7.295	(602)	-	-	-	20.516	-	27.209
Saldos em 31 de dezembro de 2015	864.465	9.941.429	195.051	39.394	419.553	1.224.674	31.611	12.716.177

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.047.756	10.552.413	717.632	57.226	798.338	1.425.978	144.286	14.743.629
Adições (i)	237	8.775	2.760	153	-	196.909	638	209.472
Baixas	(354)	(11.760)	(1)	(77)	-	(56.435)	(7.588)	(76.215)
Depreciação (ii)	(60.636)	(981.175)	(93.465)	(13.102)	-	-	(23.050)	(1.171.428)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	47.919	210.777	421.537	1.845	-	(696.782)	14.704	-
Outros	-	794	19.392	2	-	(20.417)	309	80
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890

(i) As adições compreendem compras à vista no valor de R\$207.035; compras à prazo no valor de R\$1.246; e compras por meio de FINAME no valor de R\$1.191.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.428.433	10.705.480	413.511	65.289	796.201	2.011.008	115.651	15.535.573
Adições	16.218	47.841	6.154	1.965	2.130	648.672	31.758	754.738
Baixas	(1)	(944)	(524)	(149)	(173)	(52.645)	(2.300)	(56.736)
Depreciação	(76.735)	(1.040.257)	(73.093)	(13.937)	-	-	(21.592)	(1.225.614)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	58.216	-	58.216
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(846)	-	(846)
Transferências	(305.088)	1.148.317	383.562	4.207	180	(1.252.163)	20.985	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(22.366)	(307.590)	(11.978)	(149)	-	(7.722)	(252)	(350.057)
Outros	7.295	(434)	-	-	-	21.458	36	28.355
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.047.756	10.552.413	717.632	57.226	798.338	1.425.978	144.286	14.743.629

Em 31 de dezembro de 2016, as adições do imobilizado, no montante de R\$209.472, referem-se principalmente à substituição da ponte rolante L8 em Ipatinga (R\$30.221), reparo do topo da coqueria 3 de Ipatinga (R\$10.721), melhoria no pátio de beneficiamento de escória de Cubatão (R\$8.982), reforma da coqueria 2 de Ipatinga (R\$9.581) e Projeto Compacto (R\$8.728) da Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$892.605, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva, *sustaining* e a projetos de proteção ambiental. As principais obras são: laminador de chapas grossas em Ipatinga (R\$380.836); substituição da ponte rolante L8 (R\$31.860); instalação do portão frontal nos convertedores 4 e 5 em Ipatinga (R\$17.318) e projeto de beneficiamento de minério de ferro compacto (R\$72.817) da controlada Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$46.438 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2016, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$957.275, R\$3.130 e R\$13.270 (31 de dezembro de 2015 – R\$993.733, R\$3.087 e R\$11.301), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$1.148.451, R\$4.485 e R\$18.492 (31 de dezembro de 2015 - R\$1.205.194, R\$4.446 e R\$15.974), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 39).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

Em 31 de dezembro de 2016 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

(a) Testes de *Impairment* do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito a seguir.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mineração	-	-	23.283	23.283
Siderurgia	183.353	191.382	183.353	191.382
Transformação do aço	-	-	2.433	2.433
	<u>183.353</u>	<u>191.382</u>	<u>209.069</u>	<u>217.098</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$8.030 (31 de dezembro de 2015 - R\$7.173), referente a ágio pago na aquisição da coligada Metform. Em 2015, no segmento Mineração foi registrada perda por *impairment* no valor de R\$28.562, referente aos ágios da controlada Modal no valor de R\$11.937 e da Coligada Sarzedo no valor de R\$16.625. Para o segmento Transformação do Aço foi registrada perda por *impairment* no valor de R\$ 56.733, referente aos ágios pagos na aquisição de empresas da controlada Soluções Usiminas. Estes valores foram registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 11,8% e 15,6% a.a..

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 4,2% a.a.

(b) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real em real (R\$) utilizada foi de 7,2% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. A taxa de inflação brasileira estimada de longo prazo foi de 4,2% a.a. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD50/t e USD62/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

Diante principalmente das projeções revisadas para gastos e investimento de longo prazo, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 uma reversão de *impairment* no valor de R\$357.508 que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. O *impairment* remanescente no valor de R\$1.641.432, continua sendo monitorado pela Companhia e será revertido na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(c) Teste de *Impairment* de outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados das suas unidades geradoras de caixa do Segmento Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital.

Não foi identificada perda por *impairment* no segmento Siderurgia. Em 31 de dezembro de 2015 foi registrada perda por *impairment* neste segmento no valor de R\$350.057, decorrente de ativos da planta de Cubatão.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados *impairment* nos ativos de longo prazo dos demais segmentos.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volume de vendas, preços médios e custos operacionais realizados pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variações de preços internacionais, evolução de dólar e de inflação. Para os anos posteriores, foram adotadas taxas de crescimento em função das estimativas de inflação de longo prazo e de taxa de câmbio. O fluxo de caixa descontado foi elaborado conforme a vida útil estimada dos equipamentos em operação.

Os cenários utilizados nos mencionados testes são as melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo, são as mesmas premissas utilizadas no teste do ágio anteriormente mencionado no item (a).

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2017, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas. Os ativos de vida longa por segmento operacional estão demonstrados na Nota 28.

18 Ativos intangíveis

A composição dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Controladora							
Software	24	196.945	(146.307)	50.638	172.828	(130.048)	42.780
Ágio	-	153.692	(43.349)	110.343	153.692	(43.349)	110.343
Outros	-	25.874	-	25.874	30.618	-	30.618
		<u>376.511</u>	<u>(189.656)</u>	<u>186.855</u>	<u>357.138</u>	<u>(173.397)</u>	<u>183.741</u>
Consolidado							
		31/12/2016			31/12/2015		
Software	24	287.700	(222.902)	64.798	260.417	(200.601)	59.816
Ágio	-	166.960	(43.349)	123.611	166.960	(43.349)	123.611
Direito Minerário	-	2.063.280	(77.882)	1.985.398	2.063.280	(77.205)	1.986.075
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.509.251)	-	(1.509.251)	(1.866.758)	-	(1.866.758)
Outros	-	42.382	(13.020)	29.362	44.107	(8.929)	35.178
		<u>1.051.071</u>	<u>(357.153)</u>	<u>693.918</u>	<u>668.006</u>	<u>(330.084)</u>	<u>337.922</u>

A movimentação dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	110.343	42.780	30.618	183.741
Adições	-	52	14.025	14.077
Baixas	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	7.566	(7.566)	-
Amortização	-	(16.259)	-	(16.259)
Outros	-	16.499	(11.168)	5.331
Saldos em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Custo total	153.692	196.945	25.874	376.511
Amortização acumulada	(43.349)	(146.307)	-	(189.656)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	<u>110.343</u>	<u>50.638</u>	<u>25.874</u>	<u>186.855</u>
Taxas anuais de amortização %		24		

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	110.343	32.407	22.635	165.385
Adições	-	325	25.273	25.598
Transferências	-	17.290	(17.290)	-
Amortização	-	(13.609)	-	(13.609)
Outros	-	6.367	-	6.367
Saldos em 31 de dezembro de 2015	110.343	42.780	30.618	183.741
Custo total	153.692	172.828	30.618	357.138
Amortização acumulada	(43.349)	(130.048)	-	(173.397)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	<u>110.343</u>	<u>42.780</u>	<u>30.618</u>	<u>183.741</u>
Taxas anuais de amortização %	-	23	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	119.317	123.611	59.816	35.178	337.922
Adições	-	-	1.349	14.375	15.724
Baixas	-	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	-	8.797	(8.797)	-
Amortização	(677)	-	(22.300)	(192)	(23.169)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	357.508	-	-	-	357.508
Outros	-	-	17.136	(11.168)	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Custo total	557.929	166.960	287.700	38.482	1.051.071
Amortização acumulada	(81.781)	(43.349)	(222.902)	(9.121)	(357.153)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	<u>476.148</u>	<u>123.611</u>	<u>64.798</u>	<u>29.361</u>	<u>693.918</u>
Taxas anuais de amortização %			24		

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,13 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	2.117.256	180.344	56.114	23.965	2.377.679
Adições	-	-	3.284	26.050	29.334
Transferências	-	-	17.906	(17.906)	-
Amortização	(15.113)	-	(19.721)	-	(34.834)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(1.982.826)	(56.733)	-	-	(2.039.559)
Outros	-	-	2.233	3.069	5.302
Saldos em 31 de dezembro de 2015	119.317	123.611	59.816	35.178	337.922
Custo total	200.421	166.960	260.418	44.107	671.906
Amortização acumulada	(81.104)	(43.349)	(200.602)	(8.929)	(333.984)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	<u>119.317</u>	<u>123.611</u>	<u>59.816</u>	<u>35.178</u>	<u>337.922</u>
Taxas anuais de amortização %	-	-	23	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,13 por tonelada.

Em 31 de dezembro de 2016, as adições dos ativos intangíveis do Consolidado, no montante de R\$15.724, referem-se, principalmente, ao licenciamento do *software* Oracle (R\$6.324) e nova plataforma operacional das estações (R\$3.220).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$308 e R\$15.951 (31 de dezembro de 2015 - R\$541 em “Custos das vendas” e R\$13.068 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$3.147, R\$123 e R\$19.899 (31 de dezembro de 2015 - R\$17.701, R\$382 e R\$16.751), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas uma reversão de *impairment* no valor de R\$357.508, conforme Nota 17 (b).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores, empreiteiros e fretes:				
No país	651.732	483.824	704.711	544.586
No exterior	31.387	101.573	35.812	106.833
Valores a pagar a empresas ligadas	177.716	184.424	105.854	169.152
	<u>860.835</u>	<u>769.821</u>	<u>846.377</u>	<u>820.571</u>

20 Empréstimos e financiamentos

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira junto aos seus credores, o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

As principais condições renegociadas, em uma base comum para todos os credores, são: (i) prazo total de 10 (dez) anos para pagamento das dívidas, sendo os 3 (três) primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal, bem como para medição dos *covenants* financeiros, e (ii) pagamento de juros trimestrais.

A Companhia assumiu o compromisso de, até o pagamento integral da sua dívida, somente pagar ou distribuir os dividendos que forem exigidos por lei ou por seu Estatuto Social e, em caso de distribuição de dividendos, efetuar um pagamento do mesmo montante aos seus credores, como amortização antecipada do saldo a eles devido.

Adicionalmente, certas condições requereriam o vencimento antecipado da dívida, como descrito a seguir:

a) o não recebimento dos recursos mantidos no caixa de sua controlada Mineração Usiminas S.A. (MUSA), em montante mínimo de R\$700.000, até o dia 30 de junho de 2017; e b) a não realização de uma oferta de permuta dos Eurobonds, originalmente emitidos em 2008 no montante total de US\$ 400 milhões, com vencimento em janeiro de 2018, até o prazo máximo de 30 de junho de 2017. Esta oferta, cujos termos e condições ainda estão sendo discutidos, abrange apenas os Eurobonds em circulação no mercado, que atualmente representam cerca de US\$ 180 milhões.

Sobre os itens a e b, mencionados anteriormente, a Administração da Companhia está em negociações e entende que irá cumpri-los dentro dos prazos pré-estabelecidos.

Também foi definido nos instrumentos de renegociação da dívida o mecanismo de *cash sweep*, que obriga a Companhia, caso houver um excedente de caixa superior aos limites estabelecidos, a serem verificados nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, excluídos certos eventos de liquidez, a distribuir este montante de caixa excedente a seus credores, de forma pro-rata, que será utilizado para a amortização antecipada dos valores de principal, de juros e demais encargos devidos nos termos destes instrumentos.

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, dentre eles, limitações de capex de expansão, limitações de obtenção de novos empréstimos e mudança no grupo de controle, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

Os laminadores de tiras a quente e a frio da Usina Intendente Câmara em Ipatinga - MG foram dados como garantias aos credores brasileiros (vide Nota 39).

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2016		31/12/2015	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	1.822	371.586	-	-
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	1.278	425	1.279	1.699
BNDES	R\$	2026	TJLP	13	3.930	-	-
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,48% a 2,88% a.a.	-	-	119.267	238.732
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	-	-	14.944	29.598
BNDES	R\$	2018 e 2020	TJLP	-	-	1.263	2.887
FINAME	R\$	2016 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	8.190	25.250	14.072	33.272
Banco do Brasil	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	17.137	2.486.701	-	-
Banco do Brasil	R\$	2016 a 2020	98% a 110,10% a.a. CDI	-	-	806.943	1.650.000
Santander	R\$	2016	92,9% a.a. CDI	-	-	49.267	-
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	7.709	53.115	7.746	55.219
Bradesco	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	4.620	546.856	-	-
Itaú BBA	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	5.696	674.289	-	-
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(12.797)	(73.626)	(2.365)	(5.244)
				<u>33.668</u>	<u>4.088.526</u>	<u>1.012.416</u>	<u>2.006.163</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2016		31/12/2015	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	72	20.112	-	-
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	422	118.375	-	-
BNDES	US\$	2018	Cesta de moedas + 1,88% a.a.	-	-	22.091	31.862
BNDES	US\$	2016	Cesta de moedas (US\$) + 1,76% a.a.	-	-	6.181	-
BNDES	US\$	2018 a 2021	Cesta de moedas + 1,88% a.a.	-	-	39.536	88.203
Nippon Usiminas	US\$	2026	Libor + 2,83% a.a.	381	167.606	-	-
Nippon Usiminas	US\$	2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,48 % a.a.	-	-	161.802	66.933
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,55% a.a.	675	448.120	-	-
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,55% a.a.	-	-	180.418	357.930
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,885% a.a.	872	448.120	-	-
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,885% a.a.	-	-	181.173	357.930
Eurobonds	JPY	2018	4,1165% a.a.	25.388	1.199.220	29.489	1.392.933
Eurobonds	JPY	2016	4,275% a.a.	-	-	741.110	-
Itaú BBA	US\$	2018 e 2019	2,68% e 4,53% a.a.	-	-	166.361	768.446
Bradesco	US\$	2020	4,11% a.a.	-	-	2.102	593.871
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.660)	(9.610)	(1.042)	(1.265)
				<u>26.150</u>	<u>2.391.943</u>	<u>1.529.221</u>	<u>3.656.843</u>
Em moeda nacional				<u>33.668</u>	<u>4.088.526</u>	<u>1.012.416</u>	<u>2.006.163</u>
				<u>59.818</u>	<u>6.480.469</u>	<u>2.541.637</u>	<u>5.663.006</u>

(b) Consolidado**(i) Em moeda nacional**

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2016		31/12/2015	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	1.822	371.586	-	-
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	1.278	425	1.279	1.699
BNDES	R\$	2026	TJLP	13	3.930	-	-
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,48% a 2,88% a.a.	-	-	119.267	238.732
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	-	-	14.944	29.598
BNDES	R\$	2018 e 2020	TJLP	-	-	1.263	2.887
FINAME	R\$	2016 a 2024	2,5% a 9,5%a.a.	11.342	31.603	17.242	42.751
Banco do Brasil	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	17.137	2.486.701	-	-
Banco do Brasil	R\$	2016 a 2020	98% a 110,10% a.a. CDI	-	-	806.943	1.650.000
Santander	R\$	2016	92,9% a.a. CDI	-	-	49.267	-
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	7.709	53.115	7.746	55.219
Bradesco	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	4.620	546.856	-	-
Itaú BBA	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	5.696	674.289	-	-
Outros	-	-	-	2.637	13.172	49.236	2.600
Comissões e outros custos	-	-	-	(12.797)	(73.626)	(2.365)	(5.244)
				<u>39.457</u>	<u>4.108.051</u>	<u>1.064.822</u>	<u>2.018.242</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2016		31/12/2015	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	72	20.112	-	-
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	422	118.375	-	-
BNDES	US\$	2018	Cesta de moedas + 1,88% a.a.	-	-	22.091	31.862
BNDES	US\$	2016	Cesta de moedas (US\$) + 1,76% a.a.	-	-	6.181	-
BNDES	US\$	2018 a 2021	Cesta de moedas + 1,88% a.a.	-	-	39.536	88.203
Nippon Usiminas	US\$	2026	Libor + 2,83% a.a.	381	167.606	-	-
Nippon Usiminas	US\$	2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,48 % a.a.	-	-	161.802	66.933
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,55% a.a.	675	448.120	-	-
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,55% a.a.	-	-	180.418	357.930
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,885% a.a.	872	448.120	-	-
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,885% a.a.	-	-	181.173	357.930
Eurobonds	US\$	2018	7,25%	18.330	563.642	22.155	675.361
Itaú BBA	US\$	2018 e 2019	2,68% e 4,53% a.a.	-	-	166.361	768.446
Bradesco	US\$	2020	4,11% a.a.	-	-	2.102	593.871
Outros	-	-	-	3.608	-	4.793	519
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.660)	(9.610)	(1.042)	(1.265)
				<u>22.700</u>	<u>1.756.365</u>	<u>785.570</u>	<u>2.939.790</u>
Em moeda nacional				<u>39.457</u>	<u>4.108.051</u>	<u>1.064.822</u>	<u>2.018.242</u>
				<u>62.157</u>	<u>5.864.416</u>	<u>1.850.392</u>	<u>4.958.032</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	1.317.552	-	1.323.800
2018	1.198.975	2.872.288	568.519	2.157.202
2019	67.924	512.770	72.513	514.725
2020	336.046	911.924	339.953	913.197
2021	623.317	11.173	626.464	11.686
2022	897.509	9.664	900.239	9.759
2023	898.133	9.904	898.158	9.929
2024	898.004	9.327	898.009	9.330
2025	897.601	8.404	897.601	8.404
2026	662.960	-	662.960	-
	<u>6.480.469</u>	<u>5.663.006</u>	<u>5.864.416</u>	<u>4.958.032</u>

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	8.204.643	6.564.991	6.808.424	5.635.574
Ingressos	193.422	1.708.237	206.592	1.708.237
Reconhecimento – renegociação de dívida	5.312.578	-	5.312.578	-
Encargos provisionados	449.733	306.309	437.736	249.637
Variação monetária	185.827	243.891	189.091	250.458
Variação cambial	(717.953)	1.716.041	(625.707)	1.270.545
Amortização de encargos	(682.363)	(492.062)	(670.791)	(451.137)
Amortização de principal	(963.786)	(1.840.465)	(289.536)	(1.852.591)
Desreconhecimento – renegociação de dívida	(5.354.040)	-	(5.354.040)	-
Diferimento de comissões	(87.774)	(2.299)	(87.774)	(2.299)
Saldo final	<u>6.540.287</u>	<u>8.204.643</u>	<u>5.926.573</u>	<u>6.808.424</u>

21 Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, conjuntamente aos contratos de empréstimos e financiamentos, foram incluídas na renegociação da dívida considerando as mesmas condições descritas na Nota 20. Desta forma, o montante de R\$1.000.000, referente ao principal foi desreconhecido e reconhecido no período, passando a ter pagamentos anuais que vencem entre 2019 e 2026, além de encargos financeiros de 3% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2016, a movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	<u>1.060.290</u>	<u>1.048.641</u>
Encargos provisionados e outros	97.300	56.472
Varição monetária	66.596	87.326
Amortização de encargos	<u>(226.451)</u>	<u>(132.149)</u>
Saldo final	<u><u>997.735</u></u>	<u><u>1.060.290</u></u>
Passivo circulante	5.551	61.109
Passivo não circulante	<u>992.184</u>	<u>999.181</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$5.551 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2015 - R\$61.109).

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	20.111	26.784	22.419	30.447
IPI	10.298	20.735	12.466	22.171
IRRF	7.003	9.637	9.345	12.469
ISS	890	2.674	3.179	7.536
PIS e COFINS	2.439	4.836	6.342	8.808
Outros	540	1.837	4.696	4.116
	<u>41.281</u>	<u>66.503</u>	<u>58.447</u>	<u>85.547</u>

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	8.405	(8.405)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.284	(100.079)	7.205	107.047	(100.079)	6.968
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>205.237</u>	<u>(198.032)</u>	<u>7.205</u>	<u>205.000</u>	<u>(198.032)</u>	<u>6.968</u>
No passivo circulante	-	-	7.205	-	-	6.968

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	8.405	(8.405)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.284	(100.079)	7.205	107.047	(100.079)	6.968
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09	10.374	-	10.374	10.805	-	10.805
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>215.611</u>	<u>(198.032)</u>	<u>17.579</u>	<u>215.805</u>	<u>(198.032)</u>	<u>17.773</u>
No passivo circulante	-	-	8.529	-	-	8.191
No passivo não circulante	-	-	9.050	-	-	9.582

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial (i)	205.000	204.464	215.805	215.565
Provisão (reversão) de juros	560	536	560	536
Amortização de principal	(323)	-	(1.601)	(1.178)
Variação monetária	-	-	847	882
Subtotal	<u>205.237</u>	<u>205.000</u>	<u>215.611</u>	<u>215.805</u>
Saldo compensação depósito judicial	<u>(198.032)</u>	<u>(198.032)</u>	<u>(198.032)</u>	<u>(198.032)</u>
Saldo final (ii)	<u><u>7.205</u></u>	<u><u>6.968</u></u>	<u><u>17.579</u></u>	<u><u>17.773</u></u>

(i) Do valor de tributos parcelados apresentando no balanço patrimonial, deve-se deduzir o valor de R\$198.032, referente a compensação com depósitos judiciais.

(ii) O saldo da Controladora é, substancialmente, composto de IPI. O saldo do Consolidado, além do IPI da Controladora é, substancialmente, composto de COFINS.

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	1.223
2018	1.324	1.223
2019	1.324	1.223
2020	1.324	1.223
2021	1.324	1.223
2022 a 2024	<u>3.754</u>	<u>3.467</u>
	<u><u>9.050</u></u>	<u><u>9.582</u></u>

24 Provisão para demandas judiciais

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	1.775	-	1.775	1.839	-	1.839
INSS	5.293	-	5.293	1.630	-	1.630
ICMS	3.564	-	3.564	15.039	-	15.039
Trabalhistas	278.859	(108.585)	170.274	259.634	(102.359)	157.275
Cíveis	119.589	(26.321)	93.268	109.285	(8.075)	101.210
Outras	<u>13.325</u>	<u>-</u>	<u>13.325</u>	<u>8.407</u>	<u>(434)</u>	<u>7.973</u>
	<u>422.405</u>	<u>(134.906)</u>	<u>287.499</u>	<u>395.834</u>	<u>(110.868)</u>	<u>284.966</u>

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	1.775	-	1.775	12.262	-	12.262
INSS	5.344	-	5.344	1.659	-	1.659
ICMS	32.341	-	32.341	41.480	-	41.480
PIS/COFINS	17.819	-	17.819	12.109	-	12.109
Trabalhistas	358.106	(108.585)	249.521	328.370	(102.359)	226.011
Cíveis	137.541	(26.321)	111.220	123.724	(8.075)	115.649
Outras	<u>54.937</u>	<u>(3.244)</u>	<u>51.693</u>	<u>37.851</u>	<u>(3.499)</u>	<u>34.352</u>
	<u>607.863</u>	<u>(138.150)</u>	<u>469.713</u>	<u>557.455</u>	<u>(113.933)</u>	<u>443.522</u>

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	395.834	346.425	557.455	475.859
Adições	66.515	94.583	97.133	132.561
Juros/atualizações	73.057	32.482	91.782	47.489
Amortizações/baixas	(75.969)	(48.214)	(80.351)	(48.363)
Reversões	<u>(37.032)</u>	<u>(29.442)</u>	<u>(58.156)</u>	<u>(50.091)</u>
	<u>422.405</u>	<u>395.834</u>	<u>607.863</u>	<u>557.455</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2016 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2016 Saldo	31/12/2015 Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	35.806	35.129
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	220.252	202.436
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	27.853	30.171
Divergências entre as partes com relação ao preço pago na aquisição da Zamprogná NSG Tecnologia do Aço S.A. pela Soluções Usiminas.	Os autos serão encaminhados ao juiz para decisão.	65.227	49.819
Ações referente à condenações do CADE – antiga Cosipa e Usiminas. Ação anulatória n. 2000.34.00.000088-4.	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	11.536	9.668
Autos de infração referentes ao recolhimento de ISS sobre serviços portuários prestados pela Usiminas no Terminal Marítimo de Praia Mole - Vitória/ES.	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	13.250	11.917
Outras ações de natureza cível e ambiental	-	14.974	19.627
Outras ações de natureza trabalhista	-	22.802	22.069
Outras ações de natureza fiscal	-	10.705	14.998
		422.405	395.834

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2016 Saldo	31/12/2015 Saldo
Discussão interpretação da Lei nº 9.718/98, ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	17.746	12.109
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	-	10.423
Credito Presumido de ICMS em desacordo com Regulamento do ICMS originário de Auto de Infração Fiscal - NSG	Aguardando julgamento.	26.527	23.845
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	46.616	36.331
Outras ações de natureza cível	-	11.904	10.592
Outras ações de natureza fiscal	-	9.577	7.435
		112.370	100.735

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões da Controladora	422.405	395.834
Provisões da Soluções Usiminas	112.370	100.735
Provisões da Mineração Usiminas	39.346	31.154
Provisões das demais empresas	33.742	29.732
Total do Consolidado	607.863	557.455

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

<u>Descrição</u>	<u>Posição</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Saldo</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Saldo</u>
Pedido de compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), não homologado.	Aguardando julgamento em Segunda Instância Judicial.	88.414	117.038
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Foram distribuídas três Execuções Fiscais que aguardam julgamento em Primeira e Segunda Instâncias Judiciais.	41.044	61.018
Autuação fiscal referente à cobrança do ICMS incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não devidamente comprovada.	Distribuída Execução Fiscal. Há quatro autos de infração aguardando julgamento na esfera administrativa.	51.274	66.273
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Há duas Execuções Fiscais que aguardam decisão judicial e dois autos de infração que aguardam julgamento na esfera administrativa.	1.121.468	1.132.971
Execução Fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	49.425	61.648
Ação transitada em julgado, cuja desistência para a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 foi indeferida.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	88.331	92.000
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Processo administrativo encerrado. Distribuída Execução Fiscal.	38.394	45.918
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Foram distribuídas duas Execuções Fiscais, que aguardam o julgamento na primeira instância judicial.	581.988	677.465
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado..	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	44.167	37.021
Auto de Infração em virtude de suposto recolhimento a menor de ICMS decorrente de créditos do imposto relativos a tomadas de serviços de transporte para remessas a depósitos fechados.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	101.430	-
Arbitramento do adicional à contribuição social relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	55.199	-
Suspensão da Exigibilidade Inconstitucionalidade da Lei Ordinária n. 10.168/00 que criou a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE).	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	39.311	-
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha e seus acrescidos, cuja inscrição de ocupação perante a Secretaria do Patrimônio da União encontra-se relacionada ao RIP.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	32.742	22.886
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	257.010	244.905

Descrição	Posição	31/12/2016	31/12/2015
		Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	132.902	120.704
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	137.773	148.307
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	135.502	163.688
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Usiminas ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	33.774	44.089
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	122.995	42.779
Outras ações de natureza cível	-	160.829	144.529
Outras ações de natureza trabalhista	-	26.680	30.889
Outras ações de natureza fiscal	-	366.852	334.686
		3.707.504	3.588.814

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2016	31/12/2015
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento sob a alegação de prejuízos diretos e indiretos, por motivos de desacordo na fabricação e no fornecimento.	Aguardando julgamento.	555.945	466.391
Ação Civil Pública relativa a construção de Ponte, pleiteando ressarcimento ao Erário de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	O processo foi concluso para despacho.	434.302	364.343
Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causados ao Erário do Estado de Santa Catarina em razão de valores com gastos indevidos na construção de Ponte.	Aguardando julgamento.	89.716	75.425
Ação envolvendo cobrança de ICMS sobre mão-de-obra nas remessas de chapas de aço utilizadas na fabricação de torres eólicas.	Aguarda decisão na esfera administrativa.	12.035	43.808
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	74.316	53.749
Outras ações de natureza cível e ambiental		3.080	38.950
Outras ações de natureza fiscal		128.487	96.050
		1.297.881	1.138.716

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

<u>Descrição</u>	<u>Posição</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Saldo</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Saldo</u>
Diversos Autos de infração originado de compensação de PIS com COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	24.739	24.098
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	107.751	84.795
Outros ações de naturezas tributária e cível		71.190	133.889
		<u>203.680</u>	<u>242.782</u>

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

<u>Descrição</u>	<u>Posição</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Saldo</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Saldo</u>
Procedimento arbitral instituído pela Construtora Mello de Azevedo (Requerente), por meio da qual pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu/MG.	Aguardando o início da perícia.	-	47.604
Auto de Infração lavrado pela Delegacia Fiscal de Ipatinga/MG visando cobrança de ICMS devido ao aproveitamento indevido de créditos de ICMS correspondentes à entrada de bens destinados ao ativo imobilizado.	Apresentada impugnação ao Auto de Infração.	22.586	19.640
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar, impetrado em face do inspetor da alfândega do porto de Itaguaí, objetivando tornar sem efeito o termo de retenção de mercadorias.	Fase de conhecimento.	22.347	-
Procedimento arbitral instituído pela DM Construtora Ltda. (Requerente), por meio da qual pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu-MG.	Aguardando o início da perícia.	18.404	17.459
Outras ações de natureza cível		1.897	2.031
Outras ações de natureza trabalhista		10.495	3.095
Outras ações de natureza fiscal		1.229	3.407
		<u>76.958</u>	<u>93.236</u>
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contingências da Controladora		3.707.504	3.588.814
Contingências da Usiminas Mecânica		1.297.881	1.138.716
Contingências da Soluções Usiminas		203.680	242.782
Contingências da Mineração Usiminas		76.958	93.236
Rios Unidos		<u>17.842</u>	-
Total do Consolidado		<u>5.303.865</u>	<u>5.063.548</u>

(c) Contingências ativas

A Companhia figura como parte no processo ativo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobrás, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

Descrição	Posição	31/12/2016 Saldo	31/12/2015 Saldo
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Ipatinga, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	A Companhia está elaborando petição de liquidação por arbitramento para ser apresentada nos autos.	1.792.663	1.118.370
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Cubatão, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	O processo referente à filial de Cubatão teve a sua ação declaratória transitada em julgado. Em junho de 2016, a Companhia requereu a liquidação por arbitramento, com a imediata nomeação de perito judicial	942.122	673.374
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	221.787	192.885
Demais contingências ativas		<u>106.872</u>	<u>148.365</u>
		<u>3.063.444</u>	<u>2.132.994</u>

Adicionalmente, a Companhia figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos no valor de R\$ 543.816 junto à Delegacia da Receita Federal e realizou compensações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$332.827.

25 Provisão para recuperação ambiental

A Controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$143.042 (31 de dezembro de 2015 – R\$127.103).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente à taxa real de 12,54% a.a.. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	992.924	1.052.214	992.924	1.052.214
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>345.495</u>	<u>98.703</u>	<u>349.803</u>	<u>101.165</u>
	<u>1.338.419</u>	<u>1.150.917</u>	<u>1.342.727</u>	<u>1.153.379</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	14.473	2.461	14.473	2.461
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(12.652)</u>	<u>(17.849)</u>	<u>(12.993)</u>	<u>(18.708)</u>
	<u>1.821</u>	<u>(15.388)</u>	<u>1.480</u>	<u>(16.247)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(409.259)	183.603	(416.580)	187.055
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	73.432	(60.918)	73.432	(60.918)
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	67.772	(219.516)	67.773	(219.516)
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>(268.054)</u>	<u>(96.831)</u>	<u>(275.375)</u>	<u>(93.379)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2016, o total da Controladora inclui o valor de R\$7.321 (31 de dezembro de 2015 – R\$3.452) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição e pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O "Participante Fundador" - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$1.006.590 (31 de dezembro de 2015- R\$1.067.625).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 181 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$594.000 em 31 de dezembro de 2016.

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	31/12/2016 TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)
Valor justo dos ativos	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938
	<u>675.645</u>	<u>(50.226)</u>	<u>141.827</u>	<u>23.986</u>	<u>791.232</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(675.645)	-	(134.330)	(17.817)	(827.792)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	<u>(693.578)</u>	<u>(262.786)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(956.364)</u>
	<u>(693.578)</u>	<u>(313.012)</u>	<u>7.497</u>	<u>6.169</u>	<u>(992.924)</u>

	Controladora e Consolidado				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	31/12/2015 TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.073.619)	(1.306.333)	(1.459.631)	(6.779)	(5.846.362)
Valor justo dos ativos	3.694.732	1.358.828	1.618.418	16.557	6.688.535
	<u>621.113</u>	<u>52.495</u>	<u>158.787</u>	<u>9.778</u>	<u>842.173</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(621.113)	(52.495)	(150.150)	(3.004)	(826.762)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	<u>(783.464)</u>	<u>(284.161)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.067.625)</u>
	<u>(783.464)</u>	<u>(284.161)</u>	<u>8.637</u>	<u>6.774</u>	<u>(1.052.214)</u>

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2016, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$81.797 (31 de dezembro de 2015 – R\$57.157).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(5.846.362)	(5.991.002)
Custo do serviço corrente	(1.177)	(1.666)
Custo dos juros	(711.465)	(684.065)
Benefícios pagos	517.957	477.239
Benefícios pagos	1.713	-
Ganhos (perdas) atuariais	(663.372)	353.132
	<u>(6.702.706)</u>	<u>(5.846.362)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	6.688.535	6.372.598
Retorno esperado dos ativos	1.110.023	610.203
Contribuições reais durante o ano	213.337	182.973
Benefícios pagos	(517.957)	(477.239)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-
Saldo final	<u>7.493.938</u>	<u>6.688.535</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente	(1.199)	(1.640)
Custo dos juros	(718.718)	(631.670)
Retorno esperado dos ativos	734.294	635.665
Outros	96	106
	<u>14.473</u>	<u>2.461</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado (Nota 32(b)), deduzidos das despesas com benefícios de saúde pós-emprego no valor de R\$12.652 (31 de dezembro de 2015 – R\$12.993).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$1.110.023 (31 de dezembro de 2015 – R\$610.203).

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2016 totalizam R\$230.577.

Premissas Atuariais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de desconto	(i)	(ii)
Taxa de inflação	4,30%	5,00%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	-	-
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	-	-
Crescimentos salariais futuros	6,03%	9,32%a.a.
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,30%	5,00%a.a.

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de desconto apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 10,66%; PBD, 10,66%; USIPREV, 10,69%; e COSIPREV, 10,90%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de desconto apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 12,54%; PBD, 12,54%; USIPREV, 12,56%; e COSIPREV, 12,82%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência. Para os exercícios de 2016 e de 2015, as premissas de mortalidade para os planos PB1, Cosiprev e Usiprev baseiam-se na tábua de mortalidade AT 2000. Para os exercícios de 2016 e de 2015, no plano PBD as premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade AT 1983. Para 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a tábua de mortalidade de inválidos utilizada foi a AT – 1949 masculina.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

	31/12/2016						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)	(98.703)	(6.801.409)
Valor justo dos ativos do plano	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938	-	7.493.938
(Déficit) excedente no plano	675.645	(50.226)	141.827	23.986	791.232	(98.703)	692.529
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(118.471)	(47.955)	(15.509)	839	(181.096)	(209.639)	(390.735)
Retorno sobre os ativos do Plano maior (menor) que a taxa de desconto	(189.957)	(30.563)	(48.284)	(10.463)	(279.267)	-	(279.267)

	31/12/2015						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.073.619)	(1.306.333)	(1.459.631)	(6.779)	(5.846.362)	(143.114)	(5.989.476)
Valor justo dos ativos do plano	3.694.732	1.358.828	1.618.418	16.557	6.688.535	-	6.688.535
(Déficit) excedente no plano	621.113	52.495	158.787	9.778	842.173	(143.114)	699.059
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(188.811)	(77.380)	(16.168)	839	(281.520)	(4.396)	(285.916)
Retorno sobre os ativos do Plano maior (menor) que a taxa de desconto	194.711	(29.921)	(34.600)	(2.415)	127.775	-	127.775

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	10,66%	10,66%	10,66%	10,90%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	AT-2000, suavizada em 10%	AT-1983, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 50% para sexo masculino e 40% para o sexo feminino	AT-2000, suavizada em 20%
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(272.744)	(111.407)	(67.459)	(122)
1% de redução sobre a taxa real	318.538	129.592	81.362	131
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Desagravada em 10%	81.119	33.384	8.098	(45)

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

Trata-se de um plano fechado para novas adesões desde março de 2010.

Cosaúde foi criado como instrumento de caráter médico social, visando permitir aos participantes a constituição de recursos financeiros, através de contribuições mensais, para a cobertura de despesas médico-hospitalares, composto de:

- Fundo de Saúde – COSaúde, para as despesas de responsabilidade dos usuários, oriundas de internações hospitalares e de outros procedimentos previstos no regulamento do plano. despesas de internações clínicas e/ou cirúrgicas, bem como outros procedimentos de alto custo e ambulatoriais.

Para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, existe subsídio da Companhia aos aposentados até 2002 e seus respectivos pensionistas e dependentes, variando de 20% a 40% do custo médico, de acordo com o benefício total – INSS mais Previdência Usiminas. A condição para o aposentado participar do Plano de Saúde é a adesão ao COSaúde. Quanto ao Fundo de Saúde – COSaúde, plano de saúde não regulamentado, administrado por uma operadora de plano de saúde e não mais pela empresa, e está registrado na ANS como custo operacional.)

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 um sistema de saúde abrangente a todos os empregados e aposentados, composto por:

- (i) Plano regulamentado pela Lei 9656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contrato à Operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da lei 9656, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial foi o aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos de 11,08% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 11,83% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(345.495)	(98.703)	(349.803)	(101.165)

26.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	281.747	4	137.121	2
Títulos do Governo Federal	4.318.270	58	3.596.347	54
Renda fixa	2.466.039	33	2.617.108	39
Investimentos imobiliários	280.370	4	288.895	4
Outros	147.512	1	49.063	1
	<u>7.493.938</u>	<u>100</u>	<u>6.688.535</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$281.747 (31 de dezembro de 2015 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$137.121).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Aumento do capital social

Em reunião realizada em 03 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do Aumento de Capital, no limite do capital autorizado. Diante disso o procedimento de Aumento de Capital foi concluído com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.295 superior, portanto, ao limite mínimo de R\$32.441, estabelecido pelo Conselho de Administração para permitir a homologação parcial do Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2016, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2016, no montante total de R\$1.000.000, com a subscrição da totalidade dos 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias, idênticas às ações dessa espécie já existentes, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$5,00 (cinco reais) por ação.

As novas ações ordinárias emitidas foram creditadas aos seus subscritores em 22 de julho de 2016.

Desta forma, desde julho de 2016, o capital social da Companhia passou a ser R\$13.200.295, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B1, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2015	505.260.684	508.447.743	77.763	1.013.786.190
Emissão de novas ações	200.000.000	39.292.918	-	239.292.918
Total de ações em 31 de dezembro de 2016	705.260.684	547.740.661	77.763	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(23.705.728)	-	(26.232.384)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	524.034.933	77.763	1.226.846.724

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 23.705.728 ações preferenciais Classe A, em tesouraria.
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 38).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, o saldo da Reserva Legal, no montante de R\$620.039, foi utilizado na absorção de prejuízo apurado no exercício.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo credor de R\$858.620 (31 de dezembro de 2015 – R\$855.196), refere-se à operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$966.173 (31 de dezembro de 2015 – R\$690.798).
- (iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo credor dessa conta totaliza R\$133.553 (31 de dezembro de 2015 – R\$147.350).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos a pagar no início do exercício	140	30.935	142	30.937
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(1)	(30.795)	(3)	(39.295)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados	-	-	21.862	8.500
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	139	140	22.001	142

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

Para o exercício de 2016, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos/deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

28 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

<u>Segmentos reportáveis</u>	<u>Operações</u>
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2016						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	366.144	7.518.356	1.853.499	568.273	10.306.272	(1.852.072)	8.454.200
Custo das vendas	(295.546)	(7.080.057)	(1.730.622)	(529.212)	(9.635.437)	1.668.559	(7.966.878)
Lucro (prejuízo) bruto	70.598	438.299	122.877	39.061	670.835	(183.513)	487.322
(Despesas)/receitas operacionais	230.053	(672.928)	(103.235)	(59.234)	(605.344)	(103.570)	(708.914)
Despesas com vendas	(35.634)	(178.336)	(41.820)	(12.290)	(268.080)	(4.651)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	(19.585)	(261.707)	(55.468)	(31.783)	(368.543)	14.325	(354.218)
Outras (despesas) e receitas	237.684	(437.097)	(5.947)	(15.090)	(220.450)	(4.376)	(224.826)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	47.588	204.212	-	(71)	251.729	(108.868)	142.861
Lucro (prejuízo) operacional	300.651	(234.629)	19.642	(20.173)	65.491	(287.083)	(221.592)
Resultado financeiro	128.157	(147.102)	3.784	12.586	(2.575)	(27.581)	(30.156)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	428.808	(381.731)	23.426	(7.587)	62.916	(314.664)	(251.748)
Imposto de renda e contribuição social	(128.763)	(233.599)	(10.370)	2.217	(370.515)	45.420	(325.095)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	300.045	(615.330)	13.056	(5.370)	(307.599)	(269.244)	(576.843)
Atribuível aos							
Acionistas controladores	212.602	(615.330)	7.390	(5.370)	(400.708)	(269.244)	(669.952)
Acionistas não controladores	87.443	-	5.666	-	93.109	-	93.109
Ativos	5.004.338	24.126.728	1.398.071	715.780	31.244.917	(4.990.172)	26.254.745
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	381.783	71.518	-	2.633	455.934	-	455.934
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	38.156	243.609	32.842	11.193	325.800	(3.463)	322.337
Passivos circulante e não circulante	506.189	10.543.619	352.861	180.328	11.582.997	(519.886)	11.063.111

	31/12/2015						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	401.511	9.174.416	1.924.758	868.596	12.369.281	(2.183.711)	10.185.570
Custo das vendas	(354.074)	(9.135.885)	(1.872.886)	(742.222)	(12.105.067)	2.092.049	(10.013.018)
Lucro (prejuízo) bruto	47.437	38.531	51.872	126.374	264.214	(91.662)	172.552
(Despesas)/receitas operacionais	(2.429.582)	(2.234.517)	(154.055)	(64.462)	(4.882.616)	1.080.858	(3.801.758)
Despesas com vendas	(38.145)	(165.214)	(36.618)	(14.715)	(254.692)	(3.449)	(258.141)
Despesas gerais e administrativas	(30.546)	(322.845)	(58.125)	(42.127)	(453.643)	13.522	(440.121)
Outras (despesas) e receitas	(2.395.293)	(731.345)	(59.312)	(7.563)	(3.193.513)	(5.565)	(3.199.078)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	34.402	(1.015.113)	-	(57)	(980.768)	1.076.350	95.582
Lucro (prejuízo) operacional	(2.382.145)	(2.195.986)	(102.183)	61.912	(4.618.402)	989.196	(3.629.206)
Resultado financeiro	111.934	(1.412.828)	7.255	(1.732)	(1.295.371)	49.678	(1.245.693)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	(2.270.211)	(3.608.814)	(94.928)	60.180	(5.913.773)	1.038.874	(4.874.899)
Imposto de renda e contribuição social	739.577	480.699	(5.414)	(19.389)	1.195.473	(5.551)	1.189.922
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(1.530.634)	(3.128.115)	(100.342)	40.791	(4.718.300)	1.033.323	(3.684.977)
Atribuível aos							
Acionistas controladores	(1.104.618)	(3.128.115)	(77.486)	40.791	(4.269.428)	1.033.323	(3.236.105)
Acionistas não controladores	(426.016)	-	(22.856)	-	(448.872)	-	(448.872)
Ativos	4.725.396	25.662.327	1.339.442	800.795	32.527.960	(4.769.628)	27.758.332
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	343.350	80.690	-	2.704	426.744	-	426.744
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	117.421	677.819	45.764	13.474	854.478	(11.155)	843.323
Passivos circulante e não circulante	449.351	12.243.228	346.753	220.216	13.259.548	(495.073)	12.764.475

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

29 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vendas de produtos				
Mercado interno	8.577.136	9.628.224	9.119.740	10.381.702
Mercado externo	<u>909.357</u>	<u>2.083.741</u>	<u>989.187</u>	<u>2.127.275</u>
	<u>9.486.493</u>	<u>11.711.965</u>	<u>10.108.927</u>	<u>12.508.977</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	6.513	8.933	552.335	570.203
Mercado externo	<u>-</u>	<u>859</u>	<u>-</u>	<u>859</u>
	<u>6.513</u>	<u>9.792</u>	<u>552.335</u>	<u>571.062</u>
Receita bruta	<u>9.493.006</u>	<u>11.721.757</u>	<u>10.661.262</u>	<u>13.080.039</u>
Deduções da receita	<u>(1.977.452)</u>	<u>(2.553.549)</u>	<u>(2.207.062)</u>	<u>(2.894.469)</u>
Receita líquida	<u>7.515.554</u>	<u>9.168.208</u>	<u>8.454.200</u>	<u>10.185.570</u>

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação, amortização e exaustão	(1.011.828)	(1.072.762)	(1.216.491)	(1.311.699)
Despesas e benefícios a empregados	(758.874)	(1.220.815)	(1.325.495)	(1.944.487)
Plano de outorga de opção de ações	(3.077)	(9.243)	(3.719)	(12.363)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(4.650.909)	(5.826.506)	(4.546.630)	(5.574.263)
Despesas com manutenções programadas	(110.020)	(204.747)	(111.190)	(202.886)
Encargos judiciais	(29.904)	(102.855)	(33.546)	(106.493)
Custo de distribuição	(80.495)	(86.429)	(111.192)	(102.904)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	(127.902)	41.780	(132.821)	65.380
Serviços de terceiros	(681.265)	(993.151)	(837.022)	(1.148.049)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(29.483)	(66.500)	(38.977)	(71.979)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	71.748	(45.334)	71.473	(56.747)
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>), líquidos	(7.277)	(473.298)	343.006	(2.557.533)
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	176.299	-	176.299	-
Obrigações contratuais (ii)	(70.700)	-	(70.700)	(201.105)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.923)	(15.250)	(55.623)	(18.358)
Perda com adiantamento a fornecedores	(37.285)	-	(37.285)	-
Outras (despesas)	(659.473)	(503.283)	(888.740)	(666.872)
	<u>(8.060.368)</u>	<u>(10.578.393)</u>	<u>(8.818.653)</u>	<u>(13.910.358)</u>
Custo das vendas	(7.200.317)	(9.252.460)	(7.966.878)	(10.013.018)
Despesas com vendas	(177.543)	(165.214)	(272.731)	(258.141)
Despesas gerais e administrativas	(251.834)	(314.019)	(354.218)	(440.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(430.674)	(846.700)	(224.826)	(3.199.078)
	<u>(8.060.368)</u>	<u>(10.578.393)</u>	<u>(8.818.653)</u>	<u>(13.910.358)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$13.223, o qual está registrado na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a multa por rescisão contratual com fornecedor. Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a volume contratado não utilizado de transporte de minério de ferro com a MRS. Contrato em condição comercial de "take or pay".

31 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos (i)	(570.915)	(980.961)	(1.051.888)	(1.611.364)
Encargos previdenciários	(122.482)	(163.526)	(193.561)	(249.111)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	1.821	(15.388)	1.480	(16.502)
Abonos	(37.379)	(18.369)	(37.684)	(18.587)
Participação dos empregados nos lucros	-	(154)	(10.605)	(2.968)
Custos de planos de aposentadoria	(19.202)	(33.073)	(20.275)	(34.723)
Outras	(13.794)	(18.587)	(16.681)	(23.595)
	<u>(761.951)</u>	<u>(1.230.058)</u>	<u>(1.329.214)</u>	<u>(1.956.850)</u>

(I) Inclui as despesas com Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(21.556)	(22.566)	(58.887)	(62.959)
Serviços de terceiros	(14.320)	(16.696)	(19.348)	(21.652)
Depreciação e amortização	(3.130)	(3.087)	(4.608)	(4.828)
Custo de distribuição	(80.495)	(86.429)	(111.192)	(102.904)
Comissões sobre vendas	(1.669)	(12.769)	(9.813)	(20.224)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.923)	(15.250)	(55.623)	(18.358)
Despesas gerais	(6.450)	(8.417)	(13.260)	(27.216)
	<u>(177.543)</u>	<u>(165.214)</u>	<u>(272.731)</u>	<u>(258.141)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(142.340)	(176.832)	(182.603)	(235.576)
Serviços de terceiros	(53.879)	(48.652)	(81.204)	(78.688)
Depreciação e amortização	(29.221)	(24.369)	(38.391)	(32.725)
Honorários da Administração (i)	5.248	(27.416)	(417)	(33.029)
Despesas gerais	(31.642)	(36.750)	(51.603)	(60.103)
	<u>(251.834)</u>	<u>(314.019)</u>	<u>(354.218)</u>	<u>(440.121)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se à reversão de honorários da Administração referente ao ano de 2015, conforme Nota 36 (d).

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	125.038	188.542	144.131	239.211
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	176.299	-	176.299	-
Recuperação de impostos em processos judiciais (INSS)	5.817	66.652	6.704	66.652
Reversão do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	-	357.508	-
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	94.120	7.515	94.289	9.867
Recuperação de custo	25.830	5.950	32.361	8.187
Recuperação de despesas	9.750	9.008	10.385	10.953
Aluguel de imóveis	5.137	6.078	5.516	7.280
Receita de vendas diversas	5.859	8.343	6.950	9.615
Projeto Reintegra	844	22.122	844	22.122
Outras receitas	19.114	14.030	12.750	9.532
	<u>467.808</u>	<u>328.240</u>	<u>847.737</u>	<u>383.419</u>
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(243.001)	(134.928)	(265.247)	(159.598)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(7.277)	(473.298)	(14.502)	(2.557.533)
Despesas de equipamentos parados temporariamente	(383.726)	(111.885)	(485.145)	(164.336)
Despesas com reestruturação de operações	(3.823)	(93.811)	(3.823)	(256.768)
Custo de vendas diversas e fretes	(11.548)	(10.668)	(11.582)	(11.131)
Encargos judiciais	(29.904)	(102.855)	(33.546)	(106.493)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(29.483)	(66.500)	(38.977)	(71.979)
Perdas com adiantamento a fornecedores	(37.285)	-	(37.285)	-
PIS e COFINS s/ venda de energia	(9.939)	(11.834)	(11.705)	(14.233)
Pesquisas Tecnológicas	(25.180)	(28.252)	(25.180)	(28.252)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(22.372)	(54.524)	(22.816)	(66.043)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(7.565)	(23.618)	(11.964)	(29.766)
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (<i>stock options</i>)	(2.170)	(6.455)	(1.805)	(9.177)
Controle ambiental	(774)	(2.760)	(774)	(2.760)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	1.821	(15.388)	1.480	(16.247)
Multa por rescisão contratual	(70.700)	-	(70.700)	-
Outras despesas	(15.556)	(38.164)	(38.992)	(88.181)
	<u>(898.482)</u>	<u>(1.174.940)</u>	<u>(1.072.563)</u>	<u>(3.582.497)</u>
	<u>(430.674)</u>	<u>(846.700)</u>	<u>(224.826)</u>	<u>(3.199.078)</u>

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Juros de clientes	18.306	12.391	26.093	17.907
Receita de aplicações financeiras	51.069	15.746	147.667	83.935
Efeitos monetários	35.187	30.317	126.554	137.555
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	156.529	-	156.529	-
Correção dos depósitos judiciais	34.578	32.468	47.334	51.475
Juros sobre créditos fiscais	7.728	5.286	19.014	14.833
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	110.520	108.797	110.520	108.797
Reversão de provisão /atualização depósitos judiciais / redução parcelamento REFIS	24.045	6.719	24.045	7.000
Outras receitas financeiras	8.137	8.406	13.462	7.036
	<u>446.099</u>	<u>220.130</u>	<u>671.218</u>	<u>428.538</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(496.439)	(288.335)	(493.510)	(255.189)
Resultado das operações de swap	(159.839)	102.278	(302.123)	240.389
Efeitos monetários	(251.464)	(333.348)	(273.797)	(352.754)
PIS/COFINS s/ JSCP	(2.905)	(5.034)	(2.905)	(5.034)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(73.057)	(32.482)	(91.782)	(47.489)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(20.605)	(28.825)	(41.771)	(28.825)
Comissões s/ financiamentos e outros	(64.828)	(48.409)	(51.081)	(48.409)
Cessão de crédito	-	-	(2.539)	(33.502)
Outras despesas financeiras	(51.184)	(25.770)	(80.964)	(71.328)
	<u>(1.120.321)</u>	<u>(659.925)</u>	<u>(1.340.472)</u>	<u>(602.141)</u>
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	<u>726.054</u>	<u>(1.805.275)</u>	<u>639.098</u>	<u>(1.072.090)</u>
	<u>51.832</u>	<u>(2.245.070)</u>	<u>(30.156)</u>	<u>(1.245.693)</u>

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (vide Nota 38).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	(383.746)	(286.206)	(669.952)	(1.647.404)	(1.588.701)	(3.236.105)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	618.350.466	502.582.330	1.120.932.796	502.734.028	484.819.778	987.553.806
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	(0,60)	(0,60)	-	(3,28)	(3,28)	-

35 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$9.169.952 na Controladora e R\$7.262.676 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos segue demonstrada no quadro a seguir.

	Controladora				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	27.700	-	-	-	27.700
Com fornecedores	1.457.151	2.989.450	1.615.439	3.079.562	9.141.602
Arrendamentos mercantis operacionais	650	-	-	-	650
	<u>1.485.501</u>	<u>2.989.450</u>	<u>1.615.439</u>	<u>3.079.562</u>	<u>9.169.952</u>

	Consolidado				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	35.430	-	-	-	35.430
Com fornecedores	1.175.181	1.956.450	582.439	2.689.526	6.403.596
Arrendamentos mercantis operacionais	33.650	99.000	99.000	592.000	823.650
	<u>1.244.261</u>	<u>2.055.450</u>	<u>681.439</u>	<u>3.281.526</u>	<u>7.262.676</u>

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$27.700 na Controladora e R\$35.430 no Consolidado e estão destinados à adequação das coqueiras da usina de Ipatinga, reformas e melhorias nos altos fornos, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016, os compromissos com fornecedores totalizam R\$9.141.602 na Controladora e R\$6.403.596 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários e a locação de vagões plataforma. Em 31 de dezembro de 2016, o montante destinado a estes contratos corresponde a R\$650 na Controladora e R\$823.650 no Consolidado.

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	23.705.728	4,33	26.232.384	2,09
Demais acionistas	60.936.868	8,64	402.485.402	73,46	463.422.270	36,99
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	136.131.296	26,94	-	-	136.131.296	13,43
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	66.365.702	13,13	100.132.100	19,69	166.497.802	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75	-	-	34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95	-	-	25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96	-	-	20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98	-	-	10.000.000	0,99
Metal One Corporation (i)	759.248	0,15	-	-	759.248	0,07
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,47	-	-	7.449.544	0,73
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,50	23.705.728	4,66	26.232.384	2,59
Demais acionistas	55.600.892	11,02	381.548.920	75,03	437.149.812	43,13
Total	505.260.684	100,00	508.525.506	100,00	1.013.786.190	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	18.573	-	110	40.525	-	900
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Controladas	206.981	52.864	41.866	180.052	9.709	68.490
Controladas em conjunto	-	-	22	-	-	22
Coligadas	15.055	2.463	-	10.348	2.357	-
Outras partes relacionadas	<u>11.349</u>	-	<u>4.634</u>	<u>10.107</u>	-	<u>493</u>
Total	251.958	55.327	46.632	241.032	12.066	69.905
Circulante	192.178	55.327	46.632	195.182	12.066	68.377
Não Circulante (i)	<u>59.780</u>	-	-	<u>45.850</u>	-	<u>1.528</u>
Total	251.958	55.327	46.632	241.032	12.066	69.905

(i) A rubrica "Demais valores a receber" possui na composição de seu saldo o valor R\$1.528 em 31 de dezembro de 2015, que se refere a adiantamento concedido à controlada Usiminas Mecânica para a construção de ativo imobilizado.

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	18.573	-	110	51.035	-	900
Acionistas não controladores	453	-	-	2.969	-	-
Controladas em conjunto	-	-	22	-	-	22
Coligadas	15.055	2.463	-	10.348	2.357	-
Outras partes relacionadas	<u>11.349</u>	-	<u>5.284</u>	<u>10.107</u>	-	<u>1.143</u>
Total	45.430	2.463	5.416	74.459	2.357	2.065
Circulante	41.588	2.463	5.416	70.047	2.357	2.065
Não Circulante	<u>3.842</u>	-	-	<u>4.412</u>	-	-
Total	45.430	2.463	5.416	74.459	2.357	2.065

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	144	16.939	167.987	10.101	15.210	228.735
Controladas	106.087	74.504	1.224.608	262.302	88.171	2.163.532
Controladas em conjunto	52.994	-	-	78.920	-	-
Coligadas	2.578	-	-	3.070	84	-
Outras partes relacionadas	588	-	-	12.199	-	-
Total	162.391	91.443	1.392.595	366.592	103.465	2.392.267
Circulante	162.391	15.325	25.769	366.592	15.294	932.401
Não Circulante	-	76.118	1.366.826	-	88.171	1.459.866
Total	162.391	91.443	1.392.595	366.592	103.465	2.392.267

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	636	16.965	167.987	10.332	15.260	228.735
Acionistas não controladores	-	22.364	-	-	503	-
Controladas em conjunto	53.493	-	-	79.442	-	-
Coligadas	2.815	184.123	-	4.403	209.970	-
Outras partes relacionadas	588	1	-	12.199	-	-
Total	57.532	223.453	167.987	106.376	225.733	228.735
Circulante	57.532	70.184	381	106.376	62.776	161.802
Não Circulante	-	153.269	167.606	-	162.957	66.933
Total	57.532	223.453	167.987	106.376	225.733	228.735

Em 31 de dezembro de 2016, conforme apresentado na Nota 20, está registrado empréstimo com a controlada Usiminas Commercial no montante de R\$1.224.608 (31 de dezembro de 2015 - R\$1.422.422). O empréstimo com a controlada Cosipa Commercial foi liquidado em junho de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 este empréstimo era de R\$741.110). Em termos consolidados, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$167.987 (31 de dezembro de 2015 - R\$228.735).

(c) Resultado

	Controladora			Controladora		
	31/12/2016			31/12/2015		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	239.981	7.002	29.695	378.265	20.483	(119.314)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	11.925	-
Controladas	2.141.874	349.117	128.437	2.243.222	702.882	(763.613)
Controladas em conjunto	13	317.223	(2.711)	27	379.625	(151)
Coligadas	25.492	118.153	-	64.361	119.979	230
Outras partes relacionadas (i)	47.304	133.939	(4.869)	430.537	78.191	7.050
Total	2.454.664	925.434	150.552	3.116.412	1.313.085	(875.798)

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2015		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	274.405	9.926	27.249	419.278	20.483	(116.794)
Acionistas não controladores	4.003	-	-	12.072	14.240	-
Controladas em conjunto	1.844	322.141	(2.711)	1.807	383.253	(151)
Coligadas	25.698	188.432	(21.166)	124.413	314.210	230
Outras partes relacionadas (i)	124.133	133.939	(7.226)	434.249	78.191	7.050
Total	430.083	654.438	(3.854)	991.819	810.377	(109.665)

(i) Em 31 de dezembro de 2016 o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a vendas da Mineração Usiminas S.A. para o cliente Sumitomo Corporation, no valor de R\$75.173.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Honorários	12.007	14.775
Encargos sociais	2.214	2.405
Planos de aposentadoria	256	204
Provisão (reversão) de remuneração variável	(19.725)	10.032
	(5.248)	27.416

Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R\$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R\$15.552 e R\$4.173, respectivamente. A despesa, líquida da reversão do período, está registrada na demonstração do resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$14.959 (31 de dezembro de 2015 – R\$17.054). Desse montante, R\$1.389 refere-se a pagamento de remuneração variável de exercícios anteriores.

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações, que totalizou R\$ 907 em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 – R\$2.788), conforme descrito na Nota 38.

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra da Unigal de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente.
- Compra da Usiroll de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minério.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).

- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.

Adicionalmente, a controlada Mineração Usiminas realiza operações de venda de minério de ferro e compra de serviços portuários com a CSN.

As transações com partes relacionadas são substancialmente contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$15.193.325 mil (31 de dezembro de 2015 – US\$22.259.771 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (All Risks) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de junho de 2017.

38 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- Incentivo à criação de valor sustentável;
- Atração e retenção de talentos;
- Manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2016, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Companhia decidiu não lançar novo programa.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				<u>13.729.052</u>	<u>1.000.026</u>	<u>14.729.078</u>

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação das Opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	4.633.880	1.746.706	1.558.472	4.778.483	2.020.394	1.761.317
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	370.948	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-	-	-
Canceladas durante o exercício	(1.119.237)	(332.029)	(353.924)	(515.551)	(273.688)	(202.845)
Em aberto no fim do exercício	<u>3.514.643</u>	<u>1.414.677</u>	<u>1.204.548</u>	<u>4.633.880</u>	<u>1.746.706</u>	<u>1.558.472</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o impacto no resultado do Plano de Outorga de Opção de Ações, anteriormente descrito, totalizou despesa de R\$3.719 (31 de dezembro de 2015 - R\$11.191), cujo montante foi contabilizado na demonstração do resultado. Foi ainda revertido o montante de R\$6.600 à conta de "Lucros (prejuízos) acumulados" em decorrência de cancelamentos de opções ocorridos ao longo do exercício de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$2.851). Desta forma, o impacto no patrimônio líquido da Companhia foi de R\$2.881 (31 de dezembro de 2015 - R\$8.340).

As despesas a apropriar previstas para o Plano, considerando que todas as suas premissas contratuais se mantenham inalteradas e que nenhuma nova outorga seja concedida, totalizam R\$983.

39 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	4.503.801	3.958.630	4.525.862	3.960.912
Imobilizado	Processos judiciais	789.327	893.155	839.820	950.297
Estoque	Processos judiciais	95.577	101.509	95.577	101.509
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	40.000	40.000	40.000
		<u>5.428.705</u>	<u>4.993.294</u>	<u>5.501.259</u>	<u>5.052.718</u>

40 Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa

Em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa na Controladora e no Consolidado, quais sejam: (i) contratação de operações de FINAME no montante de R\$1.191, destinadas à aplicação no ativo imobilizado; (ii) conversão de algumas operações de *forfaiting* no mercado externo em FINIMP no montante de R\$120.279; (iii) conversão de algumas operações de cessão de crédito no mercado interno em capital de giro no montante de R\$11.510; (iv) contratação de operações de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$60.442, como prorrogação de pagamento de parcela de principal; (v) reconhecimento das novas dívidas financeiras no montante de R\$6.312.578, conforme descrito na Nota 20; (vi) conclusão da venda dos equipamentos do parque criogênico localizado na usina de Ipatinga - MG, pelo montante de R\$70.000, que está sendo compensado com valores a pagar ao comprador, que também é fornecedor da Companhia; (vii) alienação do investimento na controlada Transportes Itaquaquacetuba Ltda., pelo montante de R\$18.000, cujo recebimento ocorrerá em prestações mensais pelo período máximo de 5 anos.

Especificamente para a Controladora, também foi realizada uma transação de investimento sem efeito de caixa no montante de R\$719.149, referente à redução de capital da sua controlada direta no exterior Usiminas Europa A/S, como parte da operação de liquidação financeira dos Eurobonds emitidos por sua outra controlada direta no exterior Cosipa Commercial Ltd.

41 Evento subsequente

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia e sua controlada Usiminas Commercial Ltd. anunciaram a conclusão do “Pedido de Consentimento” formulado aos titulares dos Eurobonds (“Notas”), com vencimento original em 2018 e emitidas no montante de US\$400.000 mil, para temporariamente anuírem com a não conformidade da Companhia sobre as suas obrigações referentes a restrições ao oferecimento de garantias estabelecidas em *Indenture*, celebrada em 18 de janeiro de 2008 com o Bank of New York, na qualidade de *Trustee* das Notas (“*Indenture*”).

Conselho de Administração

Elias de Matos Brito
Presidente

Francisco Augusto da Costa e Silva
Conselheiro

Gesner José Oliveira Filho
Conselheiro

Guilherme Poggiali Almeida
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Nobuhiko Takamatsu
Conselheiro

Ricardo Antonio Weiss
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Wanderley Rezende de Souza
Conselheiro

Yoichi Furuta
Conselheiro

Conselho Fiscal

Masato Ninomiya
Presidente

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Paulo Roberto Evangelista de Lima
Conselheiro

Wagner Mar
Conselheiro

Diretoria Executiva

Rômél Erwin de Souza
Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações
com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Sergio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou(i) o Relatório da Administração e (ii) as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (KPMG) sem ressalvas, emitido em 16 de fevereiro de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaque os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Masato Ninomiya
Presidente

Mário Roberto Villanova Nogueira

Lúcio de Lima Pires

Paulo Roberto Evangelista de Lima

Wagner Mar

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

Rômel Erwin de Souza

Diretor-Presidente

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

Rômel Erwin de Souza

Diretor-Presidente

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2016 a Usiminas apresentou um EBITDA ajustado de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015. A dívida líquida consolidada foi de R\$4,7 bilhões em 31/12/16, 20,1% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/15, que foi de R\$5,9 bilhões, representando 24% do capital investido. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, uma redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2016 alcançou 3,66 vezes, contra 1,53 em 2015, também em função da renegociação da dívida.

No ano de 2015, a Usiminas apresentou uma forte redução no seu EBITDA Ajustado que totalizou R\$291,5 milhões, contra R\$1,9 bilhão em 2014, devido ao menor volume de vendas e menor preço do aço e do minério de ferro afetando as suas duas principais Unidades de Negócio, Siderurgia e Mineração. A Unidade de Bens de Capital foi exceção, atingindo um EBITDA de R\$86,8 milhões, com crescimento de 73,7% na comparação entre os períodos. Em 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida consolidada da Companhia era de R\$5,9 bilhões, representando 28% do capital investido (dívida líquida mais patrimônio líquido). Ainda em 2015, a dívida bruta consolidada foi de R\$7,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 2014, um aumento de 17,7%, principalmente em razão da forte desvalorização cambial de 47,0% no período, que impactou diretamente a parcela da dívida em dólar, que correspondia a 47% da dívida total em 2015. Em 2015, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 24% no curto prazo e 76% no longo prazo. A Usiminas obteve devidamente os *waivers* de seus credores para os *covenants* não cumpridos para esta data base.

O ano de 2014 representou para a Usiminas um ano de consolidação de várias iniciativas visando ampliar sua rentabilidade e diminuir seu nível de endividamento. Continuaram os esforços por reduzir custos e aumentar a eficiência nas plantas, controlar os estoques e aprofundar no atendimento das demandas dos nossos clientes. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$1,9 bilhão, apresentando um crescimento de 3,1% quando comparado ao ano de 2013, que foi de R\$1,8 bilhão. Isso se deve, principalmente, ao melhor desempenho da Unidade de Siderurgia, que embora tenha tido um menor volume de vendas, alcançou maior preço médio, compensando a menor contribuição da Mineração, impactada pela queda expressiva de preços do minério de ferro no mercado internacional. A dívida líquida, definida como dívida financeira bruta menos caixa e aplicações financeiras, no final de 2014 totalizava R\$ 3,8 bilhões. O indicador dívida líquida/EBITDA em 2014 era de 2,1 vezes

enquanto em 2013 era de 1,9 vezes. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2014 alcançou 1,73 vezes, ligeiramente inferior ao apurado em 2013 de 1,86.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu decréscimo em 2016 conforme demonstrado no quadro abaixo. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

Valores em R\$ mil	2016	2015	2014
Passivo Total	11.063.111	12.764.475	11.722.447
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	2.257.454	2.024.457	2.851.903
Passivo Total Líquido (A)	8.805.657	10.740.018	8.870.544
Patrimônio líquido (B)	15.191.634	14.993.857	18.761.615
Relação (A) / (B)	58%	72%	47%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um caixa de R\$ 2,3 bilhões (R\$2,0 bilhões em 2015 e R\$2,9 bilhões em 2014). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4 anos em 2016 (2 anos em 2015 e 3 anos 2014). A concentração da dívida no curto prazo em 2016 é de 1% do total da dívida (24,3% em 2015 e 25,6% em 2014). Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Ao longo de 2016 outras ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital. Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04.

Perfil da Dívida - Consolidado



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são geração de caixa operacional, linhas de bancos de desenvolvimento, empréstimos e financiamentos bancários com instituições/bancos públicos e privados, e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As Empresas Usiminas possuíam em 2016 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,9 bilhões (R\$ 6,8 bilhões em 2015 e R\$5,6 bilhões em 2014) e R\$998,0 milhões de debêntures (R\$1,0 bilhão em 2015 e R\$1,0 bilhão em 2014).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a renegociação ocorrida em setembro de 2016, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor destas operações era de R\$ 546 milhões (R\$ 658 milhões em 2015 e R\$ 888 milhões em 2014).
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo

devedor destas operações era de R\$1,0 bilhão (R\$1,3 bilhão em 2015 e R\$1,3 bilhão em 2014).

- Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2020. As notas foram liquidadas em setembro de 2016 e não há saldos em aberto destas operações no final de 2016 (R\$2,5 bilhões em 2015 e R\$2,9 bilhões em 2014).
- Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados acima. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor destas operações era de R\$582 milhões (R\$698 milhões em 2015 e R\$474 milhões em 2014). Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia e sua controlada Usiminas Commercial Ltd. anunciaram a conclusão do “Pedido de Consentimento” formulado aos titulares das notas com vencimento original em 2018 e emitidas no montante de US\$400.000 mil, para temporariamente anuírem com a não conformidade da Companhia sobre as suas obrigações referentes a restrições ao oferecimento de garantias estabelecidas em *Indenture*, celebrada em 18 de janeiro de 2008 com o Bank of New York, na qualidade de *Trustee* das notas.
- Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor desta operação era de R\$998,0 milhões (R\$1,0 bilhão em 2015 e R\$1,0 bilhão em 2014).
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA com vencimentos até 2026. Em 2016 o saldo devedor destas operações era de R\$673,0 milhões (R\$935,0 milhões em 2015 e R\$360,0 milhões em 2014).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil com vencimento em 2026. Em 2016 o saldo devedor desta operação era de R\$2,4 bilhões. Não há saldo deste contrato em 2015 e 2014, uma vez que esta dívida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco com vencimento em 2026. Em 2016 o saldo devedor desta operação era de R\$544,0 milhões. Não há saldo deste contrato em 2015 e 2014, uma vez que esta dívida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 22 de maio de 2014, a Administração decidiu contratar uma nova linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), cujo valor total é de R\$300,0 milhões e período de vigência de 3 anos. Em 30 de dezembro de 2015, a Administração optou pelo cancelamento desta linha de crédito.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026, conforme item nº 5 relacionado no subitem f) i. acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, dentre eles, limitações de capex de expansão, limitações de obtenção de novos empréstimos e mudança no grupo de controle, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia antecipando-se ao não cumprimento de alguns desses índices financeiros (*covenants*), notadamente o *Total Debt to Ebitda Ratio* e o *Net Debt to Ebitda Ratio*, dos seus contratos de dívida, obteve um *waiver* dos credores e, conseqüentemente, a sua anuência para a não realização dos referidos testes de cumprimento dos limites em dezembro de 2015. Novos testes serão realizados para alguns dos contratos nos meses de Março, Junho e Dezembro de 2016. Desta forma, esses contratos de dívida não foram classificados como vencidos em 31 de dezembro de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia ainda possuía o montante de R\$305,0 milhões (R\$266,0 milhões em 2014) disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário. Tais linhas poderão ser utilizadas unicamente para investimentos de capital que se enquadrem no regulamento de empréstimos do BNDES.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balço Patrimonial nos anos 2016, 2015 e 2014 e suas variações

ATIVO	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	31/12/2014	AV (%) 2014	Análise Horizontal 2016 x 2015	Análise Horizontal 2015 x 2014
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	719.870	3%	800.272	3%	2.109.812	7%	-10%	-62%
Títulos e valores mobiliários	1.537.584	6%	1.224.185	4%	742.091	2%	26%	65%
Contas a receber de clientes	1.179.212	4%	1.428.421	5%	1.246.694	4%	-17%	15%
Estoques	2.604.306	10%	2.748.417	10%	3.516.751	12%	-5%	-22%
Impostos a recuperar	238.600	1%	377.198	1%	358.418	1%	-37%	5%
Dividendos a receber	2.463	0%	2.357	0%	12.641	0%	4%	-81%
Instrumentos financeiros derivativos	44.669	0%	152.560	1%	65.392	0%	-71%	133%
Demais contas a receber	93.774	0%	161.432	1%	193.412	1%	-42%	-17%
Total do ativo circulante	6.420.478	24%	6.894.842	25%	8.245.211	27%	-7%	-16%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.120.368	12%	3.281.063	12%	2.018.129	7%	-5%	63%
Valores a receber de empresas ligadas	3.842	0%	4.412	0%	22.383	0%	-13%	-80%
Estoque	-	0%	-	0%	54.942	0%	#VALOR!	-100%
Depósitos judiciais	660.229	3%	597.392	2%	566.408	2%	11%	5%
Instrumentos financeiros derivativos	100.670	0%	559.654	2%	252.027	1%	-82%	122%
Impostos a recuperar	164.242	1%	81.263	0%	95.835	0%	102%	-15%
Demais contas a receber	215.932	1%	173.844	1%	170.088	1%	24%	2%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.126.176	4%	1.084.311	4%	1.145.787	4%	4%	-5%
Imobilizado	13.748.890	52%	14.743.629	53%	15.535.573	51%	-7%	-5%
Intangível	693.918	3%	337.922	1%	2.377.679	8%	105%	-86%
Total do ativo não circulante	19.834.267	76%	20.863.490	75%	22.238.851	73%	-5%	-6%
TOTAL DO ATIVO	26.254.745	100%	27.758.332	100%	30.484.062	100%	-5%	-9%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	31/12/2014	AV (%) 2014	Análise Horizontal 2016 x 2015	Análise Horizontal 2015 x 2014
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	846.377	3%	1.187.274	4%	1.671.540	5%	3%	-29%
Empréstimos e financiamentos	62.157	0%	1.850.392	7%	1.655.799	5%	-97%	12%
Debêntures	5.551	0%	61.109	0%	50.092	0%	-91%	22%
Adiantamentos de clientes	35.806	0%	40.799	0%	110.179	0%	-12%	-63%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	356.970	1%	587.458	2%	615.561	2%	-63%	-5%
Salários e encargos sociais	197.076	1%	278.149	1%	280.284	1%	-29%	-1%
Tributos a recolher	58.447	0%	85.547	0%	94.206	0%	-32%	-9%
Tributos parcelados	8.529	0%	8.191	0%	7.560	0%	4%	8%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.538	0%	6.151	0%	22.743	0%	23%	-73%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	22.001	0%	142	0%	30.937	0%	15394%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	48.577	0%	199.657	1%	94.045	0%	-76%	112%
Demais contas a pagar	103.215	0%	191.054	1%	136.480	0%	-46%	40%
Total do passivo circulante	1.752.244	7%	4.495.923	16%	4.769.426	16%	-61%	-6%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	5.864.416	22%	4.958.032	18%	3.979.775	13%	18%	25%
Debêntures	992.184	4%	999.181	4%	998.549	3%	-1%	0%
Valores a pagar a empresas ligadas	153.269	1%	162.957	1%	-	N/A	-6%	n/a
Tributos parcelados	9.050	0%	9.582	0%	9.972	0%	-6%	-4%
Provisão para demandas judiciais	607.863	2%	557.455	2%	475.859	2%	9%	17%
Provisão para recuperação ambiental	143.042	1%	127.103	0%	85.143	0%	13%	49%
Benefícios pós-emprego	1.342.727	5%	1.153.379	4%	1.187.788	4%	16%	-3%
Instrumentos financeiros derivativos	102.413	0%	203.845	1%	182.216	1%	-50%	12%
Demais contas a pagar	95.903	0%	97.018	0%	33.719	0%	-1%	188%
Total do passivo não circulante	9.310.867	30%	8.268.552	30%	6.953.021	23%	13%	19%
TOTAL DO PASSIVO	11.063.111	42%	12.764.475	46%	11.722.447	38%	-13%	9%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	50%	12.150.000	44%	12.150.000	40%	9%	0%
Reservas de capital	309.445	1%	327.191	1%	318.851	1%	-5%	3%
Reservas de lucros	0	0%	620.039	2%	3.831.060	13%	-100%	-84%
Ajustes de avaliação patrimonial	26.000	0%	311.748	1%	419.753	1%	-92%	-26%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	13.535.740	52%	13.408.978	48%	16.719.664	55%	1%	-20%
Participação dos acionistas não controladores	1.655.894	6%	1.584.879	6%	2.041.951	7%	4%	-22%
Total do patrimônio líquido	15.191.634	58%	14.993.857	54%	18.761.615	62%	1%	-20%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.254.745	100%	27.758.332	100%	30.484.062	100%	-5%	-9%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$233 milhões verificado no ano de 2016 ocorreu principalmente em função das capitalizações realizadas pela Companhia no valor de R\$1,05 bilhões, que foram parcialmente consumidos pelas operações da Companhia no segundo trimestre, bem como pelo pagamento de juros financeiros e de algumas dívidas que não foram renegociadas.

Contas a receber de clientes

A redução no contas a receber na Usiminas em R\$249 milhões, deve-se principalmente ao menor prazo de recebimento que reduziu a media geral de 43 dias em 2015 para 32 dias em 2016 e pela maior provisão para devedores duvidosos.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 5% o equivalente a R\$144 milhões decorrente da redução da produção, principalmente devido à paralisação das áreas primárias de Cubatão, e também da redução das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 71%, passando de R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$45 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação deve-se principalmente à liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A redução de R\$161 milhões nos tributos diferidos se justifica pela diminuição das diferenças temporárias. Destacam-se a variação de R\$122 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) e a redução de R\$64 milhões referente à diferença temporária do *Take or Pay* com a MRS. As demais variações foram pulverizadas.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais aumentou 11% no comparativo entre os períodos, passando de R\$597 milhões em 2015 para R\$660 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária dos depósitos na unidade de negócios Siderurgia e a constituição de novos depósitos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$459 milhões decorreu principalmente da liquidação de contratos de swap no ano de 2016, adicionalmente o ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Imobilizado

O imobilizado apresentou redução de 7%, o equivalente a R\$995 milhões, decorrente, principalmente, da depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2016 foram baixos (R\$225 milhões), não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

Intangível

O aumento de R\$355 milhões no intangível no ano de 2016, correspondente, principalmente, à reversão de *impairment* da controlada Mineração Usiminas no valor de R\$357 milhões, em função das novas projeções de gastos e investimentos de longo prazo.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$1,8 bilhão reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$790 mil e junto ao JBIC e Nippon no valor de R\$521 mil. A redução das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se ao menor valor de juros provisionados no período, em função da renegociação de seu contrato, que alterou os prazos de pagamento de juros de semestrais para trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 76% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$151 milhões decorreu principalmente em função da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$906 milhões reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Bradesco, no valor de R\$545 mil e junto ao Banco do Brasil no valor de R\$837 mil. A redução das debêntures no longo prazo em R\$7 milhões refere-se ao novo valor a amortizar de diferimento de despesas de renegociação desta dívida, passando de R\$819 mil em 2015 para R\$7.816 mil em 2016.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 9,04% no comparativo entre os períodos, passando de R\$557 milhões em 2015 para R\$608 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais trabalhistas referente ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão, onde pleiteiam verbas trabalhistas diversas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 50% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$101 milhões decorreu principalmente da depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

2015 – 2014 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$800 milhões verificada no ano de 2015 ocorreu principalmente em função de pagamentos de juros de empréstimos no valor de R\$583 milhões, liquidação de operações de cessões de crédito no valor de R\$594 milhões, e também pela queda do caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia.

Contas a receber de clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou uma elevação de 15% o equivalente a R\$182 milhões, principalmente em consequência do aumento do prazo médio de recebimento, passando de 27 dias em 2014 para 36 dias em 2015.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 22% o equivalente a R\$768 milhões, decorrente da redução da produção e das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos foi de 133%, passando de R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015, basicamente devido à apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47%, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Adicionalmente, parte dos saldos registrados no ativo não circulante em 2014 foram transferidos para o ativo circulante 2015, seguindo o fluxo normal das operações de acordo com os prazos de vencimentos.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$1.263 milhões, principalmente pela apuração de impostos diferidos sobre diferenças temporárias. Pode-se destacar a variação de R\$465 milhões referente a diferenças temporárias sobre variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (regime de caixa) e variação de R\$680 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$308 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao lene e o Real, que são os dois principais indexadores das operações de *swap* da Companhia, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*. Adicionalmente a Companhia contratou novas operações com posição ativa em dólar no valor de US\$252 milhões, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

As contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes reduziram em 29% no comparativo entre os períodos, passando de R\$1,7 bilhão em 2014 para R\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2015. Esta variação ocorreu basicamente em função da redução do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$195 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$105 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap* (contratos de troca de moedas), que possuem posição passiva em lene devido a apreciação dessa moeda, que tem por objetivo reduzir a exposição cambial.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$978 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares, além dos juros provisionados no período, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 17% no comparativo entre os períodos, passando de R\$476 milhões para R\$557 milhões em 2015. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais referente à Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais na Mineração Usiminas S.A.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos em R\$22 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado das operações com posição passiva em Dólar Americano e lene, devido à apreciação destas moedas, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap.

Demonstrações do resultado dos anos 2016, 2015 e 2014 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	31/12/2014	AV (%) 2014	Análise Horizontal 2016 x 2015	Análise Horizontal 2015 x 2014
Receita de bens e serviços	8.454.200	100%	10.185.570	100%	11.741.629	100%	-17%	-13%
Custo dos Bens e Serviços	(7.966.878)	-94%	(10.013.018)	-98%	(10.704.864)	-91%	-20%	-6%
Resultado Bruto	487.322	6%	172.552	2%	1.036.765	9%	182%	-83%
Despesas Receitas operacionais	(708.914)	-8%	(3.897.340)	-38%	(513.797)	-4%	-82%	659%
Despesas com Vendas	(272.731)	-3%	(258.141)	-3%	(290.930)	-2%	6%	-11%
Despesas Gerais e Administrativas	(354.218)	-4%	(440.121)	-4%	(501.549)	-4%	-20%	-12%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	(224.826)	-3%	(3.199.078)	-31%	278.682	2%	-93%	-1248%
Resultado de Equivalência Patrimonial	142.861	2%	95.582	1%	183.780	2%	49%	-48%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	(221.592)	-3%	(3.629.206)	-36%	706.748	6%	-94%	-614%
Resultado Financeiro	(30.156)	0%	(1.245.693)	-12%	(522.831)	-4%	-98%	138%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(251.748)	-3%	(4.874.899)	-48%	183.917	2%	-95%	-2751%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(325.095)	-4%	1.189.922	12%	24.562	0%	-127%	4745%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	(576.843)	-7%	(3.684.977)	-36%	208.479	2%	-84%	-1868%

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 3,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2016 (4,9 milhões de toneladas em 2015), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro (3,8 milhões em 2015).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 20%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões em 2015 consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485 milhões contra R\$164 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho das coligadas Unigal e da MRS Logística neste ano.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de 47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado positivo em R\$9,0 milhões de efeitos monetários em 2016 contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$255 milhões em 2015.

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2015, a receita líquida foi de R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014, em função de menores preços e volumes de vendas de aço e menor preço do minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A Unidade de Bens de Capital teve sua receita líquida aumentada em 9,4% no período devido à carteira de pedidos realizada em 2015.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,9 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2015 (5,5 milhões de toneladas em 2014), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,8 milhões de toneladas de minério de ferro (5,6 milhões em 2014).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2015, o CPV foi de R\$10,0 bilhões, contra R\$10,7 bilhões em 2014, uma redução de 6,5% basicamente em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia e pela redução dos preços de algumas matérias primas, dentre elas o minério de ferro.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2015, as despesas com vendas foram de R\$258,1 milhões contra R\$290,9 milhões em 2014, devido, principalmente, a menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros, parcialmente compensados por maiores provisões para devedores duvidosos e despesas gerais. As despesas gerais e administrativas em 2015 foram de R\$440,1 milhões, contra R\$501,5 milhões, representando uma queda de 12,2%, decorrente da redução de 9,0% com despesas com mão de obra própria, de 7,9% em serviços de terceiros e de 22,1% em despesas gerais. Outras despesas e receitas operacionais foram negativas em R\$3,2 bilhões, contra R\$278,7 milhões positivas em 2014, consequência principalmente do *impairment* de ativos registrado em 2015 totalizando R\$2,6 bilhões (na Mineração Usiminas no valor de R\$2,1 bilhões, na Siderurgia no valor de R\$357,2 milhões e na Transformação do Aço no valor de R\$56,7 milhões), do menor resultado de venda de energia elétrica de R\$313,4 milhões e, provisões relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração por R\$258,7 milhões (demissões de funcionários na usina de Cubatão e renegociação do contrato de logística de minério com a MRS).

Resultado financeiro

No ano de 2015, as despesas financeiras líquidas foram de R\$1,2 bilhão, contra R\$522,8 milhões em 2014, em função da forte desvalorização cambial de 47,0% gerando maiores perdas cambiais que foram de R\$1,1 bilhão em 2015 e R\$193,1 milhões em 2014.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A..
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A..

Adicionalmente, no ano de 2016, a Companhia gerou receita não recorrente com venda de energia elétrica excedente.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e também pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

Em 2016, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$8,5 bilhões contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. A distribuição desta receita foi de 88% no mercado interno e 12% no mercado externo.

Na unidade de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$7,5 bilhões, 18,1% inferior à de 2015, que foi de R\$9,2 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 11,5%, reflexo da retração da economia brasileira no ano que afetou fortemente os setores industriais intensivos no consumo de aço, e ao menor volume de exportações em 64,0%, resultado das medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. Na unidade de Mineração a receita líquida foi de R\$366,1 milhões em 2016, contra R\$401,5 milhões em 2015, uma redução de 8,8%, em função do menor volume de vendas e da queda do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%. Na unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,85 bilhão em 2016, contra R\$1,92 bilhão, uma redução de 3,7%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 1% no período. Na unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$568,3 milhões em 2016, contra R\$868,6

milhões em 2015, uma redução de 34,6%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2014 em 19,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2014 em 21,6%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 73% no mercado doméstico e 27% nas exportações.

Na unidade de Siderurgia a receita líquida foi de R\$9,2 bilhões, 16,1% inferior à de 2014, que foi de R\$10,9 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 21,5% e menor preço médio em 2,2%, parcialmente compensado pelo maior volume de exportações em 36,8%. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 46%, atingindo R\$401,5 milhões contra R\$743,0 milhões no ano de 2014, em função do menor volume de vendas e da queda expressiva do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela desvalorização cambial em 2015. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,9 bilhão em 2015, contra R\$2,3 bilhões em 2014, uma redução de 17,8%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 2,5% no período. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada em 2015 foi de R\$868,6 milhões, contra R\$794,3 milhões em 2014, um aumento de 9,4%, principalmente decorrente do incremento de projetos no segmento de montagens industriais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$11,7 bilhões, contra R\$12,8 bilhões em 2013. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2013 em 13,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2013 em 34,5%. O mix de vendas da Unidade de Siderurgia representou 82,5% no mercado doméstico e 17,5% nas exportações. Na Unidade de Mineração a receita líquida apresentou redução de 34,6%, atingindo R\$743,0 milhões contra R\$1.136,0 milhões em 2013, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional e do menor volume de vendas. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$134,7/t em 2013 para US\$103,6/t em 2014. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Dólar médio em 9,0% na comparação entre os anos. Na Unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, 9,3% superior ao apurado em 2013, devido ao aumento de 12,8% no volume de vendas e serviços e ao maior preço médio em 9,4% realizado neste período. Na Unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$794,3 milhões, 18,3% inferior à de 2013, principalmente em decorrência da redução do volume de projetos.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios - Acumulado

R\$ milhões		Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2016	Receita Líquida de Vendas	7.518	366	1.853	568	(1.852)	8.454
	Mercado Interno	6.609	292	1.853	567	(1.852)	7.469
	Mercado Externo	909	74	-	1	-	985
2015	Receita Líquida de Vendas	9.174	402	1.925	869	(2.184)	10.186
	Mercado Interno	7.088	402	1.919	840	(2.184)	8.065
	Mercado Externo	2.086	-	6	29	-	2.121
2014	Receita Líquida de Vendas	10.929	743	2.341	794	(3.065)	11.742
	Mercado Interno	9.327	617	2.333	786	(3.065)	9.998
	Mercado Externo	1.602	126	8	8	(0)	1.744

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Volumes de vendas

Indicadores	2016	AV (%) 2015	2015	AV (%) 2015	2014	AV (%) 2014	Var. 2016/2015	Var. 2015/2014
Vendas físicas de aço (t mil)	3.652	100%	4.915	100%	5.541	100%	-25,7%	-11,3%
Mercado Interno	3.176	87%	3.590	73%	4.572	83%	-11,5%	-21,5%
Mercado Externo	477	13%	1.325	27%	969	17%	-64%	36,8%
Vendas de minério (t mil)	3.207	100%	3.790	100%	5.623	100%	-15,4%	-32,6%
Mercado Interno - Para Terceiros	284	9%	279	7%	833	15%	1,8%	-66,5%
Mercado Externo	520	16%	-	-	680	12%	-	-100%
Mercado Interno - Usiminas	2.403	75%	3.511	93%	4.110	73%	-31,6%	-14,6%

No ano de 2016, o volume total de vendas de aço foi de 3,7 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões de toneladas em 2015, representando uma redução de 25,7%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,2 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 11,5% na comparação com o ano anterior, em função da forte queda da demanda no Brasil. As exportações foram de 477 mil toneladas, uma redução de 64,0% em relação às de 2015, refletindo as medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. A participação das vendas no mercado doméstico cresceu, atingindo 87% das vendas totais, em 2016.

O volume de vendas de minério foi de 3,2 milhões de toneladas em 2016, contra 3,8 milhões em 2015, uma redução de 15,4%, principalmente devido à queda no consumo de aço no Brasil, parcialmente compensada pela exportação de 520 mil toneladas.

No ano de 2015, o volume total de vendas de aço foi de 4,9 milhões de toneladas, contra 5,5 milhões de toneladas em 2014, representando uma redução de 11,3%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,6 milhões de toneladas em 2015, uma redução de 21,5% na comparação com o ano anterior, em função da fraca demanda da Grande Rede e do segmento automotivo (recuos de 15,5% e 27,7% respectivamente). As exportações atingiram 1,3 milhão de toneladas, um incremento de 36,8%, compensando parcialmente a queda das vendas no mercado doméstico.

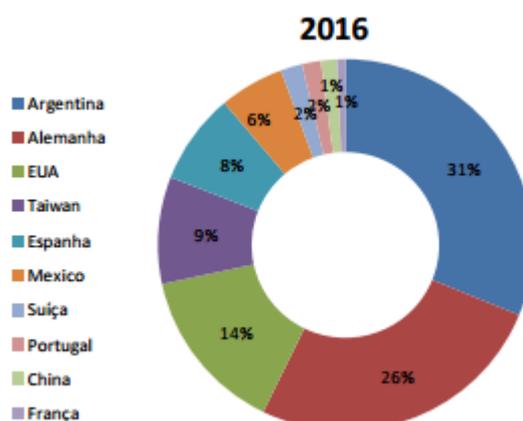
Em 2015, o volume total de vendas de minério registrado foi inferior em 32,6% quando comparado ao de 2014 devido a restrições logísticas de exportação e queda no consumo de aço no Brasil gerando redução nos níveis de produção.

Destacamos abaixo o volume de vendas da Siderurgia em 2016:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2016		2015		2014		Var. 2016/2015
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	3.652	100%	4.915	100%	5.541	100%	-26%
Chapas Grossas	518	14%	890	18%	1.217	22%	-41%
Laminados a Quente	975	27%	1.580	32%	1.863	34%	-38%
Laminados a Frio	1.152	32%	1.125	23%	1.309	24%	2%
Eletro galvanizados	96	3%	92	2%	108	2%	4%
Galvanizados Imersão a Quente	824	23%	759	16%	770	14%	9%
Produtos Processados	-	0%	10	0%	56	1%	-
Placas	87	2%	459	9%	218	4%	-81%

Os principais destinos das exportações em 2016 foram:



Preços de vendas

Em 2016, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos apresentaram uma variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 6,4% na comparação com 2015, sendo uma elevação de 0,9% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 17,1% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2016 foi 11% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2015, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%.

O preço de venda médio dos produtos siderúrgicos mostraram variação negativa em 2015 em decorrência da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial. A receita líquida por tonelada foi inferior em 5,4% sendo uma

redução de 2,2% no preço médio do mercado interno e de 7,6% no mercado externo. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2015 foi 2,9% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2014, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional parcialmente compensada pela desvalorização cambial em 2015. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%.

Em 2014, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos mostraram variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 8,7% na comparação com o ano anterior, em função do menor volume de venda para o mercado interno em 15,4%, parcialmente compensado pelo maior preço médio em 8,6% no mercado doméstico e melhor mix de produtos em ambos os mercados. A estabilidade da moeda brasileira na maior parte do ano, fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil alcançasse patamares mais atrativos às importações. Para a unidade de Mineração, no ano de 2014, a receita líquida por tonelada foi 21,5% inferior ao ano de 2013, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$134,7/t em 2013 para US\$103,6/t em 2014. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Dólar médio em 9,0% na comparação entre os anos.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

No ano de 2016, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$7,1 bilhões, inferior em 22,5% em relação a 2015, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 4,3% em relação ao de 2015.

Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2016 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

No ano de 2015, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$9,1 bilhões, inferior em 9,3% em relação a 2014, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia parcialmente compensado pelo aumento dos custos de readequação das operações. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 2,2% em relação ao de 2014. Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2015 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanharam a variação do INPC. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Em 2014, para a unidade de Siderurgia o custo de vendas da Companhia totalizou R\$10,1 bilhões, 4,7% inferior ao de 2013. O CPV por tonelada em 2014 foi maior em 7,0% quando comparado ao de 2013. Houve impacto da inflação de 6,4%, medida pelo IPCA, que afetou os custos em Reais, dentre eles, principalmente, mão de obra e serviços terceiros, energia e despesas gerais, e da desvalorização cambial de 16,0% (14,6% em 2013 e 8,9% em 2012), que impactou os custos atrelados ao dólar, parcialmente compensado pela redução nos custos com minério de ferro e carvão, principais matérias primas utilizadas no processo de produção.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2016	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	103.130	143.256	432.188
Títulos e valores mobiliários	8.146	160.976	741.779
Contas a receber	87.334	176.207	432.995
Adiantamentos a fornecedores	12.684	21.804	12.183
Ativos em moeda estrangeira	211.294	502.243	1.619.145
Empréstimos e financiamentos	(1.779.065)	(3.725.360)	(2.436.521)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(167.613)	(471.048)	(483.388)
Adiantamento de clientes	(4.607)	(13.857)	(140.222)
Demais contas a pagar	(16.786)	(15.763)	(8.025)
Passivos em moeda estrangeira	(1.968.071)	(4.226.028)	(3.068.156)
Exposição líquida	(1.756.777)	(3.723.785)	(1.449.011)

Em 2016 a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou um ganho de R\$639 milhões, contra perdas nos anos de 2015 e 2014 nos montantes de R\$1,1 bilhão e R\$193 milhões, respectivamente.

Variação na taxa de juros

Durante os anos de 2016, 2015 e 2014, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2016	%	2015	%	2014	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	642.964	9	2.295.166	29	1.016.579	15
TJLP	379.880	5	413.518	5	618.078	9
Libor	1.065.773	15	1.306.185	17	1.260.972	19
CDI	3.735.406	54	2.551.219	33	2.525.280	38
Outras	102.550	1	242.336	3	214.665	3
Total Empréstimos e financiamentos	5.926.573	86	6.808.424	87	5.635.574	84
Debêntures						
CDI	997.735	14	1.060.290	13	1.048.641	16
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.924.308	100	7.868.714	100	6.684.215	100

Em 2016, 2015 e 2014, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$494 milhões, R\$ 256 milhões e R\$218 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2016	2015	2014
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	126.554	137.555	116.309
Correção monetária dos depósitos judiciais	47.334	51.475	22.177
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(273.797)	(352.754)	(258.520)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	639.098	(1.072.090)	(193.118)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócios: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nessa composição nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da operação de transportes da Rios Unidos

Em 22 de abril de 2015, a Companhia e sua controlada direta Usiminas Mecânica S.A. firmaram contrato de compra e venda com a Grecco Logística Internacional S.A. ("Grecco")

para transferência da totalidade das suas quotas no capital social da Transportes Itaquaquecetuba Ltda. (“Transportes Itaquaquecetuba”).

Em 30 de setembro de 2015, a Transportes Itaquaquecetuba recebeu a parcela cindida da Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda. (“Rios Unidos”), relativa aos elementos ativos e passivos relacionados às atividades de transporte e armazenamento de cargas siderúrgicas.

Em 15 de janeiro de 2016, a operação foi concluída e a Transportes Itaquaquecetuba foi incorporada pela Grecco, que pagará o montante de R\$18 milhões em até 5 anos.

b) Eventos ou operações não usuais

i. Aumento de Capital

Com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, a Usiminas emitiu novas ações, ordinárias e preferenciais, totalizando R\$1.050.294.935,04. O Conselho de Administração homologou em 03/06/16 o Aumento de Capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19/07/16, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o Aumento de Capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

ii. Renegociação das dívidas

A Companhia concluiu, em 12/09/16, a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas e reitera que a celebração dos Instrumentos Definitivos marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos Credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão de sua Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- IFRS 16 - Leases (Arrendamentos) A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As

alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de comparabilidade de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou as operações de cessão de crédito (forfaiting) realizadas no mercado externo com fornecedores comerciais, da rubrica “Fornecedores” para a rubrica “Títulos a pagar - Forfaiting”, nos Balanços patrimoniais e nas Demonstrações do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado		
	Saldos originais	Reapresentações	Saldos reapresentados
			31/12/2015
Total do ativo	27.758.332	-	27.758.332
Fornecedores	1.187.274	(366.703)	820.571
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	587.458	366.703	954.161
Outros passivos circulantes e não circulantes	10.989.743	-	10.989.743
Total do passivo	12.764.475	-	12.764.475
Total do patrimônio líquido	14.993.857	-	14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.758.332	-	27.758.332

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas que são relevantes para as Empresas Usiminas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. As empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 -Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 exige de uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, a Companhia não espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Alterações do CPC 19 / IFRS 11 - *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto);
- Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38 - *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização);
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28 - *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28 - *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação); e
- Alteração do CPC 26 / IAS 1 - *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou determinados saldos a pagar derivados de operações de cessão de crédito (forfaiting) com fornecedores comerciais. Estes saldos, originalmente apresentados no balanço patrimonial na rubrica “Fornecedores, empreiteiros e fretes”, foram reclassificados para rubrica específica do passivo circulante, denominada “Títulos a pagar”. Adicionalmente, a Companhia reclassificou o saldo total da rubrica “Valores a pagar a empresas ligadas” para as rubricas “Fornecedores, empreiteiros e fretes” e “Títulos a pagar”, de acordo com a natureza da operação.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial	Consolidado		
	31/12/2014		
	Saldos originais publicados	Reclassificações	Saldos reapresentados
Total de ativos	30.484.062	-	30.484.062
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.948.744	(277.204)	1.671.540
Valores a pagar a empresas ligadas	338.357	(338.357)	-
Títulos a pagar	-	615.561	615.561
Outros passivos circulantes e não circulantes	9.435.346	-	9.435.346
Total de passivos	11.722.447	-	11.722.447
Total do patrimônio líquido	18.761.615	-	18.761.615

Ao longo de 2015 e 2014, a Companhia efetuou compras de matérias-primas junto a fornecedores nacionais, principalmente minério de ferro e combustíveis, que por sua vez descontaram os títulos junto a instituições financeiras, por meio de operação de cessão de crédito (*forfaiting*), a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso, a taxas de juros que variam entre 1% a.m. e 1,6% a.m. Em 31 de dezembro de 2015, o passivo relativo a estas compras correspondia a R\$587.458 (31 de dezembro de 2014 - R\$615.561). O prazo médio de pagamento desses títulos é de 180 dias.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2014 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

- **IAS 27 Revisado:** Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Dessa forma, com a adoção do IAS 27, revisado pela Companhia em 2014, as demonstrações financeiras individuais da controladora, passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício, assim como as informações comparativas.

As novas normas e alterações descritas a seguir não têm impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

- **Alterações ao CPC 39 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros:** Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente.

- Alterações ao CPC 38 Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge: Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida
- IFRIC 21 Tributos: A IFRIC 21 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado.
- Ciclo 2011-2013 Melhorias Anuais: Nas melhorias anuais - ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente, e dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS.

As novas normas e alterações anteriormente descritas não têm impacto relevante na Companhia.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas que são relevantes para o Grupo, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. As empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9 -Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os

princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras referentes às Demonstrações Financeiras de 2016, 2015 e 2014.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto”.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o plano de ação definido pela Administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia, que apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como naquela data, excesso de passivos sobre os ativos circulantes. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indica a existência de incerteza material que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.”

O parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 não apresentou ênfase.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais

baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R\$ 29 milhões, com saldo devedor de R\$0,7 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 01/03/2017.

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2016 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048, com um compromisso de 4 milhões de toneladas (base seca) de

minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Em 2016 o volume contratual foi limitado pela Musa em 2,1 milhões de toneladas de *sinter feed* pelas condições do mercado, o que foi cumprido em sua plenitude.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras spot com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2016 Vallourec, Itaminas e Vale;

Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2016 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$175 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e spot de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2016, correspondente a aproximadamente 2,3 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2016. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2016, destacam-se Jellinbah, Blackhawk (ex-Patriot), Xcoal, Contura (ex-Alpha Coal) e Petrobrás Distribuidora, responsáveis por aproximadamente 80% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2016, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$615 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$132 milhões.** Em 2016, a Usiminas não comprou nenhuma carga de coque metalúrgico importado, pois com o atual cenário produtivo a usina de Ipatinga é autossuficiente em coque.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e encargos financeiros

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais. No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais. Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para os anos de 2013 e 2014 também houve um fornecimento de energia no volume de 20 MW médios com a empresa CPFL Energia.

Para o período de 2017 à 2030 foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

Com exceção do termo de cessão feito entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT, os demais contratos mencionados têm take or pay de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 6,4 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/16 até 31/05/2017 com a previsão de fornecimento de 100.000 m³/dia de gás natural. Em 2016 foram gastos R\$83 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem três contratos para fornecimento de gás natural para a Usina de Ipatinga.

O contrato firme para uso em processos tem volume atual contratado de 263.900m³/dia. Foi celebrado em 21/09/2010 e renovado até 31/08/2017. Em 2016 foram desembolsados R\$74 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

O contrato firme para geração termoelétrica tem volume atual contratado de 40.000m³/dia. Foi celebrado em 22/12/2014 e é válido até 31/08/2017. Em 2015 foram desembolsados R\$13 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Além desses há o contrato interruptível para injeção em altos-fornos, quando necessário, com volume de 256.000 m³/dia. Foi celebrado em 07/12/2010 e possui renovações automáticas. No entanto, em substituição a esse contrato interruptível, a USIMINAS vem celebrando sucessivas compras de gás natural de curto prazo, diretamente da GASMIG ou através de leilões realizados pela PETROBRAS às distribuidoras, em volumes variáveis. Em 2016 foram desembolsados R\$18 milhões com gás natural para uso em altos-fornos através de contratos de curto prazo.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão em SP e os Terminais Portuários no RJ com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de take or pay, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31

de dezembro de 2015 foi considerado o montante de R\$163,0 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Usiminas Siderúrgica possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em Abr/1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é Dez/2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da WM e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à WM por R\$ 70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão a Usiminas possui dois contratos de fornecimento de gases para a produção de aço. Os contratos foram assinados em jul/2000 e set/2009 e têm vigência de 21,5 anos e 23 anos, respectivamente. O valor contratual estimado para estes dois contratos é de R\$1 bilhão. Devido à paralisação das áreas primárias em Cubatão, o contrato de fornecimento de gases para os Altos-Fornos teve seu encerramento antecipado e uma adequação foi feita no contrato de gases para toda a usina.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Este contrato foi assinado em out/2009 e esteve vigente até nov/2015.

Em Out/2015 foi firmada uma nova parceria com a WM para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$35,4 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2016 foi de R\$225 milhões (R\$784 milhões em 2015).

Os principais projetos concluídos foram:

- Ipatinga - Reparo do Topo da Coqueria 3: Reparo do topo da Coqueria 3 para garantir padrões seguros de operação, evitando a redução drástica da vida útil dos fornos da Coqueria 3. Início de operação: Abril/2016.
- Ipatinga - Substituição das Locomotivas Diesel Hidráulicas: Substituição da Locomotiva Diesel Hidráulica (LDH) 50t, Serie 500, por nova Locomotiva Diesel Elétrica 90t. Início de operação: janeiro/2016.

- Ipatinga - LTQ - Reforma da retífica de cilindros nº3: Retrofitting completo da Retífica de Cilindros n.3 da Laminação do Tiras a Quente, visando a manutenção da capacidade da Usiminas em fornecer chapas de piso ao mercado. Início de operação: setembro/2016.
- Cubatão - Adequação do Pátio de Beneficiamento de escória de aciaria: Adequar as instalações do Pátio de Beneficiamento de escória de aciaria em atendimento as exigências técnicas (Nº 1,7,8, 9 e 13) constantes da Licença de Operação; Implantar um Pátio de Cura de escória de aciaria em atendimento as exigências técnicas (Nº 1, 7, 8, 9 e 13) constantes da Licença de Operação. Início de Operação: maio/2016
- Cubatão - Logística Interna de Bobinas da Planta: Adequação das instalações da Usina de Cubatão para manuseio e estocagem de bobinas com dimensões até 2050mm de largura, 2100mm de diâmetro externo e 35 ton de peso máximo. Início de operação: agosto/2016.
- Cubatão - Dragagem dos Pontos Críticos "A" e "B" do Canal de Piaçaguera: Remoção dos sedimentos caracterizados como não contaminados depositados no fundo do canal de Piaçaguera, que dá acesso aos terminais do Porto da Usiminas em Cubatão/SP, para minimizar os riscos a navegação. Início de operação: abril/2016.
- Cubatão - Logística de Placas - Adequações Prioritárias: Adequação dos Pátios 06 (externo da Aciaria 1), Pátio 07 e Galpão B26 para o recebimento, manuseio e estocagem de placas, conforme nova demanda da Usina de Cubatão para a operação com placas externas, em função da paralisação das Áreas Primárias. Início de operação: abril/2016.
- Cubatão - Troca dos disjuntores de 362kV da Subestação Principal da Usina de Cubatão: Substituição de 5 disjuntores de 362kV da Subestação Principal de Cubatão por incapacidade de suportar os atuais níveis de curto-circuito do sistema. Início de operação: Março/2016.
- Os investimentos previstos para o ano de 2017, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

Os principais investimentos em andamento são:

- Ipatinga - Alto Forno 3 - Substituição de Staves (2ª troca): Aquisição e troca de 32 stave coolers nos níveis B1 (10 Staves), B2 (3 Staves), B3 (6 Staves), S1 (4 Staves) e S2 (9 Staves) e aquisição de 4 Staves sobressalentes nos níveis B3 (2 Staves) e S1 (2 Staves) para o Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga. Recomposição do sistema de refrigeração da carcaça do AF3; Manutenção da segurança e integridade física dos trabalhadores de área do AF3; Manutenção da estabilidade térmica do AF3 e controle operacional. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2018.
- Ipatinga - Recuperação a Quente da Câmara de Combustão do Regenerador HS8 - Reparo emergencial do refratário na região de saída de ar quente e no queimador cerâmico do regenerador 8. Será trocado as duas primeiras fiadas do queimador cerâmico e uma camada da parede refratária, lado interno, do anel de ar quente. Benefícios: Evitar interrupção da operação do HS8, que colocaria em risco a operação do AF3. Aumento de vida útil do regenerador, eliminação do risco da perda do

regenerador por queda de refratário da região reparada. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2017.

- Ipatinga – Aciaria - Substituição da Ponte Rolante L8: Lingotamento Contínuo da Aciaria 2: Substituição da ponte rolante de manuseio de placas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2017.
- Ipatinga - Lingotamento Contínuo 1, 2 e 3 - Substituição de Vigas do Galpão da Ala EF: Substituição (fabricação + montagem) de 9 vigas de rolamento no vão EF da Aciaria 2 da usina de Ipatinga. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2018.
- Ipatinga – Aciaria - Convertedor 5 - Troca da carcaça e refrigeração do anel: Substituição da carcaça do Convertedor 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2017.
- Ipatinga – Aciaria 02 - Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5: Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoejamento. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2017.
- Ipatinga - Forno Panela N°02 - Instalar Sistema de Injeção de Pó: O projeto consiste na injeção de agentes dessulfurantes (CaO) nas placas enviadas ao Forno Panela da Aciaria 02. Para tanto será necessária a adequação do sistema existente (utilizado anteriormente para adição de outro material), de forma a torná-lo apto ao recebimento, estocagem e injeção de pó diretamente no aço líquido. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2017.
- Ipatinga - LTQ - Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador: Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2017.
- Ipatinga - LCG - Novo Medidor de Espessura, Coroamento e Comprimento na Saída do FM: Novo medidor de espessura, coroamento e comprimento da saída do FM visando a manutenção da capacidade produtiva da Usiminas e a aplicação de nova tecnologia trazendo ganhos expressivos na garantia da qualidade dos produtos. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2017.
- Ipatinga - AF 3 - Sala Elétrica 3 (1º piso) - Atualização e substituição de painéis e trafos MT/BT: A atualização da Sala Elétrica 3 (1º piso) do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga consiste na substituição dos painéis de média tensão e baixa tensão, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a operacionalidade da subestação. Além disso, serão substituídos os transformadores que já estão no fim de vida útil, remanejamento dos cabos/canaletas, instalação de ar condicionado/pressurização positiva, sistema de detecção e alarme incêndio e também instalações de portões e repintura da sala. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2017.
- Ipatinga - Reforma da Subestação do Carboquímicos: Reforma da subestação dos produtos carboquímicos e sala elétrica da iluminação da usina de alcatrão e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em

conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.

- Ipatinga - Pátio de Carvão - Subestação 2: Grande reparo elétrico da sala elétrica 2 do Pátio de Carvão, incluindo: adequação civil piso, canaletas e calhas para cabos, projeto elétrico, troca de painéis de 3,45kV e sistema de proteção, projeto de memorial de cálculo com ajustes de relés e estudo de seletividade, instalação de relés microprocessados com comunicação em rede com PLC para os painéis de média. Compra de disjuntores de média e alta tensão extraíveis. Contratação de mão-de-obra para execução das montagens de painéis e trafos. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2017.
- Ipatinga - Adequação da sala elétrica 6 e das instalações elétricas da área de preparação de painéis - Aciaria 2: Adequar a Sala Elétrica 6 e área do galpão de preparação de painéis da Aciaria #2 da Usina de Ipatinga às atuais normas técnicas e de segurança, uma vez que os equipamentos e instalações da área encontram-se em desacordo com a NR10 (Norma Regulamentadora 10 do Ministério do Trabalho) e normas da ABNT para instalações elétricas. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Cubatão - Troca trafos Ascarel - ETAPA 2: Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2ª etapa, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Previsão de início de operação no 1º semestre de 2018.
- Cubatão - AVCB – Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2017.
- Cubatão - Otimização do Sistema de Vapor: Aquisição de Uma Nova Caldeira de 20t/h - Na Usina de Cubatão existem 4 caldeiras de 77t/h + 2 de 100t/h para produção de vapor a 42 kgf/cm² à 440°C que alimentam os turbo sopradores e turbo geradores. Parte deste vapor é distribuído para o processo (15 kgf/cm² à 230°C). Com a paralisação das áreas primárias a demanda de vapor para processo reduziu significativamente, de 90t/h para 20t/h. Esta demanda está sendo atendida através das caldeiras de 77t/h. Estes equipamentos ficaram superdimensionados para a nova demanda e apresentam custos operacionais elevados e baixa eficiência. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2017.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2016 não houveram desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2016 não houveram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores da construção civil, construção naval e de plataformas *offshore*. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de aços para atender requisito de expansão de furo, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2016, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 6,3 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida pela sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados com as necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência. Nesse contexto, a Usiminas tem sido uma empresa de destaque, buscando sempre desenvolver produtos que atendam completamente as exigências de um mercado cada vez mais exigente. No ano de 2016, a Usiminas teve uma relevante ampliação em seu portfólio de produtos envolvendo todas as linhas.

No caso de chapas grossas produzidas via Resfriamento Acelerado, destacam-se o SINCRO WHS 800 T, aço da classe de 80 kgf/mm² de limite de resistência, destinado à fabricação de guindastes e implementos rodoviários e que apresentam excelente soldabilidade, além do ótimo desempenho no corte e dobra. Soma-se a esse produto, o

SINCRON WHS 1000 T que pertence à classe de 100 kgf/mm² de limite de resistência e é destinado a aplicações nas quais sejam requeridos redução significativa de peso dos equipamentos e excelente desempenho da tenacidade a baixas temperaturas. Produto indicado para a construção civil, máquinas e equipamentos industriais. Comercializado inicialmente para a reforma da ponte Hercílio Luz-SC. Para o setor naval, indicado para construção de navios sondas, petroleiros e FPSO's, a Usiminas lançou o SINCRON NAVAL UHHIW, aço de alta resistência mecânica e elevada tenacidade, destinado a aplicações de soldagem de alta eficiência.

Com relação aos produtos da linha de tiras a quente, destaca-se a finalização do desenvolvimento do aço Aço Dual Phase 800, destinado à fabricação de peças estruturais dos automóveis, como chassis e suspensão. O produto possui alta capacidade de absorção de energia, o que o torna especialmente indicado para aplicações como longarinas e partes da suspensão.

Da família de produtos laminados a frio, com e sem revestimento, a Usiminas lançou 3 novos aços de elevada resistência mecânica, destinados aos setores automotivo e de autopeças: FB 580, DP 1000 EF>20% e DP 1200. Para os setores de construção civil e de linha branca, o recém desenvolvido Aço Eletro galvanizado Cromatizado torna-se como uma importante alternativa na fabricação de itens que não requeiram pintura. Esse aço tem como diferencial a utilização de cromo trivalente (Cr 3+), atendendo plenamente as normas ambientais mais exigentes do mundo.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não desenvolveu novos produtos ou serviços durante o exercício de 2016.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens

Ao longo de 2016 algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital. Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Outra ação concluída foi a reestruturação da dívida financeira. Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento

total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Em maio de 2015 a Administração da Companhia decidiu paralisar as atividades de um alto forno na Usina de Ipatinga - MG. Da mesma forma, o negócio de Mineração, pressionado pelas sucessivas baixas nos preços internacionais do minério de ferro, diminuiu seu nível de produção e renegociou o contrato de transporte com a MRS Logística S.A., cujas condições take or pay não eram mais favoráveis, conforme as projeções do negócio.

Adicionalmente, em outubro de 2015 a Administração da Companhia decidiu interromper temporariamente as atividades das áreas primárias da Usina de Cubatão - SP. O processo de desativação compreendeu as áreas de sinterização, coquerias, altos fornos (um dos quais já tinha suas atividades paralisadas desde maio de 2015) e aciaria, bem como todas as atividades associadas a esses equipamentos. O referido ajuste objetivou adequar a escala de produção da Usiminas aos níveis de demanda atual, procurando diminuir o impacto adverso sobre os resultados da Companhia. Diante desse cenário, a Usina de Cubatão deixou de produzir placas, mas manteve em atividade as suas linhas de laminação a quente e a frio, bem como as operações relacionadas ao seu terminal portuário. A linha de laminação de chapas grossas continuou temporariamente suspensa.

No ano de 2015 foi contabilizado R\$2,1 bilhões de redução no valor dos ativos em uso desse negócio (impairment), consequência de menor rentabilidade futura estimada devido à baixa dos preços de venda internacionais.

Em 17 de fevereiro de 2016 a companhia firmou “Instrumento Particular de Assunção Mútua de Obrigação de Não Fazer e Outras Avenças” (“Acordo Standstill”) com os seus principais credores financeiros, quais sejam, Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Foi firmado, ainda, um Instrumento Particular semelhante com os credores financeiros japoneses, quais sejam, Japan Bank for International Cooperation – JBIC, The Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Mizuho Bank Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP
Arquivado na CVM em 17/02/2017

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31.12.2016, a Administração da Usiminas informa que deixa de apresentar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016 prevista no inciso II do § 1º do Artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009, bem como as demais informações indicadas no Anexo 9-1-II à referida Instrução (decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011 – Processo CVM RJ2010/14687).

Parecer do comitê de auditoria

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada no escritório da Companhia, em São Paulo/SP, Av. do Café, 277, torre A, 9º andar, Jabaquara, no dia 15 de fevereiro de 2017, às 10:00 horas.

Presenças: Hironobu Nose - Coordenador do Comitê. Demais membros: Wanderley Rezende de Souza, Marcelo Hector Barreiro e Glauco Sabatini Bodini.

Estiveram também presentes os senhores Shun Sasaki e Eyla Miyuki Kinjyo, como assessores do Coordenador; Marco Túlio Ferreira, Anderson Linhares de Oliveira e Vinicius Almeida, como representantes dos Auditores Independentes (KPMG); Julio Mendez Arroyo, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Sizenando Silva e Cristina Morgan Cavalcanti Drummond, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Bruno Lage de Araujo Paulino, como Gerente Geral Jurídico e Secretário.

Ordem do Dia:

I – Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, com os ajustes e sugestões feitos durante a reunião.

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e do secretário. São Paulo, 15 de fevereiro de 2017.

Hironobu Nose
Coordenador

Wanderley Rezende de Souza

Marcelo Hector Barreiro

Glauco Sabatini Bodini

Bruno Lage de Araujo Paulino
Secretário

ANEXO 3 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009 (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, revisa anualmente a remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. A política de remuneração tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da Companhia. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado. Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários. Adicionalmente, possui benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 13.2.

Para o Conselho de Administração: honorários, conforme verba aprovada na Assembléia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

ii. *Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima*

Exercício social encerrado em 31/12/2014 e Exercício social encerrado em 31/12/2015:

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável e 33,34% referente remuneração baseada em ações.

- Para Diretor Vice Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável e 26,16% referente remuneração baseada em ações.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2016

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente remuneração variável e 40,00% referente remuneração baseada em ações.

- Para Diretor Vice Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente remuneração variável e 32,08% referente remuneração baseada em ações.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. *Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Remuneração Fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas, baseando-se em pesquisas de mercado realizada com consultorias de grande renome mundial.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, e que com a parcela de remuneração baseada em ações a companhia cria em seus executivos um senso de identidade, comprometimento e orientação para resultados.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor na Diretoria Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração para este fim.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtido através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da Companhia em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro, seguindo programa desenhado em conjunto com Consultoria de renome internacional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que considera aspectos conjunturais distribuindo essa ponderação em grupos de indicadores do Grupo Usiminas, indicadores das Unidades de Negócio e Indicadores Individuais que venham agregar valor para a Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração adequada dos administradores.

Médio Prazo: está alinhada com metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2014

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,50	7.966.157,52	1.769.694,16	N/A	3.032.894,29	8.310.243,18	N/A	N/A	N/A	1.662.048,64	N/A	N/A	5.511.776,61	28.252.814,40
Conselho de Administração	9,25	4.890.136,64	-	N/A	745.590,48	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	5.635.727,12
Conselho Fiscal	5,00	616.372,40	-	N/A	123.274,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	739.646,90
Total	20,75	13.472.666,56	1.769.694,16	N/A	3.901.759,27	8.310.243,18	N/A	N/A	N/A	1.662.048,64	N/A	N/A	5.511.776,61	34.628.088,42

- Número de membros: equivale ao número de membros do respectivo órgão, todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2014, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2013.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2014, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2015, totalizou R\$ 36,4 milhões.

Exercício social encerrado em 31/12/2015

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,00	6.833.814,53	1.042.922,59	N/A	1.716.962,83	2.121.091,44	N/A	N/A	N/A	336.784,59	N/A	N/A	2.788.054,88	14.839.630,86
Conselho de Administração	8,17	3.735.388,29	0,00	N/A	571.773,34	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.307.161,64
Conselho Fiscal	5,00	579.559,25	0,00	N/A	115.911,85	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	695.471,10
Total	18,17	11.148.762,07	1.042.922,59	N/A	2.404.648,02	2.121.091,44	N/A	N/A	N/A	336.784,59	N/A	N/A	2.788.054,88	19.842.263,60

- Número de membros: equivale ao número de membros do respectivo órgão, todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2015, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2014.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2015, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2016, totalizou R\$ 27,4 milhões.

Exercício social encerrado em 31/12/2016

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,00	6.115.480,93	519.642,83	N/A	1.521.797,20	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	9.064.069,73
Conselho de Administração	10,67	3.838.126,59	3.152,03	N/A	579.605,99	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.420.884,61
Conselho Fiscal	5,00	622.993,55	-	N/A	112.117,96	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	735.111,51
Total	20,67	10.576.601,07	522.794,86	N/A	2.213.521,15	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	14.220.065,85

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2016, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2015.

A remuneração total contabilizada em 2016, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 14,2 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de Abril de 2016 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19.301.310,00 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e de 2017.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2017

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,00	6.548.608,60	1.592.673,24	N/A	1.833.610,41	3.274.304,30	N/A	N/A	N/A	654.860,86	N/A	N/A	212.080,00	14.116.137,41
Conselho de Administração	11,00	3.900.000,00	-	N/A	780.000,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.680.000,00
Conselho Fiscal	5,00	654.860,86	-	N/A	130.972,17	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	785.833,03
Total	21,00	11.103.469,46	1.592.673,24	N/A	2.744.582,58	3.274.304,30	N/A	N/A	N/A	654.860,86	N/A	N/A	212.080,00	19.581.970,44

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus, calculado com base no atingimento do *target*.

O Conselho de Administração aprovou em reunião no dia 16/2/2017, a Verba Orçamentária para os Administradores, no valor máximo de R\$ 19.766.416,74 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2017 e de 2018. Os valores acima mencionados no quadro "Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2017" estão suportados por esse valor a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 27/04/2017.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	6,50	9,25	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 8.310.243,18	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2014 é de R\$ 45,5 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2014, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2013.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2015	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (***)	5,00	8,17	5,17
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 2.121.091,44	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2014 é de R\$ 45,5 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2014, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2013.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2016	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (***)	5,00	10,67	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	Não foi previsto pagamento de bônus para 2016.	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2017

Exercício social a encerrar em 31/12/2017	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	5,00	11,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 3.274.304,30	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social 2016 continuaram em operação as regras do plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e principalmente o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço pré determinado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazo.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 6 programas a serem realizados de 2011 a 2016.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 - 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 - 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 - 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

No ano de 2015 não houve outorga de opções.

No ano de 2016 não houve outorga de opções.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício, nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício ("Preço de Exercício") de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A suspensão, alteração ou extinção do plano se dá diante da cessação de vínculo do elegível ao programa de remuneração baseada em ações para com a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item a seguir.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(a) Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao

Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findado o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos planos de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2014, 2015 e 2016:

Programa 2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	5	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	27/11/2014	27/11/2014
Quantidade de opções outorgadas:	1.197.493	79.506
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 2,85	R\$ 2,85
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1181% do capital total da Usiminas.	0,0078% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

Programa 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Exercício social encerrado em 2014			
a Das opções em aberto no início do exercício social	2.798.084	163.451	2.961.535
Outorga Programa 2013 (opções bonificadas)	56.120	-	56.120
Outorga Programa 2014	1.197.493	79.506	1.276.999
b Das opções perdidas durante o exercício social	(1.622.274)	-	(1.622.274)
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no final do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Exercício social encerrado em 2015			
a Das opções em aberto no início do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Outorga Programa 2015	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no final do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Exercício social encerrado em 2016			
a Das opções em aberto no início do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Outorga Programa 2015	(824.894)	-	(824.894)
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
Das opções em aberto no final do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Das opções em aberto exercíveis**	1.351.691	216.455	1.568.146
Das opções em aberto não exercíveis	252.838	26.502	279.340

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

** Inclui o saldo de opções de programas anteriores a 2014.

As despesas incorridas referentes aos membros da Administração da Companhia reconhecidas nos resultados dos exercícios 2014 e 2015, 2016 e a prevista para 2017 encontram-se informados no item 13.2.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2014

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• total de membros***	7	10,33
• número de membros com opções	5	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	798.329	53.004
ii. data em que se tornarão exercíveis	28/11/2015, 28/11/2016 e 28/11/2017 (33%/33%/33%)	28/11/2015, 28/11/2016 e 28/11/2017 (33%/33%/33%)
iii. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2021	27/11/2021
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis		
i. quantidade	399.164	26.502
ii. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2021	27/11/2021
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivo não estatutário, e não como membro do Conselho de Administração.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

*** O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros efetivos são remunerados.

Referente ao Programa 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Referente ao Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Nos anos de 2014, 2015 e 2016 não foram exercidas opções de compra de ações.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2014

	<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$3,02
Preço da ação no momento	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0%	0%	0%
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Outorga 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Outorga 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

i. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o vesting é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º anos da data da outorga do plano.

ii. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2016

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	0	2	0
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	76.042	43.789	500

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

- As opções outorgadas e não exercidas não estão incluídas no quadro acima.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários							
Órgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Conselho de Administração	0	N/A	N/A	N/A	0	0	N/A
Diretoria Estatutária	2	USIPREV	2	N/A	R\$ 2.016.528,42	R\$ 277.787,68	Nenhum dos Administradores (*)
<p>(*) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).</p> <p>(**) O Sr. Ascanio Merrighi de Figueiredo Silva compôs a Diretoria Estatutária da Usiminas no período de 26/05/2016 a 06/10/2016, com contribuições vertidas pela empresa de 06 a 09/2016. O valor informado das contribuições acumuladas no plano refere-se a dez/2016.</p>							

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

	Valores em reais								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Número de membros	5,00	5,00	6,50	10,67	8,92	9,25	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (reais)	2.256.000,00	5.072.757,05	7.897.449,74	900.000,00	899.865,60	2.093.440,12	124.806,72	139.758,28	147.929,40
Valor da menor remuneração (reais)	996.084,00	1.915.926,95	3.301.490,86	300.000,00	389.169,60	331.038,00	124.806,72	138.651,52	147.929,40
Valor médio da remuneração (reais)	1.248.067,20	2.967.926,17	4.346.586,71	360.000,00	483.046,17	609.267,80	124.806,72	139.094,22	147.929,40

Observações:

(a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Dois membros da Diretoria Executiva possuem, nos seus contratos, cláusulas de não-concorrência que vedam a possibilidade de desempenho de funções na indústria de produção de aços planos do Brasil, pelo período de 12 meses, após término das suas funções na Companhia. Em função desta vedação, a Companhia se comprometeu ao pagamento a tais executivos de valor compensatório equivalente, a 12 vezes o valor dos honorários mensais para um membro e, para o outro membro, equivalente a 3 vezes o valor dos honorários mensais por ano de permanência no cargo.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2015)	Exercício social encerrado (2014)	Exercício social encerrado (2013)
Conselho de Administração	74%	80%	79%
Conselho Fiscal	53%	60%	60%
Diretoria Estatutária	21%	62%	60%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Valores em reais

Órgão	Exercício Social encerrado (2015)	Exercício Social encerrado (2014)	Exercício Social encerrado (2013)
Conselho de Administração	205.604,93	198.395,29	171.547,76
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Valores em reais

	2015	2014	2013
Conselho de Administração	433.197.75,26	37.597.071,07	28.453.450,33
Conselho Fiscal	505.913,71	463.408,61	414.975,65
Diretoria	-	-	-

Valores convertidos para reais, com a taxa do dólar de 24/05/2016 e com a taxa do iene de 27/05/2016.

Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Os administradores provenientes do exterior, terão direito de exercer a totalidade das opções de compra de ações outorgadas conforme o plano de opções da Companhia, contando com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do término do seu vínculo contratual. (A cláusula 10.1 do plano de opções não será aplicada). Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

ANEXO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

1 – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

a. nome	Ichiro Sato
b. data de nascimento	19/02/1964
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TR5017172
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Nippon Steel Corporation 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation

	Setor de Atividade: Siderurgia/ Engenharia /Química/Novos Materiais/Soluções de Sistema
• cargo	<p>1. De julho de 2011 a setembro de 2012: Chefe da Divisão Administrativa da Planta de Kimitsu</p> <p>2. De Outubro de 2012 a Março de 2012: Chefe da Divisão Administrativa da Planta de Kimitsu</p> <p>De abril de 2014 a julho de 2015: Chefe da Divisão de Recursos Humanos</p> <p>De Agosto de 2015 a Agosto de 2016: Chefe de Divisão, Centro de Apoio aos Negócios Globais, Setor de Desenvolvimento de Negócios Globais</p> <p>Desde setembro de 2016: Chefe da Divisão Desenvolvimento de Negócios Globais, Setor de Desenvolvimento de Negócios Globais.</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Desde setembro de 2016: Membro do Conselho de Administração da Nippon Usiminas

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Kazuhiro Egawa
b. data de nascimento	24/02/1959
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK7729457
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

I. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	<p>1. Nippon Steel Corporation</p> <p>2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation</p> <p>3. Nippon Steel & Sumitomo Metal Southeast Asia Pte. Ltd.</p> <p>Setor De Atividade: Siderurgia/ Engenharia /Química/Novos Materiais/Soluções De Sistema</p>
• cargo	<p>1. De abril 2012 a setembro de 2012: Conselheiro Executivo e Gerente Geral da Divisão de Marketing Global</p> <p>2. De outubro de 2012 a março de 2013: Conselheiro Executivo; Gerente Geral, chefe da Divisão Global de Administração de Marketing e Planejamento; Gerente Geral, chefe da Divisão Global de Marketing de Produtos Planos, da Unidade de Produtos Planos;</p> <p>De abril de 2013 a março de 2015: Diretor Executivo</p> <p>De abril de 2015 a março de 2016: Diretor Executivo - Sudeste Asiático e Índia</p> <p>Desde abril de 2016: Diretor Executivo Sênior- Sudeste Asiático e Índia</p> <p>3. De abril de 2015 a março de 2016: Diretor Sênior</p> <p>Desde abril de 2016: Diretor Sênior</p>
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é	Não

<p>controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Desde março de 2013: Diretor, NS BlueScope Pte Ltd. (em processo de renuncia)</p> <p>Desde março de 2013: Diretor, NS BlueScope Lysaght Singapura Pte Ltd. (em processo de renuncia)</p> <p>Desde março de 2015: Diretor, Câmara Japonesa de Comércio e Indústria em Cingapura (em processo de renuncia)</p> <p>Desde maio de 2015: Diretor, Associação Japonesa em Cingapura (em processo de renuncia)</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

comercial qualquer	
a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro dos Comitês de Auditoria e de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 13.16 do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº01/2017, que faz referência ao item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	O presente candidato a membro titular do Conselho de Administração foi eleito como membro dos Comitês de Recursos Humanos e Auditoria em 27/10/2016, para um mandato até a AGO de 2018.
• nome e setor de atividade da empresa	1. Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

	<p>Setor de Atividade: Previdência Complementar</p> <p>2. Sete Brasil Participações S.A.</p> <p>Setor de atividade: Óleo e Gás</p> <p>3. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas</p> <p>Setor de Atividade: Siderurgia</p>
<p>• cargo</p>	<p>1. De julho de 1999 à Janeiro de 2012: Gerente Executivo</p> <p>2. De julho de 2012 à Dezembro de 2013: Gerente Executivo</p> <p>3. De Abril de 2014 à Outubro de 2014: Conselheiro de Administração</p> <p>De Abril de 2016 à Outubro de 2016: Conselheiro Fiscal</p> <p>Desde Outubro de 2016: Conselheiro de Administração</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Usiminas – Emissor</p> <p>Não</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não há</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham</p>	<p>---</p>

ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Oscar Montero Martinez
b. data de nascimento	03/08/1960
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	AAD960333
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	<p style="text-align: center;">---</p>
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L. de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V., APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V., Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V., Ferropak Comercial S.A. de C.V., Treasury Services S.A. de C.V.; 2. Consorcio Minero Benito Juarez Peña Colorada, S.A. de C.V. 3. Ternium S.A.
<ul style="list-style-type: none"> • cargo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Membro do Conselho de Administração 2. Membro suplente do Conselho de Administração 3. Diretor Geral de Planejamento e Operações
<ul style="list-style-type: none"> • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	<p style="text-align: center;">Não Informado</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras	<p style="text-align: center;">Não Informado</p>

sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Guilherme Poggiali Almeida
b. data de nascimento	22/01/1979
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	045.496.266-58
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado	Não

pelo emissor para determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Manucci Advogados – prestação de serviços 2. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS
• cargo	1. Sócio 2. Diretor Jurídico, Gerente Geral Jurídico e Gerente Jurídico Comercial
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Usiminas – Emissor Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Elias de Matos Brito
b. data de nascimento	28/07/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	816.669.777-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Presidente do Conselho de Administração
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim - Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---

<p>• nome e setor de atividade da empresa</p>	<p>1. Brookfield Incorporações S. A., Companhia de Seguros Aliança da Bahia, HRT Participações em Petróleo S. A., e PROFARMA S. A. 2. 18ª Vara Cível da Capital – RJ, na 2ª Vara Empresarial da Capital – RJ, e na 1ª Vara Cível da Barra da Tijuca – RJ 3. Associação dos Peritos do Estado do Rio de Janeiro 4. Exato Assessoria Contábil Ltda.</p>
<p>• cargo</p>	<p>1. Membro do Conselho Fiscal 2. Perito Judicial 3. Diretor 4. Sócio</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não Informado</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. data de nascimento	07/01/1970
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	4
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	A presente candidata a membro titular do Conselho de Administração foi eleita como membro do Comitê de Recursos Humanos

	em 25/05/2016, para um mandato até a AGO de 2018.
• nome e setor de atividade da empresa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS 2. FEMCO – Fundação Cosipa de Seguridade Social 3. Caixa dos Empregados da Usiminas 4. Previdência Usiminas
• cargo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Superintendente no setor de Planejamento Corporativo, M&A e Investimentos e Membro do Comitê de Auditoria 2. Diretora Financeira e Diretora Presidente 3. Diretora Financeira 4. Diretora Presidente
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<p>Usiminas – Emissor</p> <p>Não</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---

i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes:

a. nome	Hironobu Nose
b. data de nascimento	09/09/1962
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TR5282782
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não

I. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	O presente candidato a membro suplente do Conselho de Administração foi eleito como Coordenador do Comitê de Auditoria em 25/05/2016, para um mandato até a AGO de 2018.
• nome e setor de atividade da empresa	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia/Engenharia/Química/Novos Materiais/Soluções de Sistema
• cargo	Até abril de 2013: Gerente de Grupo do Departamento de Relações Ambientais De abril de 2013 a janeiro de 2016: Gerente Geral da Divisão de Administração Geral, planta de Kamaishi, Unidade de Aços Longos e Fio Máquina De Janeiro de 2016 até Março de 2016: Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior Desde Abril de 2016: Presidente da Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. Desde Setembro de 2016: Presidente da Nippon Steel Brasil Investimento Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	Não

espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Hirohiko Maeke
b. data de nascimento	26/05/1957
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK0437339
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções	Não exerce outro cargo na Companhia

exercidas no emissor	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Sumitomo Metal Industries, Ltd. 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia/Engenharia/Química/Novos Materiais/Soluções de Sistema
• cargo	1. Até Setembro de 2012: Gerente Geral, chefe do Departamento Jurídico 2. De Outubro de 2012 até Fevereiro de 2014: Gerente Geral, chefe do Departamento Jurídico De Março de 2014 até Março de 2016: Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior Desde abril de 2016: Conselheiro Executivo
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou	Não

superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Yuichi Akiyama
b. data de nascimento	02/07/1967
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK0064607
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)

h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Nippon Steel Corporation 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia/ Engenharia /Química/Novos Materiais/Soluções de Sistema
• cargo	1. Até Setembro de 2012: Gerente da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior 2. De Outubro de 2012 até Abril de Julho de 2014: Gerente Sênior da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior Desde julho 2014: Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha	Não

participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Desde setembro de 2016: Membro do Conselho de Administração da Nippon Usiminas
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Simone Galante Alves
b. data de nascimento	
c. profissão	Advogada
d. CPF ou número do passaporte	952.915.717-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)

g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Galante Alves Sociedade de Advogados, atualmente em parceria com VM&L Sociedade de Advogados 2. Grandes empresas, nacionais e multinacionais
• cargo	1. Advogada Proprietária 2. Assessora e Consultora interna
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Informado
ii. indicação de todos os	Não Informado

cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Pablo Daniel Brizzio
b. data de nascimento	25/01/1970
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	AAB751477
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Ternium S.A.
• cargo	Desde 2010: Diretor de Finanças
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não Informado
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

CVM e as penas aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Mario Giuseppe Antonio Galli
b. data de nascimento	07/05/1951
c. profissão	Graduado em Filosofia
d. CPF ou número do passaporte	YA0314245
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Grupo Techint 2. Comitê de Comunicação da Associação

	<p>Mundial do Aço</p> <p>3. Tenaris</p> <p>4. Tenaris Confab Hastes de Bombeio</p> <p>5. Ternium Brasil S.A.</p>
<p>• cargo</p>	<p>1. Diretor de Comunicação Corporativa</p> <p>2. Presidente (2009 – 2011)</p> <p>3. Diretor Corporativo de Comunicações</p> <p>4. Diretor</p> <p>5. Membro do Conselho de Administração</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não Informado</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Nenhum</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
--	--

a. nome	Gileno Antônio de Oliveira
b. data de nascimento	10/09/1957
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	441.159.206-10
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Gerente Geral de Engenharia Industrial
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas 2. Previdência Usiminas 3. Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais - ABM

<p>• cargo</p>	<p>1. Engenheiro Metalúrgico na Laminação a Frio, Gerente de Divisão Técnica da Laminação a Frio e da Aciaria, Superintendente da Laminação a Frio, Gerente Geral de Engenharia de Processos e Gerente Geral de Engenharia Industrial</p> <p>2. Presidente do Conselho Deliberativo</p> <p>3. Membro do Conselho de Administração</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Usiminas - Emissor</p> <p>Não</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

<p>esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	
--	--

2 – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Titular:

a. nome	Mario Daud Filho
b. data de nascimento	05/02/1957
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	014.632.198-73
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	

<p>• nome e setor de atividade da empresa</p>	<p>1. Videolar – Innova S.A. 2. AES Eletropaulo 3. Grupo NC Farma</p>
<p>• cargo</p>	<p>1. Diretor Jurídico e de Compliance 2. Membro do Conselho Fiscal 3. Membro do Conselho Consultivo</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Membro da Comissão Técnica da Associação de Investidores em Mercado de Capitais.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
---	--

- Membro Suplente:

a. nome	Daniel Carlin Epstein
b. data de nascimento	25/02/1978
c. profissão	Banqueiro
d. CPF ou número do passaporte	459030423
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Ronda Global Capital LLC Setor de Atividade: Consultoria 2. INTL Fcstone Financial INC.
• cargo	1. Fundador 2. Diretor
• se a empresa integra	Não Informado

<p>(i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>---</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não há condenação em processo administrativo da CVM.</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.</p>

**ANEXO 5 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL
(ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

1 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

a. nome	Masato Ninomiya
b. data de nascimento	17/11/1948
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	18
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Advocacia Masato Ninomiya S/C Setor de Atividade: Prestação de Serviços
• cargo	Sócio fundador
• se a empresa integra (i) o grupo econômico	Não

do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04

e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	6
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Demarest e Almeida – Prestação de Serviços 2. Cravath, Swaine & Moore
• cargo	1. Sócio 2. Foreign Associate
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro da International Bar Association, do Advisory Board do "Working Group on Legal Opinions" da American Bar Association; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Lúcio de Lima Pires
b. data de nascimento	19/03/1971
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	6
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Controladoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em	Não há condenação em processo

processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes:

a. nome	Aurea Christine Tanaka
b. data de nascimento	11/12/1972
c. profissão	Advogada
d. CPF ou número do passaporte	181.789.838-85
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---

• nome e setor de atividade da empresa	Advocacia Masato Ninomiya S/C Setor de Atividade: Prestação de Serviços
• cargo	Advogada
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Mario Roberto Villanova Nogueira
b. data de nascimento	10/09/1963
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	112.981.928-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	6
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Demarest e Almeida – Prestação de Serviços 2. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
• cargo	1. Sócio 2. Professor Convidado
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor	Não

que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, de Consumo e de Comércio Internacional (IBRAC)
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Ely Tadeu Parente da Silva
b. data de nascimento	21/07/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	587.729.016-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)

g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	4
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Diretor de Benefícios
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações	Não se aplica.

do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

2.1) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações ordinárias

- Membro Titular:

a. nome	Maury Fonseca Bastos
b. data de nascimento	07/10/1970
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	879.531.966-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções	Não exerce outro cargo na Companhia

exercidas no emissor	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. CSUL Desenvolvimento Urbano S.A. Setor de atividade: Desenvolvimento urbano 2. Construtora Canopus S.A. Setor de Atividade: Construção Civil 3. StarCapital Corp. 4. Dresdner Bank
• cargo	1. Desde Abril 2016: CEO - Presidente 2. De Novembro de 2007 até 2015: CFO – Diretor Financeiro 3. De Outubro de 1999 até Novembro de 2007: CFO – Diretor Financeiro 4. De Julho 1995 até Setembro de 1999: Gerente de Negócios
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	Não Informado

espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não Informado
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente:

a. nome	Cesar Romero Borges de Barros
b. data de nascimento	21/10/1981
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	032.010.849-05
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018

i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Gasparino, Sachet, Roman, Barros e Marchiori 2. AES Eletropaulo
• cargo	1. Sócio 2. Desde 2016: Membro suplente do Conselho Fiscal
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Informado
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	-

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2.2) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações preferenciais

- Membro Titular:

a. nome	Paulo Roberto Evangelista de Lima
b. data de nascimento	26/02/1957
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	117.512.661-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	<p>1. Banco do Brasil S.A. Setor de atividade: banco</p> <p>2. Banco de Brasília</p> <p>3. CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina</p> <p>4. Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi</p> <p>5. Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.</p> <p>6. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas</p> <p>7. JL Rodrigues, Calos Átila e Consultores Associados S.S.</p>
• cargo	<p>1. De Julho de 2010 a Janeiro de 2012: Diretor de Gestão de Riscos</p> <p>De Agosto de 2010 a Janeiro de 2012: Conselheiro de Administração do Banco do Brasil Securities</p> <p>De Agosto de 2007 a Janeiro de 2012: Membro do Comitê de Tecnologia</p> <p>De Julho de 2010 a Janeiro de 2012: Coordenador do Comitê de Riscos do Banco do Brasil</p> <p>2. De Janeiro de 2013 a Outubro de 2014: Presidente; Membro do Conselho de Administração; Presidente do Conselho de Administração da Cartão BRB S.A. e Coordenador do Comitê de Tecnologia</p>

	<p>3. Desde Maio de 2008: Conselheiro de Administração; Coordenador do Comitê Jurídico e de Auditoria</p> <p>4. Desde Fevereiro 2010: Conselheiro Fiscal</p> <p>5. Desde setembro de 2016: Conselheiro Fiscal</p> <p>6. Desde novembro de 2016: Conselheiro Fiscal</p> <p>7. Desde Março de 2015: Sócio</p>
<p>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Não Informado</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>De setembro de 2007 até Janeiro de 2012: Membro do Comitê de Supervisão do Fundo Garantidor de Crédito;</p> <p>De Julho de 2010 até Janeiro de 2012: Membro da Comissão de Riscos da Federação Brasileira de Bancos – Febraban;</p> <p>De Dezembro de 2007 a Janeiro de 2012: Membro Titular da Comissão de Compliance de Febraban.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	<p>---</p>
<p>i. qualquer condenação</p>	<p>Não há condenação criminal.</p>

criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente:

a. nome	Luiz Fernando Sachet
b. data de nascimento	01/05/1979
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	004.726.099-80
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	27 de abril de 2017 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim – Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	-
m. informações sobre:	---
i. principais experiências	---

profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Gasparino, Sachet, Roman, Barros e Marchiori Sociedade de Advogados
• cargo	Advogado, Sócio Administrador e Diretor Processual
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Informado
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro da Comissão de Assuntos Tributários e Legislativos da FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

**para a prática de uma
atividade profissional ou
comercial qualquer**

Nos termos do Item 10.2.12, letra d, do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2016, informamos que, nenhum dos presentes candidatos, indicados aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, declarou ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definição prevista no artigo 3º - B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e alterações decorrentes da Instrução CVM nº 463, de 08 de janeiro de 2008. Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações não informou se algum de seus candidatos é pessoa politicamente exposta.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Wanderley Rezende de Souza	3	100%
Oscar Montero Martínez	17	88%
Guilherme Poggiali de Almeida	12	100%
Elias de Matos Brito	17	100%
Rita Rebelo Hora de Assis Fonseca	17	94%
Hironobu Nose	12	33%
Hirohiko Maeke	17	6%
Simone Galante Alves	12	8%
Pablo Daniel Brizzio	17	0%
Mario Giuseppe Antonio Galli	17	6%
Gileno Antônio de Oliveira	17	6%

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Masato Ninomiya	6	100%
Paulo Frank Coelho da Rocha	6	100%
Lúcio de Lima Pires	6	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Comitê de Auditoria	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Hironobu Nose	1	100%

Comitê de Recursos Humanos	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	4	100%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores da Companhia.

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

(i) A candidata a membro suplente do Conselho de Administração Simone Galante Alves mantém um contrato de Prestação de Serviços de Regularização Imobiliária com a Mineração Usiminas S.A., sociedade controlada pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez ocupa o cargo de Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium S.A., e ainda é membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da Ternium;

(ii) O candidato a membro titular Conselho de Administração Guilherme Poggiali Almeida é sócio do escritório de advocacia Manucci Advogados, que mantém relação contratual de Prestação de Serviços Advocatícios com as empresas do Grupo Ternium, desde junho de 2015.

(iii) A candidata a membro suplente do Conselho de Administração Simone Galante Alves mantém relação contratual de Prestação de Serviços, Assessoria Jurídica Geral e Representação à Siderar S.A.I.C. e Ternium Investmetns S.à r.l., controladoras diretas da Companhia, e à Siderca S.A.I.C. e a Ternium Brasil S.A., afiliadas dessas controladoras;

(iv) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Pablo Daniel Brizzio ocupa cargo de Diretor de Finanças da Ternium S.A., companhia controladora da Ternium Investments S.à r.l., companhia que faz parte do Grupo de Controle do Emissor;

(v) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Mario Guiseppe Antonio Galli mantém relação de emprego com certas subsidiárias da Tenaris S.A., também é Diretor Corporativo de Comunicação da Tenaris S.A., membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A e Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.;

(vi) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Masato Ninomiya mantém contrato de Prestação de Serviços com a Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.;

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.